Diário de Lisboa

Junho 1977
Terça-feira
28
N.º 19 389
ANO 57.º
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

13 de Julho: MAI gostaria de intervir, mas não pode

DIREITA PROVOCA EM RIO MAIOR

. O dia 13 de Julho, data do assalto reaccionário à sede do Partido Comunista Português, passa a ser o feriado municipal de Rio Maior. Anteriormente, a data era comemorada como o «Dia do Agricultor Livre» (?) em homenagem à CAP.

A decisão foi tomada pela Câmara Municipal, sob proposta do ramo «capista» conhecido por Associação dos Produtores Agrícolas de Rio Maior. Como era de esperar, teve os votos favoráveis da chamada «convergência democrática», por via dos vereadores do CDS e do PPD/PSD.

Se a actuação dos representantes da direita não surpreende, já que frequentemente associada às provocações dos «caceteiros» da zona, apresenta-se como incompreensível a posição de abstenção do vereador do Partido Socialista, Arlindo dos Santos. Este vereador, face a mais este atentado aos princípios de «convivência democrática» repetidamente defendidos pelo seu partido, não encontrou outra posição que não fosse a abstenção, com uma declaração de voto justificando que anteriormente havia apresentado uma proposta para a criação de uma comissão encarregada de estudar outras datas.

Em Lisboa, entretanto, o Ministério da Administração Interna alertou já a Secretaria de Estado da Administração Regional e Local, no sentido de estudar uma hipótese de intervenção. Recorde-se, no entanto, que pelo Decreto 713-A/75, revogando anteriores diplomas, o MAI não tem possibilidades legais de intervenção neste caso, já que a marcação dos feriados municipais passou à competência dos órgãos autárquicos.

Lei da Greve é hoje debatida na Assembleia

Começa esta tarde na Assembleia da República a discussão final do projecto da lei da greve, aprovado já na Comissão de Trabalho com os votos favoráveis do Partido Socialista e do Partido Comunista.

A sessão que como de costume começará às 15.30 poderá prolongar-se até à meia-noite, se tal se tornar necessário.

O diploma, que tem por base a conciliação das propostas apresentadas pelo Governo e pelo PS, consagra algumas das principais reivindicações dos trabalhadores sobre aquela matéria.

Nomeadamente, são proibidos o «lock-out» e a contratação de trabalhadores para substituir os grevistas, ao mesmo tempo que se reconhece o direito à greve dos trabalhadores da função pública, direito que será regulado no respectivo estatuto ou em diploma especial.

A greve, considerada no diploma como «direito irrenunciável», só poderá ser declarada pelas associações sindicais, ou, quando a maioria dos trabalhadores não estiver filiada em sindicatos, através de voto secreto exercido em plenário de empresa, estando sujeita a um pré-aviso de 48 horas, conforme proposta defendida pelo PS.

Ainda dentro das disposições aprovadas e que hoje deverão ser ratificadas pelo Plenário da Assembleia da República, conta-se a fixação dos sectores da actividade em que a entrada em greve terá de assegurar o funcionamento dos serviços

(Pág. 2)

Para o Madeirem-77 funcionou pela primeira vez a luxuosa sala de congressos do Casino da Madeira, projectada por Óscar Niemeyer, com capacidade para 600 pessoas. Sá Carneiro (à direita) falou para os escassos 18 emigrantes entre uma assistência de 153 pessoas.

MADEIREM-77 COM NOTA INSÓLITA

PSD condenou separatismo

FUNCHAL, 28 — O separatismo nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, foi ontem frontalmente condenado pelo PSD durante a sessão inaugural do primeiro congresso mundial dos emigrantes madeirenses — Madeirem/77. Na circunstância, Francisco Sá Carneiro disse que o separatismo não tinha razão de ser, pois aquelas regiões tinham já conseguido a autonomia que permitia aos respectivos governos governar a contento das populações.

Outro social-democrata a condenar as actividades separatistas foi Alberto João Jardim, chefe do grupo parlamentar do PSD na Madeira. Disse ele que «em nenhum dos diplomatas dos países ocidentais que nos visitaram encontrei entusiasmo pelo separatismo, antes repulsa pelo seu desencadeamento».

Pela primeira vez, e sem subtilezas, os sociais-democratas fizeram questão de lembrar que os separatistas de hoje eram afinal os mesmos que no passado tinham dado origem a que o povo emigrasse.

Noutro passo da sua intervenção, Alberto João Jardim diria que «se através do golpismo os comunistas tomarem conta do governo central, não tenham dúvidas que a Madeira rompe com Lisboa». Não se referiu o orador, naturalmente, ao golpismo social-democrata.

À sessão estavam presentes 153 pessoas, incluindo jornalistas, fotógrafos e o porteiro. As intervenções foram ouvidas, apenas, por duas dezenas de emigrantes, fazendo supor que estes deram preferência às excursões em família ou aos espectáculos da orquestra da RDP que vem actuando com êxito em vários pontos da Madeira.

Um emigrante procedente do Brasil, João da Cruz Nóbrega (por sinal presidente da Casa da Madeira de S. Paulo) fez perguntas aparentemente «encomendadas» pelos separatistas e a condizer com a sua gravata, que tinha as cores da FLAMA.

Outro emigrante, chegado da Venezuela e tido como porta-voz dos separatistas ali radicados, pretendeu falar em nome dos seus conterrâneos, mas acabou por ser acusado de «traidor». Motivo: Virgílio Rodrigues tinha-se naturalizado venezuelano.

Usaram ainda da palavra o secretário de Estado da Emigração, João Lima e o presidente do governo regional, Ornelas Camacho.

CIENCIAS (COIMBRA): DEPOIS DO REFERENDO, A ALTERNATIVA

Ou estudantes cedem ou faculdade fecha

O despacho da Secretaria de Estado da Orientação Pedagógica aceitando a proposta de recuperação do ano lectivo para todas as faculdades da Universidade de Coimbra, à excepção da Faculdade de Ciências e Tecnologia, vem colocar de novo na ordem do dia, o caso dos seis professores saneados.

Segundo as palavras de Sottomayor Cardia à partida para Estrasburgo, o problema da FCTUC terá de estar resolvido até ao próximo sábado, dia 2 de Julho.

Assim, segundo apurámos, ou os estudantes amanhã cedem na Assembleia Magna da Academia, dessolidarizando-se da luta dos alunos do FCTUC aceitando as determinações do MEIC respeitantes à reintegração dos saneados, ou o MEIC decreta o encerramento daquela Faculdade para reestruturação. Ao que se sabe, haverá mesmo já alguém a trabalhar na reestruturação da FCTUC. Responsáveis universitários são de opinião de que amanhã os estudantes cederão face ao MEIC, já que o recente despacho aprovando a recuperação do ano lectivo de todas as Faculdades, à excepção da FCTUC, vem isolar esta.

Uma das propostas que poderá ser amanhã apresentada pelos estudantes da FCTUC, durante a Assembleia Magna, além da ocupação simbólica da Reitoria, será a realização de um plenário dos docentes da Faculdade. Com efeito, 35 professores recusam-se a dar aulas. Mas o que é um facto é que o corpo docente da FCTUC é constituído por cerca de 300 elementos.

Por outro lado, neste momento o encerramento da Faculdade de Ciências conviria à direita. Também ao que apurámos, os 35 professores que se recusam a dar aulas enquanto os saneados (que ainda não compareceram na Faculdade) não foram reintegrados, têm tentado aliciar os assistentes para que assumam idêntica posição.

Registem-se, a propósito, as palavras de Freitas do Amaral, que após longos meses de aceitação da política educativa do MEIC e do seu responsável vem agora, pela primeira vez, contestar a atitude daquele Ministério face ao que se está a passar na FCTUC. Os estudantes serão, pois, amanhã, postos perante a política do facto consumado, sem alternativa: ou cedem e a Faculdade reabre, ou reafirmam a decisão de não aceitarem a reintegração dos saneados e a Faculdade encerra.

Se cedem, após a frágil vitória do referendo, o MEIC consolida a sua posição; se não cedem, a direita conquistou um dos seus objectivos — o encerramento da Faculdade.

Hoje há "Exclusivo"

No nosso suplemento de hoje publicamos um artigo de Wilfred Burchett, intitulado «A Questão Coreana Vista do Japão». O «Exclusivo» contém ainda artigos sobre «A Nova Política Americana em África», «Assassínios e Crise na Banca Suiça», «Direitos dos Índios», etc., bem como um artigo de Bernard Péron sobre a nova Constituição Soviética, a que juntamos um resumo comparado da Lei Fundamental da URSS.

"DL" promoveu mesa-redonda sobre caso do estudante Rui Gomes

(Centrais)

Política de A a Z

UMA DECISÃO INFELIZ

Convertendo a pena de «demissão» que tinha sido aplicada a membros dos governos chefiados por Oliveira Salazar e por Marcelo Caetano, em simples «aposentação compulsiva», o Conselho da Revolução averba mais uma decisão infeliz. E esta classificação é excessivamente benévola. Se, por um lado, o nosso dever é não dramatizar estas questões, o certo é que o Conselho da Revolução, no que se refere ao «regime fascista» e aos seus agentes e servidores, tem tido atitudes inaceitáveis. O que se passou com «pides» e «bombistas», o que se tem passado com as «reintegrações», sob a responsabilidade de membros do Conselho da Revolução, sob a alçada de serviços que do Conselho da Revolução dependem, é inquietante e é escandaloso.

Homens como Silva Cunha, antigo dirigente fascista da «Mocidade Portuguesa», antigo ministro do Ultramar e da Defesa Nacional; como Antunes Varela, antigo ministro da Justiça; como Cavaleiro Ferreira, o ministro das «medidas de segurança»; como Adriano Moreira, essa esperança dos «ultras», são favorecidos pelo Conselho da Revolução que deste modo, perante o País, não só acaba de assumir uma grave responsabilidade, como insulta, sem delicadeza, sem civismo, os milhares e milhares de portuguesas e de portugueses que sofreram, na sua própria carne, a ignomínia e a brutalidade fascistas.

Tem razão Raul Rego quando observa: «À frente de muitas das vítimas o Conselho da Revolução faz passar os algozes». E, com razão, indignadamente, Raul Rego interroga: «Saberão os conselheiros da Revolução o que significou em Portugal a obra jurídica do prof. Cavaleiro Ferreira?»

Sabemos todos, a experiência demonstrou-o já, que alguns conselheiros da Revolução não têm a preparação política, o conhecimento do País, a noção da responsabilidade, inerentes às suas altas funções. Ficamos agora a saber que não escrupulizam em matéria tão delicada como a defesa da Democracia e um respeito mínimo à resistência antifascista.

Parece normal, e indispensável até, chamar para esta decisão infeliz a atenção dos portugueses, e, em primeiro lugar, a atenção daquele concidadão ao qual o voto popular confiou a missão nobre e exigente de defender a Constituição. Ao Presidente da República cabe, neste caso, uma intervenção. E deverá fazê-la antes que sejam outros órgãos de soberania a exigir que se ponha ponto final numa dualidade de poder que em vez de acautelar a defesa da Democracia e o respeito do 25 de Abril, está a cavar um fosso entre democratas militares e democratas civis, entre militares e povo, a causar justificadas apreensões e irreprimível descontentamento, a comprometer o papel constitucionalmente reservado ao Conselho da Revolução, a ensombrar a Revolução de Abril.

UM DISCURSO INFELIZ

Não será de exigir aos nossos chefes militares, apesar de recentemente tanto se ter falado de Camões, citado e recitado Camões, que sejam cultores das letras e modelos de saber discreto. Mas deveremos exigir-lhes que, ao falar em público, mesmo para o público militar que hierarquicamente lhes está subordinado, cuidem da forma e do conteúdo do que dizem. Mas deveremos exigir-lhes que tenham em conta o momento político, as interpretações, as especulações, a responsabilidade do discurso mesmo quando esse discurso é proferido em cerimónia que, por tradição, tem habitualmente um complemento oratório.

Foi infeliz o discurso do coronel Aurélio Trindade proferido, em Mafra, na cerimónia de juramento de bandeira dos recrutas da Escola Prática de Infantaria. E, contudo, há que reconhecer que naquela teia de subentendidos que poderão dar lugar a interpretações desestabilizadoras e a destaques especulativos, se inserem conceitos certos no seu legalismo democrático. Um exemplo: «O Exército, num país democrático, e nós queremos construir a democracia, está sujeito ao poder político...» Certíssimo. Mas chamar ao 25 de Abril, como o coronel Aurélio Trindade chama, «insubordinação do Exército», a não ser uma falta política grave, é a prova de que o coronel Aurélio Trindade tem grandes dificuldades de expressão ou que redigiu apressadamente, e reviu irreflectidamente, o discurso que tão energicamente leu aos seus subordinados.

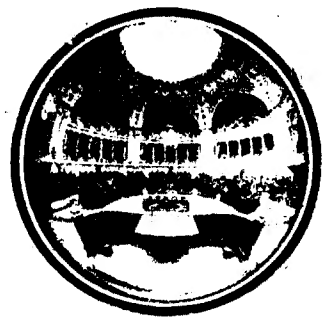
UMA FANFARRONADA INFELIZ

Fanfarrão, ministro Maldonado Gonelha. Depois do desastre da alocução que jogou a favor da mobilização dos trabalhadores, o ministro Maldonado Gonelha, ao regressar da Alemanha, teria declarado que as manifestações promovidas pela Intersindical, não têm importância para o Governo. Palavras do ministro Maldonado Gonelha: «Tenho a impressão de que neste momento as manifestações são fundamentalmente prejudiciais não à política do Governo, mas às organizações que as promovem, pois o Governo tem saído sempre reforçado destes confrontos.»

Com este *realismo* vai-se longe. No plano sindical a «linha Gonelha» tem dado soberbos frutos. Não virá longe o dia em que Mário Soares, com o seu «pragmatismo criador» (Alegre e Reis, o proclamaram), se libertará destes *realistas* que afundam um projecto político que poderia reunir, que sem eles poderá reunir, as forças democráticas portuguesas: institucionalizar a Democracia, caminhar para o Socialismo.

UM RELATÓRIO INFELIZ

O do secretário de Estado da Comunicação Social, Roque Lino, cuja revelação constituiu um ruidoso escândalo nos meios afectos a esse departamento governamental. No texto, cuja autenticidade não parece que venha ser desmentida, fazem-se referências e anunciam-se intenções que não podem passar sem comentário e sem protesto. E fazem-se, também, revelações que não serão surpreendentes, mas revelam a existência de interesses inadmissíveis e de feudalidades detestáveis, é o caso do apadrinhamento de «O Comércio do Porto» pelo brigadeiro Pires Veloso.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

"Maratona" começa hoje

Questões ligadas aos Açores e à Madeira, e uma saudação pela passagem do 1.º aniversário de Ramalho Eanes na Presidência da República, dominaram ontem, o primeiro dia da tão anunciada «maratona» parlamentar. Maratona que, hoje sim, terá a sua primeira grande prova com o debate sobre a Lei da Greve. Como cada partido poderá usar da palavra, nesse debate, durante 70 minutos, admite-se, mesmo, que a sessão possa durar até perto da meia-noite.

Aliás, outro ponto da agenda de hoje — o diploma que regula as capacidades cívicas — vai proporcionar debate «quente», dado que já o próprio líder parlamentar do PSD (Barbosa de Melo) referindo-se ao texto proposto considerou-o obstáculo à «reconciliação nacional». Registe-se que os «cidadãos» visados por tal diploma vão dos ex-pides a antigos legionários e membros da ANP.

A saudação a Ramalho Eanes, proposta por Raul Rego (PS), apenas teria voto contrário de Acácio Barreiros. O representante da UDP, justificou-se com o facto de o seu partido ter apoiado a candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho e, ainda, porque não concordava com a acção do actual Chefe do Estado ao longo deste ano.

Carlos Brito (PCP), depois de responder a uma afirmação do deputado da UDP que considerara «divisionista» a candidatura de Octávio Pato («passado um ano tornou-se evidente qual a candidatura divisionista, e qual a situação dividida, redividida» — disse o líder comunista) sublinhou que o Presidente Ramalho Eanes tem sido o garante da «unidade nacional e dos direitos e instituições democráticas consignados na Constituição» e assinalou «a dignidade, coragem e isenção com que tem vindo a desempenhar o seu cargo».

LÁ COMO CÁ...

Relativamente às Regiões Autónomas, o primeiro ponto debatido relacionou-se com a utilização dos meios de comunicação social estatizados nos Açores e na Madeira, pelo partidos de oposição. Acabou por haver unanimidade e tal utilização ficará garantida na lei. Entretanto, ficamos a saber, pelas palavras de Jaime Gama, que os noticiários de programação nacional são «mutilados» quer na Rádio, quer na Televisão, «para não falar na Imprensa», e que os gabinetes de imprensa dos governos regionais são utilizados para fins partidários.

Acontecerá isto apenas nos Açores e Madeira? Cá por Lisboa, mais concretamente no Palácio Foz, como é? Veja-se o relatório de Roque Lino a Conselho de Ministros...

O 2.º ponto, respeitante às Regiões Autónomas foi a aprovação, também por unanimidade, da criação de uma Comissão Consultiva para os assuntos referentes à Madeira e Açores. Este órgão funcionará junto da Presidência da República, terá carácter consultivo e será constituído por cinco cidadãos. Um, presidente designado pelo Chefe do Estado, dois nomeados pela Assembleia da República e restantes dois pelas Assembleias Regionais.

A propósito, Jaime Gama e Vital Moreira, estranharam porque, passado um ano, as Assembleias Regionais tenham apresentado propostas de estatutos sobre a autonomia regional.

SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA NORTE

Lista C apresentou programa

PORTO, 28 — «A unidade da classe, único meio capaz de tornar o nosso sindicato forte e representativo», foi o objectivo prioritário apontado ontem em conferência de Imprensa dada no Porto pela lista «C» candidata às eleições para o Sindicato dos Professores da Zona Norte.

Esta lista, que assenta num extenso trabalho já desenvolvido de discussão e participação dos professores em torno dos problemas sindicais e profissionais, nomeadamente através do manifesto à classe assinado por centenas de professores de escolas médias e superiores de todo o Norte, apresenta-se com a sigla «Unir a Classe por um Sindicato Forte e Representativo».

Elementos desta lista afirmaram: «No momento assistimos à desmobilização dos professores na sua actividade sindical, resultante da demissão efectiva de uma direcção e da apatia dos núcleos sindicais de muitas escolas. Há direitos adquiridos que se perderam outros estão em risco de se perder.»

Foi a partir desta realidade concreta, que tem desagregado a classe e fomentando a sua desmobilização quando a problemática do ensino exige um esforço de unidade e de valorização sindical e profissional que a lista «C» propôs, conforme foi dito aos jornalistas, «uma equipa de trabalho com professores que, sem prejuízo de eventuais opções ideológicas, estão conscientes de que os objectivos expostos não podem ser conquistados senão com a unidade da classe».

A mesma equipa, acrescentaram, teve a preocupação de reunir professores «com experiência de trabalho sindical e professores em quem a classe deposita confiança profissional». Do respectivo programa destacaram o reforço das estruturas sindicais, a segurança socioprofissional, a formação profissional e a planificação educativa, objectivos «que só poderão ser conseguidos mediante a aprovação do Estatuto do Professor».

Almada na Loja 6

Um acontecimento cultural vai marcar o primeiro ano de abertura ao público, na Rua Rodrigo da Fonseca (n.º 51), da Loja 6: a inauguração, amanhã, às 22 horas, da exposição de uma série de desenhos de Almada Negreiros, cedidos para o efeito pela família, com o título «Uma lição de desenho».

O convite da Loja 6 é extensivo a todos quantos estejam interessados na obra do grande artista que foi Almada.

PUB

CONVITE

A Gerência da Casa REQUINTE, agora remodelada, convida os seus clientes e pessoas de bom gosto a visitarem a sua nova exposição de móveis, estofos e adornos, a qual estará aberta durante alguns dias das 10 às 22 horas.

REQUINTE — MÓVEIS E DECORAÇÕES
AV. ALMIRANTE REIS, 110
(Defronte da Cervejaria Portugália)

MOBÍLIAS
TROCO
As suas usadas, por novas modernas ou de estilo. Facilitamos o pagamento.
ARMAZENS MÓVEIS JORGE
Av. Almirante Reis, 35 (dos Anjos), T. 832161

Notícias breve

ELEIÇÕES AINDA

Por irregularidades que houve registadas nas eleições de Dezembro do ano passado (autarquias locais), repetiram-se este fim-de-semana os actos eleitorais em Miuzela (Almeida) e Castelãos (Macedo de Cavaleiro). A eleger, as Assembleias de Freguesia. Resultados: no primeiro 4
daqueles lugares ganhou o CDS; no segundo, o PSD.

GOVERNADOR DE MACAU

Encontra-se em Lisoa para tratar de assuntos respeitantes ao território o coronel Garcia Leandro, que ontem foi recebido em audiências pelo Presidente da República e pelo Primeiro-Ministro. Entretanto, um dos problemas que trouxe Garcia Leandro a Lisboa — sabe-se — é a instalação,, a fazer, duma delegação do Banco Nacional Ultramarino em Macau. Uma delegação, ou mais: o banco a instalar dependerá apenas do governo local.

LEMBRAR TARRAFAL

Antifascistas que estiveram presos no Tarrafal reuniram-se num almoço de convívio no passado domingo na Cova da Piedade. Entre os presentes no encontro, João Faria Borda, Armando Sousa, Virgílio Sousa, Joaquim Teixeira, Joaquim Gomes Casquinho, Manuel Guedes e Manuel Alpedrinha. Ao almoço, o capitão-de-mar-e-guerra Vasco Costa Santos, da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, URAP, leu uma moção de apoio às resoluções da Conferência Anti-Apartheid recentemente realizada em Lisboa.

DELEGAÇÃO DO POUP

Esteve em Portugal durante alguns dias, regressou ontem a Varsóvia: uma delegação do Partido Operário Unificado da Polónia. Viera a Portugal a convite do PCP.

«EANES NO COLISEU»: UMA RECTIFICAÇÃO

A propósito da local intitulada «Ramalho Eanes foi ao Coliseu», publicada na nossa edição de ontem, pede-nos um beirão ligada às Casas das Beiras em Lisboa que rectifiquemos uma informação constante do texto, dada por nós, aliás, inadvertidamente: não foram as Casas que promoveram e organizaram o espectáculo a que o P.R. foi assistir, mas sim iniciativas particulares, principalmente — segundo

Ajuda a suprimir a preocupação das folgas dos
Dentes Postiços
Não se preocupe mais nem se apoquente com a dentadura postiça solta. DENTOFIX um pó especial para polvilhar as suas placas. Fixa as mesmas firmemente de modo que lhe proporciona maior conforto. Acalma e refresca as gengivas causticadas pelo ácido excessivo da boca. Evite aborrecimentos acasionados pelas placas folgadas. Peça hoje mesmo DENTOFIX em qualquer farmácia, drogaria ou perfumaria.

post-scriptum

Reforma Agrária: é o 25 de Abril que está em causa

Vive-se, neste momento, uma angustiante e ao mesmo tempo heróica luta pela Reforma Agrária, que se pretende por todos os meios destruir completamente.

Já não bastam a concessão de reservas, as desanexações, o corte do crédito agrícola, etc. Procura-se agora legalizar todas estas nefastas acções como uma lei que se pretende seja o cutelo que corte cerce tudo o que os trabalhadores agrícolas e pequenos e médios agricultores conseguiram levar a cabo. Pretende-se, única e simplesmente, destruir a mais bela e significativa conquista do 25 de Abril.

Todos os homens honestos e progressistas deste país têm o dever de procurar por todos os meios opor-se a desígnios tão reaccionários, que só aproveitam àqueles que, durante tantos anos, viveram à custa da miséria, do suor, do sangue de milhares de seres que nunca souberam na vida o que fosse viver como pessoas humanas, mas sim como sub-gente, parente próxima do animal de carga.

Além das manifestações, concentrações, plenários, moções de protesto, etc., que têm, aliás, excepcional importância e se deseja cada vez mais poderosas, há que procurar todas as formas de luta ao nosso alcance, de maneira a levarmos de vencida as manobras em curso.

Dentro de dias será discutida na Assembleia da República aquele aborto a que chamam «Bases para uma Reforma Agrária» e é urgente e indispensável procurar enterrá-lo bem fundo, para que o seu odor não nos envenene.

Para atingir tal fim, alvitrava que se convidasse o maior número possível de técnicos e especialistas das questões agrárias, economistas, juristas, advogados, professores de Direito e até homens de letras, para estudarem individualmente ou em conjunto, artigo por artigo, o tal projecto, e verem o que ele tem de inconstitucional, de fascizante, de contrário a uma agricultura tucional, de fascizante, de contrário a uma agricultura desenvolvida e próspera, de lesivo dos interessses de tantos milhares de trabalhadores que na agricultura angariam o parco sustento de cada dia.

Das críticas, pareceres e conclusões colhidas, dar público e profuso conhecimento através da Imprensa e em sessões públicas, em recintos bastante amplos e de entrada livre e, se possível, com debates. Isto serviria até para dar algumas achegas àqueles que na Assembleia da República irão com certeza combater energicamente tal projecto de lei.

Poderiam encarregar-se deste trabalho, possivelmente a CGTP-Intersinidical, a CRARA, o MUTI e outras organizações apartidárias, e inclusivamente o «DL», que mercê da sua enorme projecção e prestígio, valor dos seus profissionais e colaboradores, bem poderia levar a bom termo tão aliciante missão.

O tempo é escasso, mas como a discussão na Assembleia da República vai ser demorada, talvez se não perca o comboio.

Trata-se da defesa de algumas centenas de milhares de trabalhadores agrícolas, pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros, de Norte a Sul do País, que vêem ameaçadas a sua subsistência e sobrevivência.

Eles pedem, ou melhor, exigem de todos nós a maior e mais activa solidariedade, e não lha podemos negar.

Temos de vencer esta batalha ou veremos perdida a Revolução de Abril e, com ela, tudo o que de esperançoso trouxe ao nosso povo.

rancisco Fernandes Salgado
– LISBOA

Descolonização — tarefa nobre mas ingrata

Os Revolucionários de Abril apressaram-se a cumprir os seus deveres, expressos no Programa do MFA, compromisso de honra que assumiram ao desencadear o chamado «movimento dos Capitães», em que se salientava a Descolonização.

Esta teve os seus espinhos que logo começaram a ferir os antigos colonos portugueses a quem Salazar e seus sucessores na ditadura enganaram ao persuadi-los de que aqueleas terras eram nossas e jamais deixariam de o ser, tentanto assim fazer girar para trás a roda da História.

Pelo contrário, não só elas não eram nossas, nem podiam ser, mas havia ainda umas contas a ajustar connosco por parte dos nativos, no decurso de longas gerações a preencher cerca de cinco séculos, que foi outro tanto tempo de escravatura da população negra, bem arredia de um conceito humano.

A actual geração dos ex-colonos portugueses, principalmente aqueles que se não ajustaram aos novos tempos e que, obcecados pelo falso preconceito já vindo de longe, mas que se exacerbara no tempo da ditarura, pretendiam motivar marcha-a-trás, impossível, na libertação encetada, como se realmente aqueles povos não tivessem legítimo direito à liberdade e à independência, e assim se expuseram a perseguições e castigos da parte das autoridades negras, motivados não só pela sua própria atitude insensata, mas como resultantes naturais de um ódio secular da raça negra pelo explorador desumano, que roubou sem escrúpulos e massacrou sem piedade no longo cativeiro a que sujeitou aquela desgraçada gente.

A descolonização foi, pois, tarefa nobre de um povo na hora da sua própria libertação, mas tem sido bastante difícil para todos aqueles que não compreenderam a tempo o seu significado de legitimidade histórica.

Álvaro da Silva e Sousa
– PORTO

Folhetim Artístico — **José-Augusto França**

HÁ UM QUARTO DE SÉCULO UMA GALERIA...

Se eu escrevesse as «Memórias» que na verdade escrevo mas só para póstumas, teria falado há três meses dum aniversário que foi em parte meu, e é dum quarto de século já. Faço-o agora, como páginas que seriam, de memórias...

Há vinte e cinco anos nasceu em Lisboa a primeira galeria de arte moderna. Não, na verdade: a segunda, que a primeira foi realmente a «UP», na Rua Serpa Pinto, em 1932, e durou até 38, obra de António Pedro e de Tomás de Melo-Tom. Exposições e contratos, mas nenhum êxito possível, nessa segunda geração dos «modernistas» portugueses. Memórias sem consequências nem relação com o que na geração seguinte aconteceu. O tecido cultural português, e ainda mais o artístico, é pano esburacado, de conjuntura em conjuntura, sem estruturas que lhe valessem, ou valham. Disso morreu a «UP», como, vinte anos depois, a «Galeria de Março» que é aquela de que falo.

Mas a «Galeria de Março», obra da «terceira geração», do pós-guerra teve consequências, em tempo de surrealismo «versus neo-realismo, e do abstraccionismo incipiente, polémico, e algo heróico — quando se escrevia, da outra banda, figurativa e «engagée», que a arte abstracta era a arte de escolher gravatas, ou era «o mesmo que nada». Flores duma antologia saloia — talvez conjuntural, talvez estrutural, ou que como tal faço o possível por a não supor...

A «Galeria de Março» fez o primeiro (e único) salão de arte abstracta, e fez com que em outros, mais gerais, a arte abstracta conquistasse lugar, maioridade e maioria, ao longo dos anos 50. Nela também se viu a primeira exposição dum pintor abstracto europeu, e foi a de Edgar Pillet, figura então famosa no meio parisiense da «Art d'Aujourd'hui». Tudo isto num ecletismo mais cívico que estético porque, sendo a única galeria, era preciso dar também lugar a pintores de outra escolha, até ao neo-realismo de Pomar e de Lima de Freitas, e à lembrança de pintores mais antigos, como Viana e Sara Afonso (que ali fez uma das suas raríssimas exposições), Botelho (que ali renovou as suas propostas estéticas), e Resende e José Júlio. Rara também, a única exposição lisboeta de Lanhas. E, na abertura, Almada Negreiros, que desde 1941 não expunha individualmente, nem depois disso o fez, a não ser gravuras.

... As «Memórias» contariam, então, como numa noite, trazido pelo Fernando Lemos, me apareceu em casa o publicitário Manuel das Neves que queria abrir a galeria, com uma sócia capitalista que arranjara. Já tinha casa, na Av. António Augusto de Aguiar, e não sabia como fazer. Convencemo-lo de que havia que organizar as coisas a sério, confiou em ambos, convencemos também o Almada a expor — foi um êxito de vendas, com 10 por cento de comissão. Êxito único, valha a verdade, porque as exposições seguintes entraram na realidade da vida lisboeta, sem vendas que se vissem, por falta de compradores que existissem para além das exposiçõesinhas da Sociedade de Belas Artes, onde os habituais faziam a sua individual anuária para os clientes do costume, em (ainda!) flores em jarras e árvores em campos verdes, ou retratos assim-assim. O SNI, com a «desgraça» do Ferro, deixara de contar, e mais não havia, sequer as «Exposições Gerais», também já então cançadíssimas — tudo preso nesta fatal fadiga nacional... A oportunidade da «Galeria de Março» não o foi, porque não podia sê-lo — e, resistindo o Manuel das Neves (Deus lhe perdoe!), à sua capitalista que queria expor não sei que flores ou que árvores, com ele avançámos alegremente na senda da perdição.

Fez-se o «Prémio da Jovem Pintura» (com o juri mais famoso que alguma vez se constituiu em Portugal: Almada, Botelho, Diogo de Macedo e Maria Chicó), o tal salão da Arte Abstracta (com debates no Instituto Francês, único sítio possível), e mais vinte e nove exposições — em que, por exemplo, se estreavam a Menês e o René Bertholo, auspiciosamente.

Da Av. António Augusto de Aguiar (ainda se pretendeu que o senhorio, um magnate dos algodões do Norte, podre de rico, deixasse de receber renda de casa. Inocências!) passámos, melhor, para a Rua D. Pedro V; arranjámos (ideia do Ruben A, que depois desapareceu com ela um Grupo dos Amigos da Galeria de que o Botelho foi tesoureiro sem tesouro — e lá iamos, com cobres pessoais, pagando a renda da casa e a empregada que era muito bonitinha mas tinha horríveis frieiras nas mãos. Em suma: calculo que se perderam uns 70 contos que então era dinheiro, em moeda salazarista; uns 400 de hoje. Tudo isso em dois anos e três meses, de 31 de Março (daí o nome da Galeria) até o Junho de 1954 e da sua morte.

Após tal aventura, durante uma dúzia de anos pouco ou nada se ouviu falar de galerias, ou só no Porto, com a «Dominguez Alvarez». Depois, à beira de 1970, foi o que se viu, num «boom» que tinha a fragilidade dos tempos caetanistas do consumo nacional. «Boom» à americana e «pum» à portuguesa: de um dia para o outro, ou do 24 para o 25 de Abril de 1974, todas as cerca de quarenta galerias em Portugal então contadas, desaparecerem, com raríssimas excepções. Como se se voltasse ao tempo da «de Março», sem compras à vista; mas pior, porque então se estava habituado a vacas magras e agora a vacas assopradas. O mercado voltou a ser o que não era, o medo encheu as paredes dos compradores de bolsa. Em Lisboa, na verdade, só uma galeria (a que menos tivera tempo de ganhar) a «Quadrum» resistiu fazendo das tripas vazias coração cheio, uma vez salva não sei de que ocupações sociobairristas pelo Piteira Santos e por quem bem o informou, na Câmara Municipal.

A moral deste folhetim é rogar ao leitor que medite sobre o que foi uma galeriazinha, o que foram muitas galerias maiores — neste momento em que, timidamente, lentamente, algumas retomam alento e abrem portas de exposições. Desejando a todas e ao leitor invocado, muito e necessário bom sendo, que é também elemento de cultura.

Marcel Bataillon, Erasmo, Las Casas e a generosidade

PIERRE CHAUNU

Marcel Bataillon, que morreu no dia 7 de Junho, com oitenta e dois anos, era um parisiense que o acaso fez nascer na Borgonha. Depois do reinado de Carlos V, a bandeira da Borgonha flutuara durante dois séculos sobre a Espanha do século de ouro. Bataillon neto de um membro da Academia de Medicina, grande burguês cujo perfil fazia invencivelmente pensar em Erasmo, pertencia à família mais restrita dos hispanistas da França de oil. Tal como Fernand Brandel e... Goethe, este homem do Norte escolhera a luz da região onde crescem o limoeiro e a oliveira.

Chegou primeiro a Espanha através do helenismo, e depois a Sevilha em 1916, ano da publicação da tese de Augustin Renandet, pré-reforma e humanismo. A sua dissertação sobre o comendador Griego foi objecto de uma nota no «Boletim Hispânico», que todas as bibliografias da obra de Marcel Batalilon, mesmo a do saudoso I.S.Revah, feita em 1961, omitem.

Marcel Bataillon foi sempre fiel às preferências da sua juventude: humanista, apóstolo da tolerância, curioso, um pouco céptico, renaniano (com um pouco mais de calor e uma combatividade muito superior à do próprio Renan). Da aventura espiritual escolhera o mundo do humanismo cristão do século XVI. Fizera com Erasmo, esse holandês latino da grande Borgonha, e com Las Casas, o apóstolo sevilhano dos índios perseguidos, amizade para uma vida inteira. A sua biografia contava quinhentos títulos (quatrocentos e dois em 1961 na lista incompleta que se encontra no início das «Miscelaneas» que em 1962 lhe foram oferecidas, em Bordéus, pelos hispanistas, franceses («Miscelâneas»; Marcel Batatilon, Bordéus, Séret 1962, XXXII, 734 páginas). Fixamos quatro títulos: **Le Petit Las Casas** («Arquivos», Julliard 1971), que publicou em 71 com o seu discípulo André Saint-Lû; os **Études sur Bartolomé de Las Casas** (Centro de Investigação do Instituto Hispânico, Rua Gay-Lussac, 31, 1965), **La Célestine** (Didier, 1961), e, evidentemente, essa obra-prima das obras-primas, o seu **Erasme et l'Espagne**.

Essa tese monumental, publicada por Droz, em 1937, foi muitas vezes traduzida... e gerações de sábios e de estudantes são condenados a lê-la em espanhol, nas belas edições mexicanas do Fondo de Cultura Económica. Pouco importa, visto o próprio Marcel Bataillon ter revisto a edição espanhola. Falava o castelhano como Cervantes, e lentamente, tal como falava o francês. Falava como escrevia, como Lucien Febure, que foi seu amigo, e cujo artigo que lhe consagrou nos **Anais de História Social**, em 1939, com o título **L'Erasme de Marcel Bataillon**, continua sendo um clássico. Marcel Bataillon falava lentamente, um pouco mais ainda, talvez, no fim da vida, sem um lapso, sem uma quebra. Realizava sempre, e logo à primeira vez, a total, a perfeita adequação do pensamento à palavra, de um pensamento extraordinariamente nuançado, subtil, a uma palavra plasticamente bela, tanto em francês como em espanhol. Sabia o latim e o grego como se sabia no século XVI, no ambiente de Erasmo, nesse mundo que em casa de Alde Manuce, em Veneza, na de Froëben, em Basileia, cheirava a tinta de tipografia.

ENTRE OS HUMANISTAS

Marcel Bataillon nunca abandonara por completo o mundo dos humanistas. Conhecia, tal como eles, o preço da memória. Sabia que o ecumenismo não é somente a comunidade dos vivos mas, através da dilaceração da morte, a comunidade dos espíritos, os vivos e os mortos, no espaço e mais ainda no tempo. Vivia no século XVI, tal como Erasmo, na grande comunidade cristã grega e latina dos primeiros séculos. Era contemporâneo da comunidade humanista do século dezasseis, tão grande como uma universidade parisiense em 1977, mas dispersa entre Sevilha e Veneza, Roma e Cracóvia, Basileia, Oxford e Londres, não se preocupando com as fantásticas distâncias-tempo, devido ao esforço atento de correspondentes que outrora os Allen e hoje os editores do **Corpus Reformatorum**, em Genebra, fazem por nos restituir.

Tal como os humanistas, Marcel Bataillon detestava a violência e a guerra. E, como Las Casas, combatia a injustiça. Seria um erro imaginar que este sábio, que nunca cedeu à facilidade, vivia fora do seu tempo. Era através dos sofrimentos da consciência cristã do século XVI que ele olhava penetrantemente as grandes interrogações do nosso tempo. Vivera os dramas da descolonização. Vivera os dramas da nossa crise da civilização, que é antes de mais uma crise da memória, da educação e da reprogramação da experiência. Apaixonava-se por todos os problemas da educação. E, fora do seu trabalho de sábio, de mestre (nos dez últimos anos

Continua na pág. 4

REUNIÃO DA CML

"Escandalosa ausência de legislação"

– sublinhou Silva Graça (FEPU)

«A maioria da vereação desta Câmara é democrática e de esquerda. Podemos em conjunto avançar na solução dos problemas do povo de Lisboa. Mas isso obriga a opções, obriga ao cumprimento dos programas pelos quais fomos eleitos», afirmou o vereador Silva Graça, da FEPU, no decorrer da reunião pública mensal da Câmara Municipal de Lisboa.

«Tenho confiança no presidente da Câmara e esperança de que conseguiremos corrigir os erros cometidos, não deixando uma grande sensação de frustração (mais uma a juntar a tantas) ao povo da capital que deu o seu voto com clareza muito grande, à esquerda, ao PS e à FEPU. O povo da capital exige que saibamos assumir as nossas responsabilidades e actuar com firmeza na resolução dos seus grandes problemas», prosseguiu Silva Graça.

O dr. Silva Graça fez «uma reflexão crítica» ao trabalho da Câmara e sublinhou mais uma vez «a escandalosa ausência de legislação referente às autarquias locais», mas que isso deveria ter levado a Câmara a «arranjar mecanismos que permitissem responder à falta de legislação». Esta falta de legislação «provocou a entrega na prática da Câmara Municipal de Lisboa aos directores de serviços e aos serviços».

CANTONEIROS E MOÇÕES

limpeza mereceu deste representante da FEPU grande parte da sua intervenção. Criticou a ausência de diálogo do Governo com esses trabalhadores, que julga que resolve todos os conflitos com decisões administrativas. «Mas que ninguém se iluda. O problema dos cantoneiros de limpeza não ficou resolvido com a intervenção administrativa do Governo». Lembrou a necessidade de criar condições que dignifiquem a profissão, e que os cantoneiros devem ser reclassificados e ter melhores condições de segurança e higiene. Silva Graça recordou que uma proposta apresentada pela FEPU em devido tempo sobre este problema não tinha sido considerada.

Também o dr. Silva Graça enumerou alguns dos aspectos positivos da actuação da Câmara, nomeadamente na aprovação de moções de apoio ao Estado democrático, de defesa da democracia, contra o bombismo e actividades fascistas, mas alertou que «as moções, só por si, se não acompanhadas de acções concretas, são curtas». Aprovada ainda no período de antes da Ordem do Dia uma moção de saudação ao Presidente da República.

Já na Ordem do Dia foi aprovada, com três abstenções do C D S, uma proposta de lançamento de uma derrama extraordinária no ano de 1978; uma outra referente à criação de uma secção na Repartição de Armazéns da DSTE e, por fim, a criação de um lugar de chefe de secção e de três lugares técnicos na 2.ª Repartição da DSCC.

Ministro Barreto vai a Évora e faz convites especiais

O ministro da Agricultura e o secretário de Estado da Reestruturação Agrária, respectivamente, dr. António Barreto e eng.º Carlos Portas, deslocam-se a Évora para participar numa reunião no Teatro Garcia de Resende com pequenos agricultores e que provavelmente se deve destinar a conseguir apoio para a Lei da Reforma Agrária.

Alguns membros do Secretariado da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Évora, e também alguns sócios, emitiram entretanto um comunicado em que denunciam o facto de os convites para esta reunião, às 10 horas da manhã do próximo dia 29, estarem a ser seleccionados. Convites esses que «não estão assinados e têm um carimbo dizendo que é da Liga, o que é muito suspeito». Estes membros do Secretariado e sócios não tiveram conhecimento da reunião que «os srs. Barreto e Portas vêm fazer a Évora».

«Quem a convoca?», perguntam — «Quem é responsável pela utilização abusiva do carimbo da Liga, quando membros do próprio Secretariado não sabem dos motivos de tal reunião e os convites são seleccionados, à moda do antigamente?». Alertam para o facto de esta reunião «poder querer encobrir, com a capa da Liga, encontros com agrários da CAP e outros, que têm interesses completamente diferentes dos nossos». Repudiando a forma «golpista e desleal» como a reunião terá sido marcada, incitam todos os pequenos agricultores a estarem presentes nesse encontro para ali defenderem os seus interesses. Para isso devem dirigir-se às Ligas Concelhias e Distritais, onde devem exigir a sua entrada no encontro.

Marcel Bataillon

Continuação da pág. 3

de ensino no Collège de France, criou as bases de uma história científica do Peru), de administrador da investigação, participou activamente em todas as reflexões sobre as tensões e as reformas do nosso sistema educativo.

É preciso falar da sua influência. Produziu enormemente mas fez também com que os outros produzissem. 90 por cento dos hispanistas franceses que ensinam nas nossas universidades foram alunos seus. E no domínio da ciência e das religiões, no da história da França dos séculos XVI e XVII, quem é que não foi influenciado por ele?

A sua influência na América era imensa. Era venerado no México, no Peru, na Argentina, na Colômbia. É que ele consagrara a sua ciência mas também a sua inteligência e o seu coração à memória de uma das maiores figuras do Ocidente, Bartolomeu de Las Casas, esse colono que se tornou defensor dos índios, esse clérigo sevilhano que foi o apóstolo dos mais desgraçados entre os desgraçados do seu tempo, essas dezenas de milhões de homens vítimas dos micróbios e dos vírus, da transplantação planetária pelo Ocidente cristão, vítimas da má sorte mas também, um pouco, da maldade dos poderosos de então.

Marcel Bataillon viveu na companhia de Erasmo e de Las Casas. Tal como eles, não gostava da estupidez nem da maldade. Guardamos preciosamente no coração a sua memória.

Pierre Chaunu é professor de História Moderna na Universidade de Paris-IV

© (LE MONDE)

Sousa e Castro e Carlos Candal frente a frente esta noite na RTP

● Caso Rui Gomes não será discutido

O capitão Sousa e Castro, do Conselho da Revolução e o deputado PS Carlos Candal estarão esta noite na TV, frente a frente, para debater a libertação dos «pides» e a forma como tem sido aplicada a legislação que pune os antigos agentes da PIDE.

O debate, que se iniciará às 22,05, tem como pano de fundo o «caso Rui Gomes». Com efeito, foi num comício promovido pela Comissão para a Libertação de Rui Gomes, que aquele deputado socialista acusou que «alguém no Conselho da Revolução estava interessado em libertar os «pides». Nessa mesma altura foi subscrito por Carlos Candal e ainda por Acácio Barreiros, Nuno Crato e José Manuel Esperto um desafio público para as autoridades militares debaterem na TV o caso Rui Gomes e a libertação dos «pides», ambos, os casos integrados naquilo que tem sido a Justiça militar depois do 25 de Abril.

Sousa e Castro, que é o superintendente da Comissão de Extinção da PIDE, aceitou o desafio para o debate público, recusando-se no entanto a pronunciar-se sobre o caso Rui Gomes, por este estar nas mãos da justiça e não admitindo também outro interlocutor que não fosse o deputado Carlos Candal, alegando que ambos estariam no mesmo pé de igualdade por serem membros de órgãos de soberania.

Ficaram, assim, afastados da discussão o também deputado Acácio Barreiros, o ex-preso político José Manuel Esperto e Nuno Crato, da Comissão de Luta para a Libertação de Rui Gomes.

A AEPPA, de que faz parte José Manuel Esperto protestou em comunicado de Imprensa por não ter sido convidada a participar no debate, considerando que a sua presença seria «imprescindível».

Por seu turno, a Comissão de Luta para a Libertação de Rui Gomes, argumentando que os responsáveis pela libertação dos «pides» e pela manutenção da prisão de Rui Gomes durante 21 meses são os mesmos — «os reaccionários infiltrados no aparelho judicial e militar» — protesta também por não poder participar no debate, afirmando que «as autoridades militares pretendem escamotear a questão central que actualmente divide dois campos bem demarcados o dos antifascista e o dos fascistas — a questão de Rui Gomes».

Entretanto este antifascista, num «repto ao poder político-militar» escrito em Caxias, desafia os militares a responderem a cinco questões todas elas relacionadas com a libertação dos «pides» e a manutenção da sua prisão, e ainda com a idoneidade dos tribunais e dos juízes militares.

Ao mesmo tempo, de sectores tão diferentes como a Câmara Municipal de Almada e a Federação Anarquista Ibérica, continuam a registar-se apoios a Rui Gomes.

Numa moção aprovada pela Câmara Municipal de Almada, esta manifesta «o seu mais veemente repúdio pela situação em que se encontra Rui Gomes e, crente de manifestar os sentimentos democráticos da população do concelho de Almada, exige junto das autoridades competentes a sua imediata libertação».

A FAI, afirmando que «a solidariedade para com as vitimas da actual sociedade, injusta e opressiva, está acima de qualquer separação ideológica e política», declara apoiar «o indivíduo Rui Gomes».

MARN processa agressores da CAP

PORTO, 28 — O Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte (MARN) em comunicado que nos enviou, depois de recordar os acontecimentos ocorridos no passado dia 23, na «Agro-77) em que «um grupo de caceteiros da CAP» boicotou uma sessão do MARN e agrediu um seu dirigente, tendo ainda assaltado o «stand» do jornal «A Terra», afirma que aquele movimento de agricultores e rendeiros «não deixará de proceder judicialmente contra os agressores e provocadores».

Lamenta depois «que não fosse possível discutir um problema que afecta profunda e decisivamente todos os agricultores da região» («aspectos económicos do Arrendamento Rural») e exige que «sejam tomadas medidas sobretudo, quando estão à discussão pública projectos de lei, para as autoridades garantirem condições que permitam levar a opinião dos rendeiros aos órgãos de soberania».

Agricultores contra revogação da Lei do Arrendamento Rural

VIANA DO CASTELO, 28 — Elevado número de pequenos agricultores e rendeiros deste distrito protestou aqui, em reunião promovida pela Liga dos Pequenos e Médios Agricultores com o apoio do MARN, quanto à pretendida revogação da actual lei do arrendamento.

Durante cerca de 3 horas os agricultores analisaram os projectos de lei do MAP e do PSD, considerando-os contrários aos seus interesses. Foi também repudiada a nova modalidade de classificação do leite, categoria «C».

Lotaria perdida

Um vendedor do nosso jornal perdeu ontem, por volta das 15 horas, nas Escadinhas do Duque, cinco meios bilhetes da próxima extracção da Lotaria Nacional, com os seguintes números: 2095, 7247, 6795, 2467 e 9481. Pede-se a quem os achou o favor de contactar o Quiosque da Sorte, ao largo da Misericórdia.

2 SENSACIONAIS EXCURSÕES

AVIÃO TAP AUTOPULLMAN, BONS HOTEIS ACOMPANHADAS POR DELEGADO

SUIÇA AUSTRIA
Zurique-Innsbruck-Cortina d'Ampezzo Klagenfurt-Viena-Salzburg-Munique Lago Constança
Partidas: 21 e 28/7; 4,11,18,25/8;1e8/9.
8 DIAS DE VIAGEM 12.800$ (TUDO INCLUÍDO)

SUIÇA ITÁLIA AUSTRIA
Lagos da Suiça-Interlaken-Geneve Milão-Pádua-Veneza-Cortina d'Ampezzo Innsbruck-Zurique
Partidas: 21 e 28/7; 4,11,18,25/8;1e8/9.
8 DIAS DE VIAGEM 12.400$ (TUDO INCLUÍDO)

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA abreu Fundada em 1840

PORTO Av. dos Aliados, 207 Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sota, 2 Telefs. 27011/2
LISBOA Av. da Liberdade, 160 Telef. 371341
FARO Rua Cons. Bivar, 65 Telefs. 25035/6

1 SEMANA EM ROMA
PARTIDAS: TODOS OS DOMINGOS
Julho 10, 17, 24, 31
Agosto 7, 14, 21, 28
Setembro 4, 11, 18, 25
Preços excepcionais desde * 9.950$
* a vantagem dos voos especiais
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA abreu Fundada em 1840
LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Telef. 371341
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sota, 2 • Telefs. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telefs. 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

PALMA DE MAIORCA
PARTIDAS EM AVIÃO ESPECIAL TAP
TODAS AS 4as FEIRAS
DE: 6 DE JULHO A 28 DE SETEMBRO
1 SEMANA
Preços excepcionais desde * 4.790$
* a vantagem dos voos especiais
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA abreu Fundada em 1840
LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Telef. 371341
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sota, 2 • Telefs. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telefs. 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

2 SENSACIONAIS EXCURSÕES

AVIÃO TAP AUTOPULLMAN, BONS HOTEIS ACOMPANHADAS POR DELEGADO

CIRCUITO dos 3 ALPES
Madrid-Zaragoza-Barcelona Montpellier Marselha-Nice Milão-Pádua-Veneza-Cortina d'Ampezzo Innsbruck Zurique-Lagos da Suiça
Partidas: 8/7 e 15/9
14 DIAS DE VIAGEM 16.650$ (TUDO INCLUÍDO)

CIRCUITO ALPINO
Salamanca-Madrid-Zaragoza Barcelona-Montpellier-Geneve Interlaken Zurique-Lagos da Suiça
Partidas: 11/7 e 15/9
11 DIAS DE VIAGEM 12.950$ (TUDO INCLUÍDO)

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA abreu Fundada em 1840

PORTO Av. dos Aliados, 207 Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sota, 2 Telefs. 27011/2
LISBOA Av. da Liberdade, 160 Telef. 371341
FARO Rua Cons. Bivar, 65 Telefs. 25035/6

É IMPERDOÁVEL NÃO VER
(A. V. — D. de Notícias)

TRABALHADORES DE TEATRO DA CASA DA COMÉDIA EM
A INVENÇÃO DO AMOR
Montagem — Desmontagem — Remontagem do poema de DANIEL FILIPE
Encenação e adaptação de FILIPE LAFERIA
Realização plástica de WLADIMIR FRANKLIN
Na CASA DA COMÉDIA — Rua S. Francisco Borja (As Janelas Verdes)
Todos os dias às 21,45 h.
Sábados e Domingos também às 18 h.
A 2.ª-feira há espectáculo
MARCAÇÃO DE BILHETES PELO TELEF. 60 72 99
Subsidiado pela Secretaria de Estado da Cultura

1001 VIAGENS "IT"
(Tarifas reduzidas de avião)
PEÇA A RESPECTIVA BROCHURA
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA abreu Fundada em 1840
LISBOA: Av. da Liberdade 160 • Telef. 371341
PORTO: Av. dos Aliados, 207 • Telef. 379 21
COIMBRA: Rua da Sota 2 • Telefs. 27011/2
FARO: Rua Cons. Bivar 65 • Telefs. 25035/6

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ NISA

Partidos ontem e hoje em S. Bento

Cunhal: "conversa positiva"
F. do Amaral: "situação preocupante"
Sá Carneiro: audiência para logo

Apresentar ao Chefe do Governo os resultados da Conferência Nacional do PCP sobre problemas económicos e, ao mesmo tempo, a opinião daquele Partido sobre a situação económica e financeira, desde os perigos que pairam sobre transformações democráticas como a Reforma Agrária e as nacionalizações até à «política de recuperação capitalista» que vem sendo praticada, foram os objectivos centrais da audiência havida ontem em S. Bento entre Mário Soares e Álvaro Cunhal. No final, o secretário-geral do PCP referiria o encontro como tendo dado lugar a uma «conversa positiva».

Reportando-se às teses da Conferência, Álvaro Cunhal recordaria que visam «a solução dos problemas económicos e financeiros do País, particularmente para se conseguir reduzir, num período relativamente curto, o défice da balança de pagamentos e alcançar o equilíbrio económico e financeiro».

A indispensável «intervenção activa, consciente, voluntária e entusiástica dos trabalhadores» do processo de recuperação foi sublinhada, colocando como condição o abandono de uma política «que consideramos de recuperação capitalista, latifundista e imperialista».

«Traduzimos isto», disse Álvaro Cunhal, «pela ideia do respeito do 'statu-quo', deixar estar as formações económicas tal como estão, não bulir no sector autogestionado, no sector cooperativo, na Reforma Agrária, no sector nacionalizado, no sector privado. E que se dê a cada ponto a sua dinâmica própria e a possibilidade de poderem desenvolver as suas actividades.»

«Tivémos realmente ocasião de dizer ao sr. Primeiro-Ministro a nossa opinião sobre estas matérias. E mais, pensamos até que o pôr em causa essas transformações democráticas de carácter sócioeconomico é que conduz também a pôr em causa as próprias liberdades, a própria democracia portuguesa.»

Neste contexto o líder comunista focaria ainda o recente empréstimo de 750 milhões de dólares a conceder a Portugal por 11 países da OCDE. Reafirmando o pedido de esclarecimento ao Governo sobre as condições subjacentes ao empréstimo, acrescentaria que «estamos muito apreensivos se, de facto, se confirmasse que esses empréstimos podem estar condicionados, quanto ao prazo ou ao momento de pagamento, à aprovação pelo FMI de qualquer plano da nossa economia».

A duração da entrevista com Mário Soares — cerca de 2 horas — e o interesse dos jornalistas em saber o que a teria ditado levou Álvaro Cunhal a referir que não era hábito do PCP «referir aquilo que nos dizem os nossos interlocutores», adiantando, no entanto, que houve «conversa positiva», não «conversa sem resultados».

AUDIÊNCIA TAMBÉM COM FREITAS DO AMARAL

«O aumento das dificuldades no diálogo no Parlamento» — alusão provável à negativa do PS quanto à adesão ao «bloco de direita», a chamada «convergência democrática» — é uma das questões que «preocupa» o CDS e que levou o seu presidente, Freitas do Amaral, a classificar de «preocupante» a situação no País, após ontem se ter avistado também com o Primeiro-Ministro. Daí que, na sua opinião, o Governo tenha de rever a sua acção e as suas relações na Assembleia da República. «Se tal não suceder, a situação continuará a agravar-se», pressagiou.

Segundo o dirigente centrista, a incapacidade do Executivo faz-se sentir desde Fevereiro para cá e as suas críticas ao Governo têm em vista «contribuir para que este faça uma revisão da sua forma de proceder». Insistiu em que há «alternativa» para o actual Governo, podendo passar «pelo direito do povo a escolher outro Governo».

Freitas do Amaral aludiria também à «extrema-direita» e às suas formações, minimizando o problema. Admitiu, no entanto, que «um ou outro militante do CDS possa ser seduzido por essas organizações», nomeadamente pelo MIRN do general na reserva Kaúlza de Arriaga.

HOJE: PPD EM S. BENTO

Depois destas duas audiências de ontem, o Primeiro-Ministro recebe hoje, às 19 e 15, o presidente do PPD/PSD, Francisco Sá Carneiro.

Todas estas audiências se seguem a encontros realizados pelos líderes dos partidos parlamentares a semana passada com o Presidente da República.

UM ANO NA PRESIDÊNCIA
Governo e Forças Armadas cumprimentam Eanes

A assinalar a passagem do primeiro aniversário da sua eleição para a Presidência da República, o general Ramalho Eanes recebeu ontem no Palácio de Belém delegações do Governo e das Forças Armadas, que lhe foram apresentar cumprimentos pela passagem da data.

A delegação governamental era chefiada pelo Primeiro-Ministro, Mário Soares, e integrava o ministro de Estado, Henrique de Barros, e os ministros sem pasta Jorge Campinos, da Administração Interna, Costa Brás, e da Defesa, Firmino Miguel.

Falando aos jornalistas depois do encontro com o Presidente, o Primeiro-Ministro Mário Soares salientou a importância da data e justificou a presença da delegação em Belém: «O Governo devia associar-se àquilo que representa o sentido da grande maioria, ou senão da totalidade dos portugueses, marcando a eleição que permitiu ao povo português um ano de estabilidade política, um ano em que finalmente se começaram, em paz, numa convivência democrática, em perfeita liberdade e no respeito pelos direitos do homem, a equacionar os grandes problemas da vida colectiva».

Enaltecendo a figura do Chefe do Estado, Mário Soares acrescentou que Eanes «tem sabido dar com equilíbrio, com muito bom-senso e com muita inteligência, aquilo que era necessário, que era integrar-se completamente dentro da Constituição e da unidade nacional. Eu penso — Soares ainda — que o País está de parabéns por este ano e que, naturalmente, o Presidente da República tem exercido da melhor maneira o mandato que lhe conferiu o povo português».

A delegação militar era composta pelo vice-chefe do EMGFA, general Loureiro dos Santos e pelos chefes dos três ramos das Forças Armadas: generais Rocha Vieira, do Exército; Lemos Ferreira, da Força Aérea; e almirante Souto Cruz, da Armada.

Entretanto, a Assembleia da República aprovou na sua sessão de ontem um moção de felicitações a Eanes pela passagem do primeiro aniversário como Presidente da República. A moção foi aprovada pelos quatro maiores partidos.

O representante da UDP não votou a favor, invocando o facto de, na altura da eleição, ter apoiado a candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho.

Também a Câmara Municipal de Lisboa, ontem reunida em sessão pública, aprovou outra moção saudando «calorosamente o primeiro magistrado da Nação, cuja acção relevante em defesa dos valores democráticos e constitucionais merecem o reconhecimento e a consagração de todos os portugueses».

FAUL DO PS
Contracrítica violenta às críticas da Fraternidade Operária

Provocaram uma reacção parece que violenta por parte da hierarquia dirigente do PS algumas declarações publicamente feitas por elementos da Fraternidade Operária no âmbito do I Encontro Nacional desta Associação de Cultura Socialista realizado o último fim-de-semana em Lisboa. Até ao momento a única tomada de posição que se conhece a esse respeito é a da Comissão da Federação da Área Urbana de Lisboa, que ontem emitiu um comunicado criticando asperamente não só as afirmações em causa, mas, mais, entrelê-se que também a realização do encontro e a existência activa da própria Associação.

«Ciente de que interpreta o repúdio dos trabalhadores socialistas», a Comissão da FAUL fala, no seu comunicado, do «teor divisionista das intervenções proferidas por membros da chamada Associação de Fraternidade Operária» e apela para os competentes órgãos nacionais do partido «no sentido de esclarecerem os militantes sobre se é possível estar simultaneamente inscritos no partido e numa associação político cuja principal razão de ser é o ataque sistemático à linha política do partido e à orientação do Governo».

Falando em nome dos trabalhadores socialistas, diz o texto que estes «não aceitam que este grupo auto-designado de esquerda possa por alguma razão ser um «pólo de convergência de esquerda e de unidade no seio da classe operária», o que curiosamente a CGTP-IN também afirma ser».

«ESTRANHA A FAUL...»

Para a FAUL, «esta organização não é uma associação cultural, mas sim um organismo parapartidário que apenas se não converte em partido por não considerar tal oportuno, não só por falta de espaço político como também porque lhes não interessa que alguns dos seus líderes percam o lugar de deputados à Assembleia da República, que conquistaram, não à sua custa nem sob a sigla FO, mas sim sob a bandeira do Partido Socialista».

Uma pergunta: «Como podem os trabalhadores socialistas concordar com uma organização que afirma que neste momento «não há estabilização nem democracia» e que tem como objectivo a crítica frontal à linha política do partido, o apoio à CGTP-IN e uma nítida orientação de **maioria de esquerda**, princípio este contrário à política de não alianças, tónica da campanha eleitoral do Partido Socialista ratificada pelo povo através do seu voto livremente expresso?».

Estranha a FAUL «que pessoas do PS tomem parte na escalada que os seus adversários, nomeadamente os partidos de direita, movem ao partido e ao Governo Constitucional». Mais: «a presença de conselheiros da Revolução neste encontro da FO, pelo que ela pode constituir de ingerência no Partido Governo e de caução a uma manobra nitidamente fraccionista».

não se prive do seu automóvel nos fins de semana, leve-o consigo de comboio!

o serviço diário AutoExpresso

Lisboa-Porto-Lisboa

transporta-o a si e ao seu carro

informe-se nas estações e agências de viagens

Caminhos de Ferro Portugueses

Em ABRANTES o DIARIO DE LISBOA vende-se na firma Casaca Martins, Lda. Praça Visconde de Abrançalha

Recorte e guarde este anuncio. Ele pode vir a ser-lhe útil.

Estamos a caminho da total automatização da rede telefónica nacional.

Agora as ligações para o grupo de redes de Moura já são automáticas.

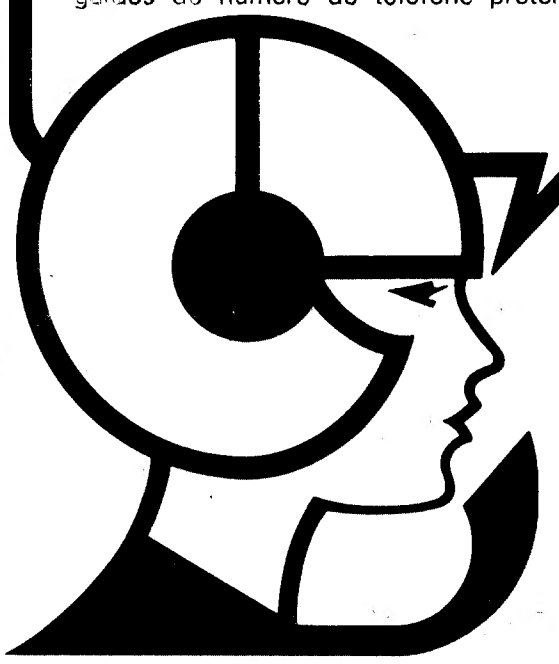
A partir das 15 horas do dia 29 de Junho os assinantes integrados nos grupos de redes de:

Arganil, Aveiro, Beja, Caldas da Rainha, Castro Verde, Coimbra, Évora, Estremoz, Faro, Figueira da Foz, Funchal, Lisboa (TLP), Mealhada, Odemira, Pombal, Portimão, Santiago do Cacém, Seia, Setúbal, Tavira, Torres Vedras, Vila Franca de Xira, Viseu,

podem estabelecer ligações telefónicas automáticas com o grupo de redes de Moura, que integra Moura, Amareleja, Barrancos, Póvoa de S. Miguel, Safara, Santo Aleixo, Santo Amador e Sobral d'Adiça, marcando os indicativos abaixo mencionados seguidos do número do telefone pretendido:

de Lisboa (TLP) 0071

dos outros grupos de redes 071



INFORMAÇÕES

CTT TLP

Serviço telefónico interurbano automático

Rede telefónica nacional 94,7% de automatização

Roménia e Bulgária

15 dias tratamento geriátrico

Partidas todos os domingos de Junho a Setembro em colaboração com a TAROM

Para informações a MUNDIAL

AGÊNCIA MUNDIAL DE VIAGENS R. de S. Marta, 33 A Tel. 57530/6 Lisboa Ou o seu Agente de Viagens

DIAS DE SOL, DE CALOR, DE FÉRIAS! Não se esqueça de dar os necessários cuidados, e, proteções, à pele do rosto e do corpo. A gama de «GUERLAÍN» é extraordinária. Nos rostos jovens, «MAGISTRAL» ou «Créme peau sensible» e base hidratante, quente e doce como pêssego maduro...

Recuperação do ano lectivo na Universidade de Coimbra

Por despacho, a Secretaria de Estado do Ensino Superior aprovou as propostas de recuperação do ano lectivo em curso (suspenso pela greve dos estudantes, primeiro, e pelo encerramento da Universidade por parte do MEIC, depois) para as Faculdades de Letras, Direito, Medicina, Farmácia e Economia da Universidade de Coimbra.

Estabelece o referido despacho que os calendários das provas de exames finais deverão ser elaborados de forma a que não haja épocas suplementares de exame para além do que estipula a lei e que a realização dos exames não prejudique o início das aulas do ano lectivo de 1977/78, marcado para dois de Novembro próximo.

Entretanto o problema da reintegração dos professores saneados na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra continua na ordem do dia. Os estudantes mantêm-se irrevogáveis na sua decisão de não permitir reintegrações que não passem também por deliberação sua, como foi reafirmado numa RGA (muito concorrida) realizada ontem. Mais se pronunciaram os estudantes pelo repúdio da greve em que entraram professores daquela Faculdade. Ao mesmo tempo que os responsabilizam na «desestabilização criada» apelidam a greve de «selvagem», já que não foi determinada por qualquer estrutura sindical nem teve origem em alguma reunião do corpo docente. Exigem, pois, do «Conselho Directivo e do Reitor, uma posição clara e firme, com a imediata adopção de medidas legais que lhes são aplicáveis».

No decurso desta reunião foi ainda decidido apresentar na próxima Assembleia Magna da Academia, marcada para a tarde de amanhã, uma proposta de «convocação de uma concentração dos estudantes, para a próxima quinta-feira, na Reitoria, com ocupação simbólica das instalações daqueles serviços».

CARDIA PROMETE SAIR DO IMPASSE

«Até ao dia dois de Julho estará resolvido o problema que tem impedido o normal funcionamento das aulas na Universidade de Coimbra», declarou Sottomayor Cardia, antes de embarcar para Estrasburgo onde vai participar numa conferência de ministros ligados à Educação.

Com o regresso a Lisboa já marcado para o dia dois de Julho (o dia limite para a saída do impasse, segundo o ministro), Sottomayor Cardia adiantou: «Na Faculdade de Ciências de Coimbra ou a situação se normaliza antes de eu chegar, ou, antes mesmo de eu chegar, serão conhecidas medidas que vão ser tomadas e que já estão previstas desde a semana passada e que só ainda não foram aplicadas porque achamos que é importante continuar-se a ter paciência e a deixar que as pessoas ponderem as consequências dos seus actos».

Quanto ao pedido de audiência formulado pela Associação Académica de Coimbra, Sottomayor Cardia afirmou não ter recebido qualquer resposta à pergunta sobre qual era o assunto a tratar, admitindo contudo que o pedido de audiência tenha a ver com o caso dos professores saneados. «Mas sobre isso» — pronunciou-se Sottomayor Cardia — «não há lugar a novo encontro, já se falou o suficiente sobre isso, já se falou e já os estudantes decidiram».

CRISE NOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO
PCP (Porto) toma posição

. PORTO, 28 — «A crise nos órgãos de Informação portugueses, nos planos económico e estrutural, é um facto que ninguém nega. Uma situação financeira precária, legada pela anárquica gestão capitalista, aliada a uma política de limitação dos direitos dos trabalhadores, contribuiram e contribuem para a instauração de um clima de instabilidade e insegurança entre os trabalhadores, bem como à irresponsabilização administrativa e ao alinhamento editorial e informativo com sectores da reacção», afirma o Organismo de Direcção dos Órgãos de Informação do Porto do PCP. Este Orgânismo reafirma que «a reestruturação da Imprensa tem de ser estudada com os trabalhadores, defendendo os seus postos de trabalho, tomando medidas para a viabilização económica das empresas, assegurando os direitos adquiridos pelos trabalhadores e praticando uma Informação ao serviço da Democracia e da Constituição». O documento reafirma em seguida «que a existência de censura é completamente inadmissível, e que os órgãos representativos dos trabalhadores, nomeadamente Conselhos de Redacção e comissões de trabalhadores, têm de participar na definição da orientação dos jornais e no controlo da sua gestão».

Por último apela «a todos os trabalhadores da Informação para que reforcem a sua unidade e organização em defesa dos seus direitos, na perspectiva de que uma política de cedências à direita favorável à recuperação capitalista limita os direitos e as liberdades dos trabalhadores e, por isso, tem de ser firmemente combatida». E conclui: «Só a unidade e a organização permitem que seja levada por diante uma luta eficaz contra a censura e a manipulação, pela garantia do emprego, por condições justas de trabalho, por uma Informação democrática.»

ESTÁGIO EM LONDRES

Partiu ao princípio da tarde de hoje para Londres o director dos Serviços de Informação da SECS, dr. Fernando Brito e Cunha que, a convite do Governo britânico frequentará um estágio sobre Informação e Meios de Comunicação Social. O seu regresso a Lisboa está previsto para o dia 24 de Julho.

GARANTE MINISTRO CARDIA
Aulas no ISCSP reabrem até ao próximo dia 15

A poucos dias do encerramento das aulas, 1400 alunos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, ISCSP, aguardam a reabertura dos cursos da escola, encerrada desde 28 de Dezembro. De acordo com um encontro entre o ministro Cardia e a direcção da Associação de Estudantes, o representante da pasta da Educação comprometeu-se a criar condições necessárias para que as aulas recomecem antes do próximo dia 15 de Julho.

A reabertura dará execução ao despacho de Sottomayor Cardia, de 18 de Maio, segundo o qual os alunos do ISCSP serão repartidos pelo ISE e pelo ISCTE. Na audiência o ministro informou os alunos daquela escola que os seus direitos serão salvaguardados e embora não sejam admitidas novas inscrições, os alunos poderão concluir os cursos em que se matricularam, após o que se procederá à sua extinção. Relativamente aos alunos do primeiro ano foi afirmado que eles poderiam pedir a transferência para outras escolas sem terem de se submeter aos exames de aptidão nem ao «numerus clausus».

Após a entrevista com o ministro Cardia, os estudantes realizaram uma Assembleia Geral de Escola na qual manifestaram sérias reservas quanto à exequibilidade das soluções de recuperação do ano lectivo apresentadas pelo ministro salientando que, para além da falta de instalações quer no ISE, quer no ISCTE, desconhece-se quem dará as aulas, quais serão as matérias e o tempo durante o qual elas serão leccionadas.

Ainda de acordo com o despacho de 18 de Maio, o curso de Estudos Urbanos e Regionais foi abolido. Este curso criado no ano passado a pedido da direcção da escola estava a desenvolver um estudo extremamente positivo nomeadamente os trabalhos desenvolvidos na área de Setúbal, revelando-se da maior utilidade quanto à preparação de elementos que possam colaborar na administração nomeadamente na sua descentralização.

Está marcada outra AGE para o próximo dia 7 de Julho, com o objectivo de apreciar o trabalho ministerial desenvolvido até lá tendo os estudantes advertido que caso a palavra do ministro não seja cumprida; será reocupada a Reitoria da Universidade Técnica e exigidas responsabilidades às entidades responsáveis pela presente situação que a vida escolar não deixava prever.

Sindicato aprova Estatuto do Jornalista
● Conselho de Imprensa é hoje eleito

. Ontem, na segunda sessão da assembleia geral do Sindicato dos Jornalistas, dedicada à apreciação dos anteprojectos de Estatuto dos Jornalistas e de Regulamento da Carteira Profissional, elaborados pela Secretaria de Estado da Comunicação Social, foi aprovada por unanimidade uma proposta atribuindo ao Sindicato competência para o julgamento das infracções ao Código Deontológico daquela classe profissional.

A assembleia, que concluiu o debate dos dois anteprojectos, defendeu, igualmente, a alteração das taxas a cobrar pela passagem pelo Sindicato da carteira profissional, tendo ficado assente que, para os sócios, será de duzentos e cinquenta escudos e de mil para os não sócios.

A revalidação para não sócios custará cinquenta escudos, sendo gratuita para os primeiros.

. Esta tarde efectua-se nova assembleia geral para proceder à eleição dos representantes do Sindicato no Conselho de Imprensa. A mesa funciona até às 20 horas na sede do Sindicato dos Jornalistas. Concorrem duas listas, sendo a lista «A» proposta pela direcção sindical, composta pelos jornalistas Antónia de Sousa, José Silva Pinto, Ribeiro Cardoso e Veiga Pereira. A lista «B», proposta por um grupo de sócios, é constituída pelos jornalistas Fernando Balsinha, Francisco Máximo, José Manuel Barroso e Wilton Fonseca.

Mais de três mil candidatos à Universidade do Porto

. PORTO, 28 — Segundo informação do Serviço Cívico Estudantil, o número de alunos que requereram a sua inscrição para os exames de admissão ao ensino superior atinge, no distrito do Porto um total de 3247 candidatos. As inscrições terminaram no último sábado. Este número fica abaixo das previsões feitas pelo SCE, já que as estimativas distritais apontavam para mais de 3700 inscrições. Os exames (prova escrita apenas) estão marcados para 27 de Julho. Há ainda a acrescentar àquele número uma meia centena de alunos inscritos anteriormente e que ainda não prestaram provas para ingresso no ensino superior.

Entretanto, como temos noticiado, grande número de candidatos à Universidade do distrito do Porto tem efectuado plenários e protestado contra tais exames de admissão, já que terão de prestar provas sobre matérias que não lhes foram ensinadas e ainda porque lhes haviam garantido o ingresso na Universidade a partir da inscrição no SCE.

Suplemento em debate na ESMCS

. Prossegue, na Escola Superior de Meios de Comunicação Social, o seminário sobre jornalismo que ontem atraiu à sala em que se realizam os colóquios mais de cento e cinquenta pessoas. A sessão de hoje, dedicada aos «Suplementos na Informação», contará com a presença de António Colaço e de João Fernandes respectivamente de «O Diário Popular» e de «O Dia». Amanhã realizar-se-á uma sessão sobre «Ciência e Técnica» que está em atraso e no decorrer da qual falarão Eurico da Fonseca e Sérgio Vieira.

Ambas as sessões terão lugar na sede da ESMCS na Avenida da República 25, 1.º pelas 22 horas.

PUB

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

SECRETARIA DE ESTADO DOS RECURSOS HÍDRICOS E DO SANEAMENTO BÁSICO

DIRECÇÃO-GERAL DOS RECURSOS E APROVEITAMENTOS HIDRÁULICOS

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE OBRAS HIDRÁULICAS

DIVISÃO DE OBRAS

CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA VIA III — TROÇO ENTRE A E. N. 109 E AMOR (E. N. 349-1) — E DA VIA IV, TROÇO ENTRE ORTIGOSA (E. N. 109) E A SERRA DE PORTO DE URSO (E. N. 349-1)

Preço base ..... 9 700 000$00
Caução provisória ..... 242 500$00
Alvará (s) exigido (s) :

— IV categoria ou 1.ª subcategoria da IV categoria
— Classe correspondente ao valor da proposta

As propostas deverão ser apresentadas na Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, na Rua de S. Mamede (ao Caldas), n.º 23, até às 17.30 horas do dia 2 de Agosto de 1977.

O acto público do concurso realizar-se-á pelas 15 horas do dia 3 de Agosto de 1977 no mesmo local, onde o processo se encontra patente em todos os dias úteis e nas horas de expediente.

Lisboa, em 20 de Junho de 1977

O ENGENHEIRO DIRECTOR-GERAL

Joaquim Fernando Faria Ferreira

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

HOSPITAL DE SANTA MARIA

LIMPEZA DO HOSPITAL

Concurso Público n.º 70/77

As respectivas condições encontram-se patentes todos os dias úteis, das 9 às 12 horas e das 14 às 17.30 horas, excepto aos sábados, das 9 às 12 horas, na Secretaria do Serviço de Aprovisionamento.

A abertura das propostas terá lugar no dia e hora indicados nos Cadernos de Encargos.

Lisboa e Hospital de Santa Maria, 23 de Junho de 1977

O CHEFE DO SERVIÇO DE AQUISIÇÕES

a) Manuel Brioso Pina de Jesus

NA QUINTA-FEIRA

Concentração do comércio contra recuperação capitalista

Os trabalhadores do comércio de Lisboa deverão concentrar-se na próxima quinta-feira, dia 30, às 19 e 30, frente à Câmara Municipal, com o fim de mais uma vez afirmarem «a nossa disposição de luta pela defesa da semana-inglesa e do descanso ao domingo», nos termos de uma moção aprovada em reunião geral de sócios do Sindicato respectivo, realizada no dia 24, na Voz do Operário.

Essa concentração deverá coincidir com a entrega aos responsáveis do município de um documento de repúdio, que será entregue sob a forma de abaixo-assinado e no qual se protesta contra o Edital 43/77 que liberaliza os horários no concelho de Lisboa.

O documento exige ainda que os trabalhadores do comércio, através do seu sindicato, sejam ouvidos e participem das resoluções sobre regulamentação do horário dos estabelecimentos e solidariza-se com a luta desenvolvida pelos camaradas do Porto.

Os trabalhadores presentes na reunião do dia 24, pela aprovação da moção referida, afirmam-se na disposição de, lado a lado com os restantes trabalhadores do comércio, tudo fazerem para não permitir que o grande patronato nacional e internacional recupere esta justa conquista dos trabalhadores do comércio.

Por outro lado, os trabalhadores do comércio de Lisboa responsabilizam os órgãos do poder pelas formas de luta que por força das circunstâncias venham a ter de encetar e desenvolver.

Em conferência de Imprensa realizada esta manhã no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa, a direcção respectiva assinalou que o alargamento dos períodos de abertura dos estabelecimentos teria o efeito prático de levar à ruína centenas de pequenos e médios comerciantes e lançar no desemprego milhares de trabalhadores do comércio.

ANTI-«RECUPERAÇÃO CAPITALISTA»

Os elementos da direcção do Sindicato manifestaram ainda que a luta dos trabalhadores é, no fundo, contra a recuperação capitalista e os monopólios, que serão os únicos favorecidos com a publicação do Decreto-Lei 75-T/77, «do ministro Barreto, publicada em 28 de Fevereiro, liberalizando períodos de abertura».

Como curiosidade assinale-se que nesse diploma eram concedidos 90 dias para que as Câmaras Municipais elaborassem novos regulamentos dos períodos de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. «No último dia do prazo estabelecido» — dizem os representantes dos trabalhadores — «a CML aprovou o Edital 73/77, elaborado por uma Comissão formada para o efeito e presidida pelo vereador do CDS, Pedro Feist, presidente da União das Associações de Comerciantes do Sul».

Segundo foi afirmado esta manhã, a liberalização dos horários do comércio lesa gravemente os interesses dos trabalhadores, pois liquida-lhes a semana-inglesa e o descanso ao domingo, possibilita o trabalho nocturno, impõe à mulher trabalhadora situações críticas, diminui na prática os períodos de descanso dos trabalhadores e concorre directamente para o aumento do desemprego.

Aliás, como ficou escrito acima, a liberalização dos horários do comércio tem merecido parte dos pequenos e médios comerciantes um repúdio quase unânime.

Em esforço de tudo isto, a direcção do Sindicato do Comércio reafirma o texto da moção aprovada no plenário quando se afirma que os horários actuais permitem de um modo geral, a todas as outras camadas da população trabalhadora o necessário abastecimento.

E acrescentam: «Não é através dos períodos de abertura dos estabelecimentos que se resolvem os problemas dos trabalhadores-consumidores, mas sim através do descongelamento dos salários, da luta contra a especulação e contra a subida do custo de vida».

NO PORTO: CÂMARA ACEITA SEMANA INGLESA

Na sua reunião de ontem a Câmara Municipal do Porto decidiu consagrar o regime da semana-inglesa para os estabelecimentos comerciais, que já vinha vigorando na cidade, tendo para o efeito aprovado um regulamento que será presente à próxima sessão pública, em 30 do corrente.

O comunicado distribuído no final da reunião salienta, para efeitos da decisão tomada, «as opiniões manifestadas por todas as entidades consultadas por esta Câmara, nomeadamente o Sindicato dos Empregados do Comércio, a Associação dos Comerciantes e cooperativas de consumo». Mais adiante o comunicado afirma que se procurou «uma solução que respeitasse os interesses da grande maioria dos trabalhadores do comércio, dos comerciantes e consumidores, salvaguardando os princípios consagrados a tal respeito, nos contratos colectivos de trabalho».

Faz-se também referência a um «regime especial para alguns estabelecimentos com características próprias» que será objecto de análise concreta pela Câmara, caso por caso, com prévia audiência do sindicato e da associação patronal; os «horários diferidos» para alguns estabelecimentos serão estudados numa reunião próxima em que participarão igualmente os representantes dos trabalhadores e dos comerciantes.

Esta deliberação da Câmara do Porto representa a consagração de uma vontade que os próprios trabalhadores têm vindo a manifestar em jornadas de luta pela semana-inglesa nomeadamente no âmbito da grande jornada nacional do passado dia 22.

FACTOS DESMENTEM GONELHA

Contrato dos Têxteis arrasta-se

—sindicatos preparam resposta

Os sindicatos do sector Têxtil vão reunir na próxima sexta-feira em Lisboa para analisar os obstáculos que se levantam à elaboração de um instrumento de regulamentação colectiva adequado para o sector, prevendo-se que do encontro resultem novas propostas de formas de luta, que poderiam vir a reflectir-se no seio da Comissão Técnica designada pelo Ministério do Trabalho para elaborar o Contrato Colectivo.

A informação foi divulgada esta manhã, no decurso de uma conferência de Imprensa convocada pela Comissão Negociadora Sindical do Sector Têxtil, que imputou responsabilidades ao patronato e ao próprio Ministério do Trabalho pela situação criada, mais de oito meses após o início das negociações do Contrato, Único e Vertical.

Os sindicatos ressentem-se pelo facto de terem sido remetidos ao papel de meros espectadores no seio da Comissão Técnica encarregada de estabelecer o clausulado do Contrato, Comissão esta que foi nomeada pelo Ministério à revelia das associações sindicais, que entendiam não se terem ainda esgotado todas as possibilidades de negociação directa com as organizações patronais. Em consequência disso, os representantes dos diversos Ministérios detêm um papel hegemónico no seio da Comissão, determinando à sua vontade a matéria que irá integrar o Contrato «sem ouvir qualquer das partes».

Por outro lado, os sindicatos apontam o atraso que se vem verificando por parte dos representantes do Governo na elaboração dos estudos económicos prévios. Segundo a Comissão Negociadora Sindical, o Ministério da Indústria «ainda anda à procura dos dados finais resultantes de um inquérito por amostragem iniciado em fins de 76, a partir de valores indicados pelo patronato». Em contrapartida, tem sido votado ao desprezo um estudo devidamente fundamentado, em tempo entregue pelos sindicatos. Quanto ao patronato, «embalado no conforto e protecção governamental dados pelo decreto dos 15 por cento, até se esqueceu» de demonstrar as suas contrapropostas.

Perante esta situação, os sindicatos contestam as afirmações proferidas pelo ministro Gonelha na véspera das manifestações do passado dia 22, segundo as quais a contratação estaria a avançar, mercê dos esforços do seu departamento. Segundo declarou o dirigente Manuel Lopes, esta manhã, tal afirmação está longe de corresponder à verdade, pois é indesmentível que «o Contrato dos Têxteis está parado».

A Comissão Negociadora Sindical continua a lutar para ver assegurados na portaria («contrato») em elaboração os direitos anteriormente adquiridos nos CCT's dos diversos subsectores, bem como um salário digno e justo para toda a classe, que tenha em conta a degradação do poder de compra sofrida nos dois últimos anos. Por isso juntam o seu protesto ao do conjunto do Movimento Sindical, no que se refere às limitações decorrentes do já célebre Decreto-Lei n.º 49-A/77, o «dos 15 por cento», que se pretende ver revogado.

Antecedendo a reunião sindical da próxima sexta-feira, os sindicatos deixam ficar um alerta ao Ministério do Trabalho: «A não ser dada uma resposta correcta e objectiva aos princípios anteriormente referidos, mobilizarão todos os trabalhadores numa frente comum contra a retirada de regalias adquiridas ou contra quaisquer outras manobras que pretendam fazer engolir à classe têxtil, a mais mal paga da indústria transformadora, um salário que não tenha em conta o aumento do custo de vida entretanto verificado e aquele que, certamente, se irá produzir durante a vigência da PRT.»

FIAÇÃO ROSAS (DARQUE)

Suspensão de um turno é "boicote à economia"

Os trabalhadores da Fiação Rosa e Filhos, de Darque, reunidos em plenário no passado dia 20, aprovaram uma moção em que chamam a atenção «das autoridades deste País, de que a salvaguarda dos valores da democracia e da construção do socialismo só se conseguirá se o Governo foir intransigente para com as entidades patronais, na exigência do cumprimento das leis promulgadas e da Constituição da República».

Denunciando «o clima de perseguição e desrespeito pelos trabalhadores por parte da administração», a referida moção denuncia a situação naquela empresa, com o «propósito nítido de boicote à economia nacional, com fins marcadamente políticos, bem manifesto na atitude prepotente da administração que, sem o acordo dos trabalhadores, acabou com a actividade do 3.º turno».

Outras questões são postas no documento: atribuição aos operários de tarefas diferentes e mais duras do que as que lhes pertencem por contato, existência de vagas nos diversos turnos e relutância da administração em reunir com os trabalhadores apesar das várias insistências nesse sentido.

Daí as exigências aprovadas por unanimidade na moção: que seja retomado o funcionamento do 3.º turno; que os trabalhadores sejam recolocados nos seus postos de trabalho de acordo com a respectiva categoria profissional; e, que os quadros dos diversos turnos sejam completados em atenção a uma maior produção, às necessidades da satisfação da procura de emprego e em atenção aos superiores interesses económicos nacionais».

Outro ponto da moção contém uma exigência de que «a administração reuna periodicamente com os trabalhadores, concretamente através dos seus representantes, a fim de serem resolvidos na melhor harmonia possível todos os problemas existentes na empresa».

Delegados do material eléctrico analisam contrato

Os delegados sindicais do sector de fabricantes de material eléctrico vão reunir-se esta noite em Lisboa, Porto e Coimbra para analisarem a forma como estão a decorrer os trabalhos de elaboração da respectiva portaria de regulamentação de trabalho.

Segundo informa a comissão negociadora sindical o Governo ainda não apresentou o estudo do sector que se tinha comprometido a entregar ontem, estudo que, no entanto, «sabemos estar feito há já vários dias». Por outro lado, «continua a assistir-se à cedência permanente do Governo perante as propostas que os patrões vão fazendo naquela comissão técnica, e com prejuízo das propostas dos 30 mil trabalhadores que não são aumentados há já 27 meses».

Os sindicatos insistem na conclusão do contrato até final deste mês, nele devendo figurar a matéria já acordada.

CGTP convidada para Congresso Mundial

Uma delegação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses encontrou-se no passado dia 11, em Genebra, com uma delegação da Confederação Mundial do Trabalho, chefiada pelo seu secretário-geral, Jan Kulakowski.

A delegação da CGTP-IN, composta de três secretários nacionais e do chefe do Departamento Internacional aceitou o convite para participar no próximo Congresso da Conferência Mundial do Trabalho, em Outubro, que lhe dirigiu a delegação da CMT. As duas delegações concordaram no estabelecimento de um programa concreto de cooperação, em diversos domínios, cuja preparação vai fazer-se em reuniões de trabalho previstas já para os próximos meses e uma reunião dos dois executivos a realizar em Novembro.

A delegação portuguesa relatou a evolução social e sindical do nosso país depois do Congresso de Todos os Sindicatos, que determinou os objectivos de acção do Movimento Sindical.

Vencimentos em atraso originam paralisação

Os trabalhadores da empresa «Vinicasa», do Cartaxo, poderão paralisar no próximo dia 1, se até dia 30 do corrente a Administração da empresa não pagar integralmente os ordenados vencidos até ao fim deste mês.

Além de não terem recebido parte dos subsídios de férias de 75 e subsídio de 76, bem como diferenças salariais determinadas pela entrada em vigor do novo Contrato Colectivo, os trabalhadores da «Vinicasa» não recebem vencimento há meses. Em 20 de Abril passado, numa reunião na Delegação do Ministério do Trabalho em Santarém, o administrador da empresa Rogério Ribeiro, comprometeu-se a pagar várias prestações dos vencimentos em atraso, mas entretanto só pagou, em meados de Maio, metade do ordenado de Abril. De então para cá nada mais pagou, rondando o montante dos atrasados, em relação a cada trabalhador, quinze contos.

Face a esta situação, os trabalhadores decidiram em plenário exigir o pagamento dos atrasados, até dia 30, bem como o pagamento de tudo quanto a empresa deve a três trabalhadores que rescindiram os respectivos contratos.

Trabalhadores do INE solidários com delegado suspenso

A suspensão dè um delegado sindical do Instituto Nacional de Estatística motivou a entrega de um abaixo-assinado subscrito por mais de meio milhar dos seus colegas de trabalho ao secretário de Estado do Planeamento, dr.ª Manuela Silva, na passada sexta-feira. os subscritores reafirmam nesse documento a intenção de defender os seus órgãos representativos perante a hierarquia, «mostrando estar dispostos a defender as conquistas que no campo da liberdade sindical alcançaram depois do 25 de Abril».

O delegado sindical em causa tinha sido suspenso ao abrigo do estatuto disciplinar do tempo do fascismo, sem que fosse invocada qualquer razão específica, no momento em que ainda se encontrava em curso um inquérito a factos relacionados com o exercício da actividade sindical.

Recentemente, os delegados sindicais da Função Pública (Sul) haviam aprovado uma moção de repúdio por tal medida, que entendem «arbitrária», traduzindo «uma ingerência na vida sindical e um claro ataque ao Sindicato».

UNIÃO SOVIÉTICA
de 14 a 22 Agosto
Visitando:
MOSCOVO e LENINEGRADO e ainda COPENHAGUE
Esc. 21.700$00
Pensão Completa
EXCURSÕES
Acompanhamento de um Guia Português
HAVAS EXPRINTER
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE VIAGENS
RUA AUREA 234 242
TELEFS 324306 325620 360464 363019
TELEG HAVEX-LISBOA PORTUGAL

PANO TERYLENE ESTAMPADO 95$00 — PANO TERYLENE ESTAMPADO 95$00 — PANO TERYLENE ESTAMPADO 95$00 — PANO TERYLENE ESTAMPADO 95$00 — PANO TERYLENE ESTAMPADO 95$00 — PANO TERYLENE

SENSACIONAL LOTE DE EXPORTAÇÃO NA

JOFRAMA

VAMOS VENDER 150 000 MTS. DE PANO DE LENÇOL TERYLENE-ALGODÃO, LINDOS DESENHOS
estampados com 2 mts. de largura a preço que não voltará a repetir-se

Valor normal 165$00 metro
Nesta campanha apenas 95$00

Milhares de jogos de cama estampados de 2 mts. larg. e com 2 lençóis

Bons	495$00
Muito Bons	595$00
Qualidade Extra	695$00

Mais pano estampado

1,40	1,80	2,00
45$00	49$00	59$00

JOFRAMA

Todo o nosso enorme sortido de Verão a preços em concorrência
Milhares de camisas de homem m/ manga lindos padrões

Terylene	143$00
Não passa a ferro	187$00

Milhares camisolas de algodão Sr.ª Estampadas, lisas e riscas

S/ manga	39$00
M/ manga	59$00
Também para criança vários padrões apenas por	35$00
Milhares calções turcos para criança	25$00
Toalhões de praia enormes a começar em	69$00

JOFRAMA

O nosso 1.º andar é o delírio das noivas e donas de casa

Toalhas de mesa estampadas redondas e quadradas 1,5	119$00
Toalhas pic-nic 1,2 lindas	69$00
Idem 1,2 estampadas	50$00
Cortinado terylene 3, larg. jakard com desenho e barra	49$00

Jogos banho 5 peças lindíssimos

Vários padrões	178$00
Muito bons	239$00
Turco aveludado	555$00
Jogos mesa estampados c/ 6 guardanapos 1,5×1,5	124$00
Lençol turco gigante	98$00

JOFRAMA

SEDE — RUA DOS FANQUEIROS, 226-232
(Frente à Rua da Assunção)
FILIAIS — RUA JOÃO DAS REGRAS, 4-B
(Junto à Praça da Figueira)
RUA DA MADALENA, 203-217
Telefones 862899 · 872156 · 873340 · 868572
LISBOA-2
MANDAMOS À COBRANÇA PARA TODO O PAÍS E ILHAS

O DEBATE CARLOS CANDAL-SOUSA E CASTRO (ESTA NOITE NA TV)

Falar dos "pides" e igi será cedência à direit

«Se o debate televisivo desta noite se vier a realizar como está programado, ou seja entre Carlos Candal e o capitão Sousa e Castro, e versando apenas o problema da libertação dos «pides», teremos então de concluir que há forças ocultas, necessáriamente pertencentes à direita militar, interessadas em continuar a ocultar à opinião pública a verdadeira face jurídica e política do caso Rui Gomes, que lhe deu origem», afirmou ao «DL» Nuno Crato, membro da Comissão de Luta pela Libertação Imediata daquele estudante antifascista, referindo-se à forma como o capitão Sousa e Castro e mais concretamente o Conselho da Revolução, transformaram o repto que lhes foi lançado por cinco individualidades (Nuno Crato, da Comissão de Luta, Carlos Candal, deputado do PS, José Manuel Esperto, da AEPPA, Acácio Barreiros, deputado da UDP, e José Gomes, irmão de Rui Gomes) para um debate televisivo sobre o caso de Rui Gomes, num encontro singular com apenas um dos signatários do documento «Aceitamos o desafio, senhor capitão!», e sem que o tema Rui Gomes surja sequer como «simples adenda» no programa «O Mosaico» a ser moderado, cerca das 22 horas de hoje, pelo jornalista José Carlos de Vasconcelos.

Recorde-se que na origem deste «Frente-a-Frente» está a intervenção de Carlos Candal num comício na Voz do Operário, durante o qual aquele advogado aveirense afirmou estar alguém no Conselho da Revolução «interessado em defender os «pides» e não interessado na libertação de Rui Gomes». No dia seguinte, à saída de uma reunião daquele órgão, o capitão Sousa e Castro afirmaria estar disposto a debater na televisão o problema dos «pides», não fazendo, no entanto, qualquer alusão ao caso Rui Gomes.

«É necessário que se torne claro — precisou Nuno Crato — que os signatários do «Aceitamos o desafio, senhor capitão!», longe de visarmos atingir a figura isolada do capitão Sousa e Castro, pretendíamos acima de tudo centrar à volta do caso Rui Gomes, e, naturalmente em redor da situação dos «pides», a discussão através da televisão, do problema mais vasto do direito dos soldados, de tudo aquilo que se pratica em Portugal contra os direitos dos militares antifascistas a coberto do Código de Justiça Militar em vigor, cuja responsabilidade decorre necessariamente através do Estado-Maior-General das Forças Armadas».

— afirmou (

que acabaram por ser absolvidos ou condenados a penas mais que expiadas.

«No fascismo combatíamos contra isso. Se no fascismo que era todo ele um estado de excepção, nós não queremos que factos destes continuem a acontecer. Queremos que na realidade a justiça neste pais seja tanto quanto possível de cristal e que não haja duas justiças paralelas. Que enquanto uma reprime pouco a outra reprime mais, utilizando poderes de excepção que a outra não pode utilizar, sendo esta última a Justiça Militar. E que a médio prazo teria a tendência para substituir os tribunais plenários como, aliás, acontece em muitos países capitalistas até formalmente democráticos. Não queremos de facto que haja a possibilidade da Justiça Militar e o Poder Militar através de processos judiciais ou de processos disciplinares utilizem meios excepcionais contra a democracia ou contra os direitos do homem.

«Os direitos dos soldados são direitos de cidadãos portugueses e a Constituição que veio no seguimento de lutas

Amadeu Lopes Sabino é o advogado oficioso de Rui Gomes. Era, portanto, importante ouvir a sua opinião sobre este processo já longo de vinte e dois meses, e sobre a recusa à sua abordagem no programa televisivo em foco.

Disse-nos Amadeu Lopes Sabino: «Penso que seria muito incorrecto para o movimento democrático em geral e para a questão da clarificação da Justiça Militar, em particular, que o debate se transformasse numa questão pessoal entre as duas pessoas que nele intervêm, e que, por outro lado, houvesse um ataque indiscriminado ao Conselho da Revolução e às personalidades que, apesar de tudo, no seu interior se demarcam da ala mais reaccionária do poder político-militar. O problema da Justiça Militar tem, aliás, neste momento uma acuidade muito grande e felizmente que o caso Rui Gomes permitiu pôr o dedo na

MESA-REDONDA CONDUZIDA POR MANUEL GERALDO

ferida. Porque não poderemos esquecer que é através da Justiça Militar que têm sido cometidos os maiores atentados contra a democracia em Portugal após o 25 de Abril. Seria pois desejável que no debate desta noite acontecesse justamente o aprofundar destas questões em termos que permitissem defender a democracia e não em lançar a confusão na opinião pública em torno de querelas pessoais».

DL — Não haverá o risco do debate desta noite, em torno do problema dos «pides», se vir a transformar numa repetição monótona, e sem dados novos, do «frente-a-frente» travado há meses sobre este mesmo tema, entre o capitão Sousa e Castro , o deputado socialista Raul Rego e os advogados Abranches Ferrão e José Augusto Rocha?

Amadeu Lopes Sabino: «Realmente temo que assim venha a suceder, já que no momento em que se transferem para debates deste tipo questões de concorrência entre orgãos de soberania, hipoteticamente representativos, que ali vão apenas para ilibar-se de responsabilidades, nada de novo, por norma, pode acontecer. Quando talvez até numa análise mais cuidada pudessem, enfim, levar a uma repartição de culpas com mais justiça do que aquela que demagogicamente é feita. Nós julgamos que, de facto, o problema da justiça Militar é sumamente importante neste momento e que já era a altura de se clarificarem as lacunas que nela existem. Porque não pensemos que a Justiça Militar é uma parcela àparte do resto da justiça. Em primeiro lugar não é. Em segundo lugar o que há são forças bem instaladas no aparelho de Estado, bem colocados no poder político-militar e com fortes apoios a todos os níveis, e não apenas no Conselho da Revolução. E o que essas forças pretendem é que de facto a Justiça Militar possa ser um aparelho de excepção para defrontar as lutas populares, para reprimir.

O caso do Rui Gomes e neste capítulo exemplar, mas não nos esqueçamos que quando nós, juristas e não juristas, temos protestado contra a sua prisão arbitrária, sem culpa formada durante mais de vinte meses, à qual só uma greve de fome prolongada e quase fatal permitiu pôr termo, nós não estamos só a defender o Rui mas as centenas de militares que existem nas mesmas condições.

A Justiça Militar que herdámos do fascismo é bem exemplificativa nisto. Eu fiz parte da tropa em Penamacor como soldado raso numa unidade da companhia disciplinar onde era faxina da secção de justiça. Fui para lá para limpar a secção. Todos os processos de presos que se encontravam naquela unidade estavam esquecidos ou desprezados. Essa era a sua função. Fazer injustiça, não fazer nada. Em dado momento o comandante ordenou-me que tomasse conta daqueles processos e eu dei-lhes um certo avanço conjuntamente com um oficial que lá estava e foi possível mandar para o tribunal processos de indivíduos há anos presos e populares que acabaram por se reflectir em S. Bento, quer certas forças quisessem ou não, não faz nenhuma espécie de distinção entre portugueses militares e portugueses civis. Ao contrário do que o poder político-militar tentou constan-

super LONDRES 2000
férias·negócios
Partidas às QUINTAS e DOMINGOS de Maio a Outubro e as SEGUNDAS de Julho a Setembro
Fim de Semana 4dias
Mini-Semana 5dias
Semana 7dias
Maxi-Semana 8dias
desde 6.500$
LONDRES e EDIMBURGO · 8 dias
INGLATERRA e ESCOCIA · 11 ou 15 dias
programas reservas
VIAGENS RAWES
Lisboa-Correspondência R. Bernardino Costa 47
Expediente Trav. do Corpo Santo 15 Tel. 370231
Faro-Rua Conselheiro Bivar 72 Tel. 23195/6

Os participantes na mesa-redon Amadeu Lopes Sabino (advoga Paulo A

norar Rui Gomes
ta militar
Comissão de luta ao "DL"

Rui Gomes quando em 25 de Outubro de 1976 se dirigia, sob forte escolta ao Tribunal Militar de Santa Clara, a fim de prestar declarações ao juiz Saraiva Coelho, o mesmo que libertou Spínola

vi-
as
s
o
do
e-
ti-
os
s-
to
ão
os.
ne
s,
o
ar,
i-
ia
os
s,
a-
e
de
de
er
u-
i-
o-
ou
os
u-
ue
as

e
r
r
u
e
s
i
r

temente fazer crer a única distinção entre portugueses que é feita pela Constituição, e essa o poder-político militar faz por esquecê-lo, é entre os portugueses propriamente ditos e os «pides». Essa é que o artigo 309 da Constituição distingue perfeitamente. Por isso neste aspecto nós queremos que a Constituição seja totalmente cumprida. Não queremos uma Justiça Militar diferente da Justiça Civil e queremos ambas democráticas».

PERIGOSO É SER ANTIFASCISTA

DL __ Marcado para o próximo dia 13 de Julho, e quando nele já se sabe irão aparecer como testemunhas de acusação, nomes como os do coronel Jaime Neves e do capitão Apolinário, do Regimento de Comandos da Amadora, o julgamento de Rui Gomes não poderá trazer a lume todos estes problemas que tem estado a focar, bem como uma pista mais segura das forças que se movimentam por detrás deste caso?

Amadeu Lopes Sabino: «Que há de facto uma série de forças que se movimentam por detrás disto é perfeitamente claro, porque foram essas forças que mantiveram justamente este processo para além daquilo que a opinião pública nacional e internacional suportavam. É evidente que isso se tornou um pequeno cavalo-de-batalha da direita, como se transformou num pequeno cavalo-de-batalha da democracia. Agora o que nós, os defensores de Rui Gomes queremos deixar bem claro é que quando estamos a defender uma justiça militar integra e isenta não estamos de qualquer modo a encetar uma campanha contra aquilo que, para além de todas as contradições, existe de positivo nesta forma democrática de Estado em que vivemos. Evitando assim qualquer tentativa para que as forças de direita, como lhes é peculiar, tentem fazer qualquer aproveitamento para o seu lado deste caso».

«DL» __ Que provas recolheu o juiz-instrutor do processo, precisamente Saraiva Coelho, o mesmo que libertou Spínola, para manter Rui Gomes detido durante vinte e dois meses?

Nuno Crato: «O processo já foi analisado por vários advogados, e não só pelos advogados que estão a fazer a defesa de Rui Gomes, e é opinião unânime de que as provas são ridículas, não se podendo falar de uma única prova séria em todo o processo. Eles meteram-se numa embrulhada. Há um assalto a um quartel, ou uma tentativa de assalto a um quartel em Porto Brandão na madrugada de 25 de Setembro de 1975, há um ferido no assalto a esse quartel, segundo afirmam. Na manhã seguinte há a manifestação dos Deficientes das Forças Armadas frente a S. Bento e aí o Rui Gomes é ferido.

Há esta coincidência, é procurado nos hospitais um ferido e a partir daí dizem que o ferido (Rui Gomes preso no Hospital de Santa Maria quando se tratava depois de ter sido baleado pelas forças dos Comandos da Amadora) é o assaltante do quartel.

O que acontece é que durante os vinte meses decorridos, as autoridades militares poucos elementos reúnem e os que reúnem são ridículos, provas judicialmente nulas. Para além de uma série de irregularidades que na altura do julgamento irão ser divulgadas.

Para se ver qual o estofo moral do juiz Saraiva Coelho, que à semelhança da maioria dos juízes destacados na Polícia Judiciária Militar fez serviço nas ex-colónias até ao 25 de Novembro em íntima colaboração com as polícias que reprimiam os movimentos de libertação, ele refere textualmente no despacho de pronúncia que Rui Gomes é um indivíduo perigoso e que «tal perigosidade não é afastada nem desmentida pelo arguido em todo o processo, muito pelo contrário, afirma-se antifascista e revolucionário, simpatizante de organizações antifascistas». Isto textualmente, repito. Quer dizer, segundo o dr. Saraiva Coelho, Rui Gomes é perigoso porque é antifascista.

Tal facto vem demonstrar aquilo que esta Comissão de Luta tem frisado. A de que Rui Gomes é um preso político antifascista, e é esta condição que leva o juiz Saraiva Coelho a considerá-lo (sic) «uma personalidade mal formada» e a partir daqui já poderemos tirar conclusões sobre a isenção que tem rodeado a elaboração deste processo».

UM REGULAMENTO PRISIONAL DE 1930

«DL» __ Fala-se que o caso de Rui Gomes foi prejudicado pela entrada tardia em vigor do novo Regulamento de Disciplina Militar, dado que ao abrigo do antigo RDM poderia estar detido mesmo sem culpa formada, a título de prisão preventiva.

Amadeu Lopes Sabino: «Neste processo o RDM não é posto em causa. Aqui apenas surge o antigo Código de Justiça Militar e o novo Código de Justiça Militar dado que o Código de Justiça Militar herdado do fascismo não instituia prazos para as prisões preventivas. A face dele qualquer indivíduo podia ser detido e ficar na cadeia esquecido, à espera que um dia fosse absolvido, à espera que um dia fosse condenado. Na prática a não existência de prazos transforma necessariamente qualquer prisão preventiva numa medida de segurança administrativa, dada discricionariamente pela polícia ou por outra qualquer espécie de autoridade.

«DL» __ Foi nessa base que, por exemplo, os implicados na tentativa de assalto ao Quartel de Beja, na madrugada de 1 de Janeiro de 1962, estiveram durante vários meses presos sem processo formado?

Amadeu Lopes Sabino: «Não, porque nesse assalto o processo foi imediatamente aforado à PIDE que, nessa altura, tinha a faculdade de instruir todos os processos de carácter político. Portanto, qualquer processo onde houvesse qualquer acto que fosse considerado dentro desse âmbito era mandatada aquela polícia repressiva. A Justiça Militar cometeu, realmente, muitos crimes, mas esse não o cometeu de facto.

Antes da entrada em vigor do novo Código de Justiça Militar, o que veio a acontecer em Abril deste ano, havia uma série de crimes que eram delitos que pelo simples facto de serem cometidos em instalações militares eram imediatamente instruídos pela Polícia Judiciária Militar (caso do 11 de Março).

Hoje só os crimes essencialmente militares é que são cometidos à Justiça Militar. Portanto, um soldado que roube num quartel já vai para a Justiça Civil, ao passo que um soldado que cometer um crime tipicamente de carácter militar é julgado em tribunal militar. Em princípio o Rui Gomes através da aplicação do novo Código nem sequer seria julgado em Tribunal Militar. Seria sim julgado em Tribunal Civil.

«DL» __ Face a prolongada greve da fome a que se sujeitou, Rui Gomes estará em condições físicas, mesmo mínimas, **para começar a afrontar o 1.º Tribunal Militar Territorial no próximo dia 13 de Julho?**

João Paulo Amorim (médico assistente de Rui Gomes): «se, entretanto, não surgir qualquer complicação, sempre

Continua na pág. 10

...edonda (da esquerda para a direita): Manuel Geraldo (pelo «DL»), ...vogado de Rui Gomes), Nuno Crato (da Comissão de Luta) e João ...lo Amorim (médico assistente de Rui Gomes)

GITUS

Grupo Intersindical para o Turismo Social

informa todos trabalhadores

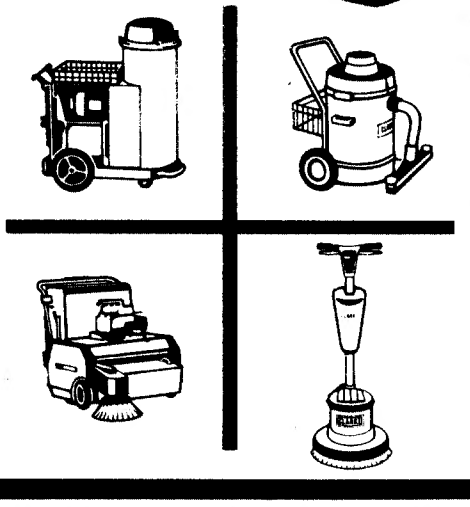
Que tem ainda diversos lugares para as viagens semanais à MADEIRA e AÇORES.

INSCRIÇÕES:
Rua do Alecrim 10 __ Telef. 365782
Av. Sidónio Pais 4-A __ Telef. 539871
P. Restauradores 14 __ Telef. 362501
R. Victor Cordon 1-3.º __ Telef. 365286

Em ARMAÇÃO DE PÊRA o DIARIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA LAMI

A maior linha de máquinas industriais para limpeza

"Mais de 90 modelos para resolver qualquer problema de limpeza"



A Vadeca possui a maior linha de máquinas industriais para todas as operações de limpeza em qualquer tipo de pavimento: aspiradores para sólidos e líquidos, enceradora-lavadora, máquina para lavar carpetes, lavadoras-secadoras para grandes áreas, auto varredora-aspirador e uma completíssima gama de acessórios.

O Gabinete Técnico de Estudo da Vadeca indica, sem compromisso de compra, quais as máquinas da sua gama, próprias para a limpeza especializada de cada local.

vadeca

LISBOA – R. Prof. Reinaldo dos Santos, Lote 2 – Telef. 789333
PORTO – R. 31 de Janeiro, 210 – Telei 20471

PUB

AOS TRABALHADORES

SECTOR DE FABRICANTES DE MATERIAL ELÉCTRICO E ELECTRÓNICO

Mais uma vez o Governo, através do Ministério da Indústria, representado na Comissão Técnica, não apresentou o estudo do Sector com que se tinha comprometido para hoje dia 27. No entanto sabemos que esse estudo está feito há já vários dias.

Também o representante do Ministério do Trabalho afirmou que «talvez lá para a semana o Contrato esteja pronto».

Por outro lado, continua a assistir-se à cedência permanente do Governo perante as propostas que os patrões vão fazendo naquela Comissão Técnica, e com prejuízo das propostas dos 30 000 trabalhadores que não são aumentados há já 27 meses.

Camaradas:

A nossa posição está claramente definida e tem de ser por nós defendida!

— O CONTRATO TEM DE ESTAR PRONTO ESTE MÊS.

— A MATÉRIA JÁ ACORDADA TEM QUE VIR NO CONTRATO.

— AS NOSSAS PROPOSTAS TÊM QUE SER DEFENDIDAS.

Não podemos aceitar que os interesses dos trabalhadores continuem a ser espezinhados.

Convocam-se os Delegados Sindicais para uma reunião 3.ª feira, dia 28, às 20.30 horas, no Sindicato dos Electricistas do Sul.

Dada a gravidade da situação nenhum Delegado deve faltar.

Os Delegados devem dar conhecimento deste comunicado a todos os trabalhadores, bem como da realização de um Plenário Geral de Trabalhadores a realizar muito brevemente.

— POR UM CONTRATO JUSTO COM A MATÉRIA JÁ ACORDADA!

PELA DEFESA DAS PROPOSTAS SINDICAIS!

— POR ORDENADOS QUE FAÇAM FACE AO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!

Mantem-te informado e mobilizado.

A COMISSÃO NEGOCIADORA SINDICAL

27-6-77

PUB

CONVOCATÓRIA

Os Sindicatos abaixo assinados convocam os trabalhadores ao serviço das Instituições de Previdência, para um Plenário a realizar no dia 28 do corrente (3.ª feira) às 18.30 horas, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnicos com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único — Informações sobre o C.C.T.

COMPARECE !

PARTICIPA !

A TUA PRESENÇA É NECESSÁRIA !

Lisboa, 22 de Junho de 1977

SINDICATO TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA
SINDICATO PORTARIA E VIGILÂNCIA
SINDICATO TELEFONISTAS DO DISTRITO DE LISBOA
SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
SINDICATO DA INDÚSTRIA DE HOTELARIA
SINDICATO CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO DE LISBOA

A C. P. INFORMA :

Por motivo dos trabalhos de renovação da via, na linha do Sado entre Ermidas-Sado e Funcheira é suprimida, a partir de 20 de Junho, de segunda a sexta-feira, a seguinte circulação.

— **Automotora n.º 9121 com partida de Ermidas-Sado às 14.31 e chegada à Funcheira às 15.00 horas.**

O transporte dos Srs. Passageiros será assegurado por camionagem, devendo, para o efeito, informarem-se junto dos Chefes das estações.

Vasco Gonçalves em Almada

Vasco Gonçalves deslocou-se a Almada para assistir a uma das últimas representações de «O segredo do Faísca», que a Cooperativa de Teatro daquela vila leva à cena. Na imagem, o ex-Primeiro-Ministro troca impressões com os actores e encenador Rogério Paulo

Prémio da SACEM para Emmanuel Nunes

. Aguarda-se com expectativa a primeira audição em Lisboa da obra **Ruf**, para orquestra e banda magnética, do compositor Emmanuel Nunes, que foi considerada o «acontecimento» deste ano do Festival de Royan e como tal saudada pela crítica. **Ruf** (a palavra é alemã e significa apelo ou chamamento) será interpretada na próxima quinta-feira, às 18,30 no Auditório da Fundação, pela Orquestra Gulbenkian, sob a direcção de Juan-Pablo Izquierdo, com a colaboração do autor no controlo da banda magnética, estando incluída num programa de que faz parte uma peça electro-acústica do espanhol Luís de Pablo. No mesmo dia e local, às 21.30, o Coro Gulbenkian, dirigido por Fernando Eldoro, executará, também em primeira audição no nosso país, outra obra de Emmanuel Nunes, intitulada «73 Oeldorf 75» e destinada a seis coros e três bandas magnéticas. O compositor, há muito radicado em Paris, acaba de receber o Grande Prémio da SACEM, uma das mais importantes Sociedades de Autores estrangeiros.

Entretanto, amanhã, quarta-feira, pelas 18.30, também na Fundação Gulbenkian, o Grupo de Música Contemporânea de Lisboa, dirigido por Jorge Peixinho, realizará obras de Filipe Pires, Clotilde Rosa, Constança Capdeville e Peixinho. A peça de Clotilde Rosa («Encontro») foi seleccionada entre as dez melhores apresentadas este ano na Tribuna Internacional dos Compositores (UNESCO), em representação das estações de rádio de mais de trinta países. Chega-nos também a notícia de que Jorge Peixinho foi eleito para o Conselho Presidencial da Sociedade Internacional de Música Contemporânea.

Significa isto que os Encontros de Música Contemporânea, a decorrer na Gulbenkian, reflectem de certo modo a crescente repercussão internacional da obra dos compositores portugueses da nova geração.

Quanto à restante programação destes Encontros, que terminam na sexta-feira, pelas 18.30, com a 1.ª audição, entre nós, da peça «El Cimarrón» de Hans Werner Henze, pelo barítono William Pearson, acompanhado por flauta, guitarra e percussão, compreendem ainda as seguintes obras:

. Hoje, às 18.30, pelo grupo Teatromúsica, com o soprano Elise Ross e a colaboração de Carlos de Carvalho (recitante), sob a direcção de Marcello Panni, «Romanza senza parole» de L. Ferrero, «Quintetino» de S. Sciarrino, «Déchiffrage», de M. Panni, «L' invitation au voyage», de Tomás Marco, «Profils», de J. A. Blin, e «Sylvia Simplex», de F. Pennisi.

Na quinta-feira, no concerto do Coro Gulbenkian, pelas 21.30, Fernando Eldoro dirigirá, além da obra de Emmanuel Nunes já acima referida, uma peça sua em estreia («Tristis est animae mea»), o «Stabat Mater» de Pendrecki e as célebres «Nuits» de Xenakis, dedicadas aos presos políticos vítimas dos regimes fascistas europeus e latino-americanos.

Não há ainda confirmação sobre se a obra de Luís de Pablo «Dejame hablar», retirada do programa de um dos últimos concertos, por atraso na recepção dos materiais, poderá ser realizada durante o concerto da Orquestra Gulbenkian, previsto para quinta-feira às 18.30 e ao qual se faz referência no início desta notícia.

SPA justifica direitos de autor

. A Sociedade Portuguesa de Autores tem sido alvo de críticas pelo facto dos seus estatutos preverem a cobrança de direitos de autor para os seus sócios. Em resposta a estas críticas, Luís Francisco Rebelo informou que existem em Portugal outros organismos além daquela sociedade que cobram igualmente direitos de autor, nomeadamente a Associação Portuguesa de Artistas Plásticos, Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto e a Associação Portuguesa de Escritores.

Luís Francisco Rebelo informou ainda que «só aderem à SPA os autores que querem, e devo dizer que a grande maioria dos contratos que se fazem neste país são celebrados directamente entre o autor e o editor, sem passagem pela Sociedade». Em muitos outros países, é obrigatória a intervenção das respectivas sociedades de autores na elaboração dos contratos.

Por outro lado, Luís Francisco Rebelo refutou a acusação de que a SPA cobra elevadas percentagens sobre os direitos de autor que recebe, informando que estas variam entre o mínimo de 5 e o máximo de 30 por cento, o que é igual ao que se pratica em todo o mundo. Quanto aos discos, a SPA cobra 20 por cento, na música 25 por cento, em espectáculos entre 5 a 10 por cento e na RTP entre 10 a 30 por cento. A título de exemplo informa-se que no Uruguai e no México a percentagem para todos os casos referidos é de trinta por cento.

Luís Francisco Rebelo informou ainda que em França o esquema seguido pela Sociedade de Autores não é fixo, determina-se em primeiro lugar a previsão das despesas gerais da sociedade, retira-se dos direitos de autor cobrados a verba necessária para lhe fazer face e só depois se distribui a diferença pelos autores. Assim, naquele país pode acontecer que a percentagem seja superior a trinta por cento.

Mesa-redonda sobre o caso Rui Gomes

Continuação da pág. 9

possível em casos desta natureza, estou certo que Rui Gomes já estará em condições, pelo menos sofríveis para se apresentar perante os juízes no dia 13. Até agora tem seguido um regime alimentar fraccionado, com a ingestão de pouca carne e peixe. Através de análises efectuadas regularmente têm sido registadas algumas anomalias, sobretudo no campo renal, que apresenta valores de certo modo preocupantes se atentarmos naqueles que o detido possuía quando iniciou a greve da fome. Para além do mais temos de atentar que não existem estatísticas sobre a forma de reacções de pessoas em greves de fome tão prolongada, que nos permitam fazer juízos comparados sobre o que poderá vir a acontecer futuramente. Porém, o Rui Gomes tem a seu favor uma forte força moral, aliás já atestada no seu passado de lutador, e agora comprovada após ter terminado a greve, pelos dois psiquiatras que o observam, os professores Simões da Fonseca e Fragoso Mendes. «Um estado perfeito de lucidez e firmeza», foi o que eles escreveram no seu relatório. E isto apesar do Rui Gomes se encontrar num presídio em que, não raro, como ainda hoje aconteceu, se cruza com bombistas e «pides», nomeadamente Silva Pais e Seixas, que amiúde o provocam. Aconteceu mesmo que quando o pai de Rui Gomes morreu em Dezembro último, as provocações subiram de tom, tentando, embora sem resultado, minar-lhe o moral num momento particularmente delicado. Estes factos e outros, como a tentativa de assalto à sua cela feita por alguns bombistas na madrugada da passagem deste ano, demonstram bem o que tem sido a violência executada pelo poder saído do 25 de Abril para com um antifascista, detido numa prisão em que o regulamento, a ser aplicado, seria o de 1930».

Amadeu Lopes Sabino: «Não pensemos que a Justiça Militar é uma parcela àparte do resto de Justiça. E a única distinção entre portugueses que é feita pela Constituição é entre portugueses propriamente ditos e 'PIDES'»

ESPANHA

União Militar Democrática anuncia autodissolução

A União Militar Democrática UMD, de Espanha, anunciou ontem a sua dissolução, num comunicado difundido em Madrid.

Evocando o «processo democrático» que o país está a viver desde as eleições do passado dia 15, a UMD afirma ter «terminado a difícil etapa vivida por um grupo de militares que tentaram, durante a vida de Franco, insuflar um ar democrático às instituições militares». O comunicado distribuído na capital espanhola não tem nenhuma assinatura especial e aparece apenas com a chancela da UMD.

Também ontem, pela primeira vez depois do fim da Guerra Civil, o governo espanhol reconheceu «de facto» a existência do governo catalão (Generalitat), no exílio, atribuindo a classificação protocolar de «honorável» ao seu presidente, José Tarradelas. Aliás, esta classificação é empregue num comunicado publicado no final da entrevista de duas horas que Tarradelas manteve com Adolfo Suárez. O presidente do Generalitat chegou ontem a Madrid, de surpresa, e, depois de ter estado com Suárez, hoje encontra-se com Juan Carlos. Tarradelas tem 78 anos, foi eleito presidente da Generalitat em Agosto de 1938, no México e vivia exilado em França.

Pelo seu lado, o PSOE declarou que pretende a realização de eleições municipais para o fim deste ano, entre os meses de Novembro e Janeiro. Este seria um dos objectivos básicos da actual política dos socialista de Felipe Gonzalez, que também pretendem ter a presidência do Congresso.

Por sua vez, os patrões unem-se em Espanha. Amanhã, serão apresentados os estatutos da Confederação Espanhola de Organizações Empresariais, que passa a ser o organismo patronal de maior peso, pois os empresários aderentes representam praticamente os empregadores de praticamente 50 por cento da população activa do país. Esta confederação resulta da fusão de seis outras organizações patronais.

Quanto à polémica entre Santiago Carrillo e a revista soviética «Tempos Novos», o secretário-geral do PCE respondeu ontem energicamente aos ataques que lhe foram dirigidos: «Já lá vai o tempo em que o país soviético se permitia comandar os outros ou ter as suas próprias sucursais. O Eurocomunismo pôs fim a tudo isso. Cada partido é autónomo para incrementar, segundo os seus próprios critérios, o desenvolvimento político, cultural e social no seu país. O método utilizado hoje por Moscovo só pode levar ao fracasso e descredita os que o utilizam».

Pérez nos EUA

O presidente da Venezuela, Carlos Andrés Perez, chegou ontem aos Estados Unidos para uma visita oficial de quatro dias. O seu primeiro dia nos EUA, nesta visita, foi em Williamsbourgh, na Virgínia, a primeira capital da União. Junto com a sua esposa e cinco ministros que o acompanham, ficou hospedado numa casa da época, reconstituída e reservada a hóspedes importantes. Hoje, manterá a primeira entrevista com Jimmy Carter. Diz-se que o assunto principal a ser tratado será o petróleo, pois a Venezuela é o quarto exportador e o quinto produtor mundial e o primeiro exportador para os Estados Unidos. Outros assuntos em pauta: Direitos Humanos, canal do Panamá, relações bilaterais e situação política da América Latina.

ADVERTÊNCIA A ISRAEL

Washington defende retirada dos territórios ocupados

Num claro aviso ao novo Governo israelita, os Estados Unidos sublinharam hoje que para se conseguir a paz no Médio Oriente são necessárias negociçiões sem condições prévias territoriais e a criação de uma pátria palestiniana.

Numa delcaração da Secretaria de Estado, aprovada pela Casa Branca, afirma-se a necessidade de que nenhum território ocupado seja «automaticamente excluído» das negociações sobre o Médio Oriente.

A declaração, lida à Imprensa por um porta-voz da Secretaria de Estado, acrescenta que para que a paz no Médio Oriente seja duradoura, requere-se a criação de uma patria palestiniana.

O novo primeiro-ministro israelita, Menahem Begin, indicou recentemente que o seu Governo não está disposto a retirar tropas da Margem Ocidental do Jordão, território ocupado desde a guerra de 1967.

A declaração da Secretaria de Estado afirma que o Governo norte-americano interpretar as resoluções das Nações Unidas sobre o Médio Oriente como exigindo a retirada das tropas israelitas de todos os territórios árabes ocupados.

«Pensamos que estas resoluções significam a retirada nas três frente, ou seja, na Margem Ocidental do Jordão, em Gaza, no Sinai e nos Montes Golan» — refere o documento.

No entanto, acrescenta-se que os Estados Unidos não podem concessões unicamente a uma das partes envolvidas no problema.

Nesse sentido, a nota acrescenta que os Estados Áraves têem de comprometer-se a uma paz que ofereça garantias de duração e estabilidade e permita a normalização de relações com Israel.

Após uma audiência de meia hora com o secretário de Estado, Cyrus Vance, o embaixador israelita, Simcha Dinitz, declarou ontem a repórteres que o comunicado não alterava as relações entre os dois países.

«Não é segredo que tinhamos já diferenças de opinião sobre certos tópicos. Não creio que, como consequência deste comunicado, qualquer dessas diferenças seja resolvida ou agravada», comentou.

Dinitz, que regressa a Israel para consultas, disse que o seu Governo voltara a salientar, «há apenas alguns dias, que nem tudo está aberto a negociações. Contudo, todas as negociações são possíveis, sem quaisquer cv,dições prévias, com o objectivo de se conseguir paz verdadeira e duradoura nos termos da resolução 242, que é aceite por Israel e por todas as partes interessadas».

Recorde-se que esta posição da Secretaria de Estado surgia exactamente no dia em que o Departamento de Estado confirmara a concessão de novas armas a Israel, no valor de 46 milhões de contos.

LUTA NO LÍBANO

Diminuiram de intensidade, as confrontações que opõem desde ontem à noite os combatentes da «Saika», organização palestiniana de obediência síria, aos da «Frente da Recusa Palestiniana» (oposta a qualquer solução negociada do conflito do Médio Oriente), anuncia esta manhã a rádio oficial libanesa.

As escaramuças, que segundo a Rádio, prosseguiram toda a noite, tiveram início ao fim da tarde nas imediações dos campos de refugiados palestinianos, na periferia de Beirute. A Força Árabe de Dissuasão (FAD) tomou disposições para «circunscrever o incidente», segundo indicações de ontem à tarde.

RODÉSIA

EUA e Grã-Bretanha estudam criação de força de paz

A Grã-Bretanha e os Estados Unidos estão a trabalhar em planos para a criação de uma força internacional de manutenção da paz, constituída parcialmente por tropas da Comunidade Britânica, destinada a controlar a situação na Rodésia durante o período de transição para um regime de maioria negra — anunciou o «Foreign Office».

O plano foi já discutido pelo ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, David Owen, nos bastidores da recente cimeira da Commonwealth em Londres, bem como pelo secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, quando esteve em Paris na semana passada.

«Alguns países membros da Comunidade Britânica manifestaram a sua disposição em participar na manutenção da lei e da ordem na Rodésia, durante o período de transição, mas não foram discutidas propostas concretas» — declarou um porta-voz do «Foreign Office».

O porta-voz acrescentou que não podia confirmar uma notícia publicada pelo jornal londrino «Daily Mail», segundo a qual o Canadá, a Índia, o Ghana e a Nigéria teriam concordado em fazer parte da força de manutenção da paz.

O porta-voz afirmou ainda que a criação da força acima mencionada é um dos elementos de um novo plano de paz para a Rodésia, que está a ser estudado pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos.

O porta-voz afirmou ainda que a criação da força é um dos elementos de um novo plano de paz para a Rodésia, que está a ser estudado pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos.

«Os três mais importantes pontos do novo plano são uma constituição de independência, acordos para a transição, incluindo garantias de manutenção da lei e da ordem, e o estabelecimento de um fundo de desenvolvimento para o Zimbabwe independente» — prosseguiu o porta-voz.

Acrescentou que se o plano estiver concluído a tempo, David Owen pensa levá-lo consigo na sua próxima missão de paz à África Austral, prevista para fins de Julho.

Países da CEE não conseguem acordo interno sobre pescas

Os nove ministros da CEE encarregados de assuntos de pesca não conseguiram elaborar uma política comum em matéria de pesca na zona das 200 milhas ontem no Luxemburgo.

Em razão do desacordo sobre a conservação do arenque, a Grã-Bretanha prepara-se para anunciar a proibição total da pescas dessa espécie do mar do Norte.

Um informador da delegação britânica, respondendo por telefone de Luxemburgo às perguntas dos jornalistas londrinos, declarou que perante a oposição dos holandeses e dinamarqueses «a Grã-Bretanha deverá tomar unilateralmente as próprias medidas de conservação após a expiração dos acordos actuais na quinta-feira próxima».

Pensa-se, no entanto, ser pouco provável que uma «guerra do arenque» ecluda no mar do Norte, semelhante à que opôs há cerca de um ano, desta vez pelo bacalhau, as canhoneiras islandesas e os barcos de guerra britânicos.

Apesar do malogro das conversações, foi notório que a maior parte das delegações deseja chegar a um acordo comunitário, a fim de evitar todas as medidas unilaterais. O conjunto do processo foi reenviado para o próximo Conselho Agrícola, de 18 a 19 de Julho, após a Comissão Europeia e o Comité dos Representantes permanentes dos Nove junto da CEE terem elaborado uma série de propostas concretas.

O conselho por outro lado, deu mandato à Comissão Europeia para negociar imediatamente com o Senegal, a Mauritânia e a Guiné-Bissau, a solução do litígio que opõe a Itália a estes três países em matéria de pesca. Estes elevaram recentemente para 200 milhas as suas zonas exclusivas de pesca lesando deste modo os pescadores italianos que vinham aprovisionar-se na região.

Oposição brasileira foi à televisão

Os «leaders» do único partido da oposição legal no Brasil lançaram ontem à noite na rádio e na televisão um firme e vibrante apelo a favor do restabelecimento da plenitude democrática no país.

«Nós condenamos», declarou o presidente do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Ulysses Guimarães, «todos os tipos de ditadura, a institucionalização de regimes de excepção e a continuidade dos regimes estabelecidos.»

Foi a primeira vez, pelo menos depois das leições legislativas de 1974, que a oposição foi autorizada a dirigir-se livremente aos 107 milhões de brasileiros, na televisão.

Ulysses Guimarães exigiu de novo, no seu apelo, a abolição dos poderes de excepção conferidos ao Chefe de Estado e insurgiu-se contra a censura «que é um crime contra as instituições, a inteligência e a cultura de um país».

Entretanto, em Recife, um indivíduo não identificado abriu fogo sobre o cônsul-geral norte-americano e sua mulher, quando no passado fim-de-semana saiam de um hotel desta cidade, depois do jantar.

O cônsul norte-americano, Marvin Hoffenberg, de 51 anos e sua mulher, Lúcia, não foram atingidos pelo único tiro disparado pelo indivíduo, que fugiu num carro que o aguardava.

«Não faço ideia quem ou porque motivo isto aconteceu», declarou Hoffenberg aos jornalistas.

O cônsul-geral norte-americano disse que não tencionava apresentar imediatamente queixa à Polícia, embora uma testemunha que se encontrava perto do hotel tenha fornecido uma descrição do assaltante às autoridades policiais.

Hoffenberg tem sido citado ultimamente nos jornais devido a uma queixa que apresentou, há um mês, pela detenção e torturas a que foram sujeitos dois missionários norte-americanos por parte da Polícia de Recife.

Delegação do PC Italiano em Moscovo

Gian Carlo Pajetta, membro da direcção do Partido Comunista Italiano (PCI) declarou ontem que a delegação deste Partido que se desloca a Moscovo não vai com a intenção de efectuar uma mediação entre o partido espanhol e o partido soviético.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti Prensa Latina e Reuter

ROMÉNIA
1 OU 2 SEMANAS
PARTIDAS TODOS OS DOMINGOS DE JUNHO A OUTUBRO
BUCARESTE E MAR NEGRO
MOSTEIROS DA MOLDÁVIA
TRATAMENTO GERIÁTRICO
PREÇOS DESDE 12.800$
INCLUINDO:
AVIÃO A JACTO DA TAROM
HOTEL • REFEIÇÕES • VISITAS
TAXAS • TRANSPORTES EM TERRA
GUIA APOLO
CONDIÇÕES ESPECIAIS P/GRUPOS
PEÇA O NOSSO PROGRAMA VERÃO 77
VIAGENS APOLO
operadores turísticos
consulte o seu agente de viagens

Canal da Crítica

MÁRIO CASTRIM

QUANDO A VACA EMBEZERRA!

Seria excelente que todos quantos participam na televaca (todos, incluindo elementos do juri e concorrentes) meditassem em duas ideias manifestadas ontem.

Uma partiu de Raul Calado quando recordou que estavam ali para três milhões de portugueses (e já calculou muito por baixo) e com isso pretendia que se avaliasse a responsabilidade de quem vai à televisão.

Outra partiu de Sttau Monteiro quando, a propósito da monotonia das quadras, se referiu que o importante não era que os concorrentes trouxessem para ali críticas ou piadas ao juri, mas «que trouxessem o País», ou seja: que alargassem a sua visão, que não utilizassem a televisão como alguém que, para matar mosquitos, usasse um canhão sem recuo.

No que respeita aos elementos do juri deve dizer-se que se integraram, que têm feito um esforço para se integrarem, no espírito de convívio, de descontracção, do concurso. Raul Calado deu ontem, a propósito da dança africana, o sinal correcto do que poderá ser também função cultural do juri. Aliás, com frequência (e esqueçamos as suas variações de humor, com estranhas, incompreensíveis amplitudes na classificação) Paulo Renato sugere, mais do que explica, (e o processo está correctíssimo: a TV é para despertar a inteligência e não para institucionalizar a sebenta) sugere pontos de entendimento da função do teatro e da dança.

Também já numa emissão anterior, com pedido de prolongamento do período concedido Luís Sttau Monteiro chamou os telespectadores para o terreno da discussão, da lucidez, do espírito de criatividade.

Quanto aos concorrentes... Aqui é que a Cornélia torce as tetas.

SUGESTÃO COM PATENTE

Fernandos Assis Pachecos não acontecem todos os dias, qualquer que seja o plano das actividades em que o coloquemos. Sinto-me perfeitamente à vontade para dizer isto. Aliás di-lo-ia em qualquer circunstância, mas a situação torna-se muito mais comportável quando alguns milhões de portugueses puderam santomezar-se: viram, com seus próprios olhos, que nas minhas palavras nada influíram laços de amizade ou de camaradagem de Redacção.

Até porque, para muitos de nós, ele constituiu uma revelação. Sabíamos que não acontecem todos os dias Fernandos Assis Pachecos no jornalismo, na poesia, na capacidade de entendimento do humano. Mas ignorávamos a sua coragem, feita de simplicidade, de se desengravatar de intelectualismos e de fazer *strip-tease* público das Índias mágicas que provincianizaram um país com os fumos, as especiarias e as vaidades dos ouros das guinés.

Fernando Assis Pacheco poderia (poderá, é com ele) ser um daqueles *homens espectáculo* (one man's show, em português modernássico) que raramente surgem. Para tudo dizer e em brevidade: Fernando Assis Pacheco poderia ser, na televisão, o sucessor, quem sabe, de João Villaret.

Fica a sugestão. Mas desta vez tiro patente.

A SORTE MANDA

Pois é. De maneira que há, depois, os outros concorrentes. Concorrentes que, diga-se desde já, têm mantido o concurso naquela mediania que, se por um lado não amesquinha o concurso, por outro lado contribuem para um tom de monotonia, esse grande perigo.

Se todos dançam como quase todos dançam, se todos fazem, como quase todos fazem, quadras medíocres, se todos representam de modo a afligir o Renato, que nos resta? Resta-nos agora o espírito de competição, o *suspense* mesquinho: será desta que vai aparecer o derruba-pinheiros, o arrasa-Pacheco?

É pouco. Mas não há volta a dar-lhe? É certo que a televaca oferece potencialidades para a descoberta de valores ou de simples vocações (como a daquele amigo de Santiago de Cacém, com uma tão bela voz a recordar o Paulo de Carvalho, como observou muito bem Maria Leonor) mas em primeira instância é a sorte quem resolve. E logo à partida ficam partidas as pernas de quem podia correr.

Parece, segundo ouvimos ontem, que o fim do concurso não é a descoberta de valores. Bom, pois que se pense num que realmente o seja.

Não seria, podem crer, tempo perdido.

NOVAMENTE O JURI

De qualquer modo, o juri pode contribuir para uma certa orientação no sentido da dita criatividade. Aceita-se mal que, mesmo deficientes, os versos da autoria dos concorrentes, nas canções interpretadas não contassem para a valorização — enquanto se valorizava a interpretação (que não se distanciava assim tanto das restantes, com os diabos!) de uma cantiga ridícula e com barbas — ó Maria João, onde estaria você, para desconhecê-la, há cerca de 20 anos, pelo menos?

Sim, é no sentido de despertar a consciência crítica, atenção à realidade, o espírito de sã convivência (que nada tem a ver com as exageradas momices de Solnado) que deve orientar-se a actividade do juri, sem esquecer, evidentemente, a qualidade do produto apresentado. Arte é isso mesmo: é fazer. Fazer bem. Tem razão o povo quando diz de um sapateiro que é um bom artista ou de um marceneiro que *sabe da arte*.

A avaliação do juri oscilará entre dois pólos: o facto de os concorrentes não serem profissionais (o que pressupõe um máximo de tolerância) e o facto de estarem a educar três milhões (upa, upa!) de portugueses (o que pressupõe um mínimo de exigência).

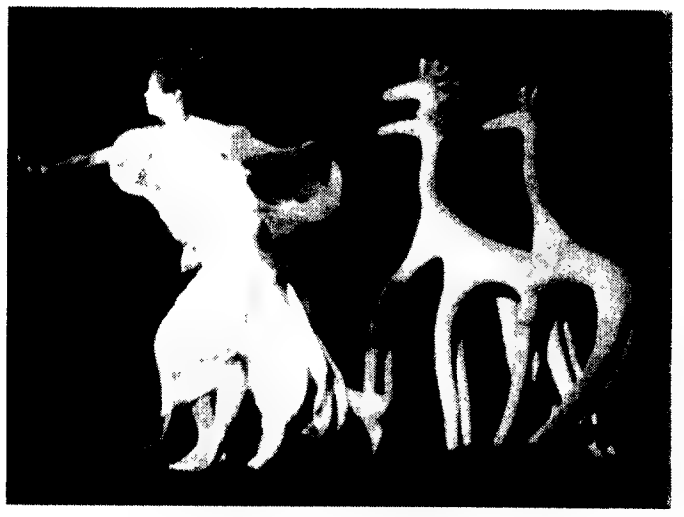
Agora desenrasquem-se o melhor que puderem.

REALIZAÇÃO: OUTRAS TÁCTICAS

Tudo visto, a emissão de ontem saldou-se com um forte declive para a monotonia. A dança africana pode considerar-se o único elemento insóli-

Continua na pág. 14

Hoje



Os Marretas

I PROGRAMA

13.30 Ciclo Preparatório TV.
18.05 Fecho.

2.º Período
18.45 Abertura e **Peço a Palavra.**
19.40 Telejornal — flash
19.45 Fila T. Magazine de Teatro.
20.20 «Gabriela» — telenovela baseada na obra «Gabriela Cravo e Canela», de Jorge Amado. Adaptação de Walter Durst. Realização de Walter Avancini. Produção da Rede Globo de Televisão.
21.00 Telejornal — 1.ª edição.
21.35 Os Marretas. O famoso «muppet show» da Televisão Independente Britânica. Artista convidada Lena Horne.
22.05 Mosaico. Debate entre Sousa Castro e Carlos Candal sobre os «pides» e o caso Rui Gomes.
23.45 Telejornal — 2.ª edição
00.00 Fecho

II PROGRAMA

2102 Recital — obras de Mozart para piano e violino.
21.55 um Domingo em Berlim» — a cidade e os seus habitantes observados durante 24 horas.
22.05 Telejornal
23.05 Fecho

Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período: 13.30 Ciclo Preparatório TV. 18.05 Fecho. 2.º Período: 18.45 Abertura. 18.50 Catarina. «Aventuras de um Rato em Marte». 19.05: Abre-te Sésamo. 19.35 Mamon, o gato no Totobola. 19.45 Telejornal-flash. 19.50 Caminho do futuro. 20.20 Gabriela. 21.00 Telejornal 2.ª Edição. 21.40 A Música e o silêncio. 22.20: Fogo Verde — filme de grande interesse, realizado por Andrew Marton; 01.00: Telejornal — Edição. 00.25 Fecho.

II PROGRAMA

21.00: Concerto «O Barão Cigano»; 22.40: Telejornal; 23.05: Fecho.

TRINDADE-INATEL

1383

GRUPO de CAMPOLIDE

Às 21.30 (todas as noites excepto ao domingo e à segunda). Domingo tarde às 16 (N. acons. a m. 13)

3.º MÊS DE ÊXITO

1383 — Um livro de Virgílio Martinho, da Editorial Caminho

teatro do bairro alto

R. Tenente Raul Cascais 1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05

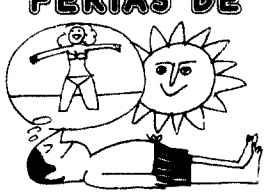
teatro da Cornucópia
Casimiro e Carolina de Odön von Horváth

Sob S.E.C.

Adiada
ESTREIA
para 5.ª feira, dia 30, às 21,30 h.
M/13 a.

MARIA MADALENA DE FRANZ XAVER KROETZ

FÉRIAS DE SONHO E SOL



Madeira e 6 dias
Partidas diárias desde 3.300$00
Açores (S. Miguel) e 8 dias
Partidas de 2.ª feiras desde 4.800$00
Açores e Madeira 15 dias
Partidas aos Domingos desde 7.450$00
Circuito Açoreano
(Visita Terceira, Faial e S. Miguel) e 12 dias
Partidas de 2.ª feiras desde 7.250$00
Palma de Maiorca e 8 dias
Partidas às 2.ª feiras desde 4.800$00
Canárias 12 dias
Partidas às 2.ª feiras desde 5.490$00
Benidorm 15 dias
Partidas às 3.ª feiras desde 5.760$00
Estas viagens incluem passagens de avião, transferências, aos hotéis e alojamento.
Torremolinos — Fuengirola e Marbelha 8 dias
desde 5.130$00
Partidas todos os Sábados, incluindo transportes em autopullman e alojamento.
RESERVE DESDE JÁ O SEU LUGAR!
claras turismo
Departamento da Rodoviária Nacional, E.P.
Av. Fontes Pereira de Melo 33 LISBOA 1 (Metro Picoas)
Telefs. 56 00 15 / 56 34 51

TEATRO LAURA ALVES
rua da palma Tel. 864756
UMA COMÉDIA DE José Vilhena
CALCINHAS AMARELAS
com
IRENE ISIDRO
BARROSO LOPES
MANUELA MARIA
LUIZ HORTA
CARLOS MIGUEL
TEREZA ZILOC
MARIA JOAO
PAULA LIMAO
5.º MÊS
MAIS DE 55 000 PESSOAS JÁ VIRAM ESTAS CALCINHAS
a mais divertida comédia portuguesa dos últimos 50 anos
Todas as noites às 21,30
Matinées: domingos às 16 h.
(à 2ª feira não há espectáculo)

ÚLTIMAS REPRESENTAÇÕES
VASCO MORGADO APRESENTA
Isto é que me DOI!
Uma seringadela nos hospitais...
Versão Portuguesa da peça "CHECKUP" do dramaturgo brasileiro PAULO POMPEU adaptada por RAUL SOLNADO e CESAR DE OLIVEIRA
cenário de Octávio Clérigo
Raul Solnado
GUIDA MARIA • HELENA MATOS
JOEL BRANCO • CÂNDIDO MOTA
LUIZ DE MASCARENHAS • DAVID SILVA
MARIA HELENA MATOS
VARIEDADES
HOJE, às 21.45

PHILIPS 50 ANOS EM PORTUGAL 1927-1977
DESTAQUES
I PROGRAMA
Os Marretas (21.35)
II PROGRAMA
Um Domingo em Berlim (21.55)
Philips - faz parte da sua vida
PHILIPS

TUDOR
BATERIAS · PILHAS

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 882786 899826
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Maceu, 8

Em PARIS o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA SARACHA

"Tour": epílogo nos Campos Elíseos

Está delineado o traçado da 64.ª Volta a França em bicicleta, que será disputada do dia 30 do corrente a 24 de Julho.

Dia 30 de Junho (prólogo), Fleurance (5 km).

Dia 1 de Julho, 1.ª etapa: Fleurance-Auch (237,5 km).

Dia 2, 2.ª etapa: Auch-Pau (253 km).

Dia 3, 3.ª etapa: Pau-Vitória (248,2 km).

Dia 4, 4.ª etapa: Vitória-Seignosse-Le-Penon (256 km).

Dia 5, 5.ª etapa: a) Morcenx-Bordéus (138,5 km); b) Contra-relógio individual, em Bordéus (30,2 km).

Dia 6, descanso.

Dia 7, 6.ª etapa Bordéus-Limoges (225,5 km).

Dia 8, 7.ª etapa: a) Jaunay-Clan-Angers (139,5 km); b) contra-relógio por equipas em Angers (4 km).

Dia 9, 8.ª etapa: Angers-Lorient (246,5 km).

Dia 10, 9.ª etapa: Lorient (246,5 km) Dia 10, 9.ª etapa: Lorient-Rennes (187 km)

Dia 11, 10.ª etapa: Bagnoles de L'Orne-Rouen (174 km)

Dia 12, 11.ª etapa: Rouen--Roubaix (242,5 km)

Dia 13, 12.ª etapa: Roubaix--Charleroi (192,5 km)

Dia 14, repouso em Fribourg

Dia 15, 13.ª etapa: a) Fribourg-Fribourg (48 km); b) Altkirch-Besançon (159,5 km)

Dia 16, 14.ª etapa: Besancon-Thonon-Les-Bains (230 km).

Dia 17, 15.ª etapa a) Thonon-Morzine (105 km); b) Morzine-Avoriaz, contra relógio individual (13 km).

Dia 18, 16.ª etapa: Morzine-Chamonix (121 km).

Dia 19, 17.ª etapa: Chamonix-Alpe D'Huez (184,5 km).

Dia 20, 18.ª etapa: Voiron-St. Etinénne (199,5 km).

Dia 21, 19.ª etapa: St. Trivier-Dijon (171,5 km).

Dia 22, 20.ª etapa: contra-relógio individual, em Dijon (50 km).

Dia 23, 22.ª etapa: a) contra-relógio individual, nos Campos Elíseos (6 km); b) Circuito nos Campos Elíseos (90 km).

É a seguinte a composição provável das equipas que participam na 64.ª «Volta à França» em bicicleta:

Bianchi: Santanbrogio, Cavalcanti, Casteletti, Parsani, Rossi, Santoni e Singer (todos italianos) e Rick e Alex van Linden, e In't Ven (belgas).

Fiat: Merckx, Bruyère, Delcroix, De Schoenmaker, Janssens, Huysmans e Sercu (todos belgas) Bal (holandês), Bouloux e Molineris (franceses).

Frisol: Wellens, Schepmans, Wesemael, Rosiers, Loysch (todos belgas) Raas, Den Hertog e Smit (holandeses), Ocaña (espanhol) e Romero (francês).

Gitane: Bossis, Chassang, Chalmel, Berland, Meslet, Mintkiewicz, Périn, Quilfen e Villmeniane (todos franceses) e Teirlynck (belga).

Kas: López-Carril, Galdós, Andriano, Nazábal, Menendez, Pesarrodona, Martinez-Heredia, Cima e Ladrón de Guevara, (todos espanhóis) e José Martins (português).

Lejeune: Legeay, Bazzo, Guttierez, Julien, Le Denmat e Plet (todos franceses), Van Impe, Bracke e Dillen (belgas), e Schuiten (holandês).

Mercier: Martin, Bertin, Delisle, Le Guilloux, Perret, Rouxel, Vallet, Seznec ou Mathis (todos franceses), Zoetemelk (holandês) e Hoban (inglês).

Peugeot: Thévenet, J.P. Danguillaume, Ovion, Esclassan, Laurent, Béon, Bourreau, Délepine, Sibille e Talbourdet (todos franceses).

Raleigh: De Cauwer, Karstens, Knetemann, Kuiper, Lubberding, Pronk, Van Den Hoek e Van Katwyk (todos holandeses) Nickson (inglês) e Thurau (alemão ocidental).

Teka: Aja, Torres, Alfonsel, Esparza, Gandarias, Melero e Balagué, (todos espanhóis) Thaler (alemão ocidental) e Agostinho e Mendes (portugueses).

São os seguintes os orientadores técnicos das diversas equipas: Bianchi: Giancarlo Ferretti; Fiat: Raphael Geminiani e Robert Lelangue; Frisol: Florent Van Vaerenbergh; Gitane: Cyrille Guimard; Kas: António Barrutia; Lejeune: Henry Anglade; Mercier: Louis Caput; Peugeot: Maurice de Muer; Teka: Júlio San Emetério; Raleigh: Peter Post.

Vamos pedalar na Austria

O seleccionador nacional Jorge Lara, convocou oito ciclistas dos quais sairá o grupo de seis que participarão no Campeonato do Mundo de Juniores em Estrada a realizar em Viena, no dia 10 de Julho: José Maia (Rio Tinto), António Adão (Lousa), José Fernandes (Belas), Florentino Monteiro (Bombarralense), Diamantino Vaz (Sporting de Braga), Manuel Albuquerque (Manique), António Mendes (Pontével) e Luís Vargues (Campinense).

A equipa definitiva será conhecida após a realização, no dia 3 de Julho, do Circuito do Cadaval, seguindo logo para um pequeno estágio a realizar nos arredores de Lisboa, de onde partirão para Viena, no dia 6. Acompanham os ciclistas Jorge Lara, o mecânico Francisco Araújo e o massagista Fernando Crespo.

Homens de força

Albano Pereira (Ginásio Clube Português) foi o vencedor absoluto da prova de halterofilia dotada com a Taça Dia Olímpico, levada a efeito pela Federação da modalidade. Disputaram a taça, integrada nas comemorações anuais do olimpismo e disputada no ginásio da Escola Industrial e Comercial de Setúbal, 45 levantadores de 13 clubes.

Vítor Estrela e Antônio Leal, ambos representantes daquele estabelecimento de ensino, foram vencedores em juniores e juvenis, respectivamente.

Albano Pereira conseguiu o recorde nacional absoluto do arranque, da categoria de 82,5 kg, com a marca de 132,5 kg. Foram ainda batidos 8 recordes nacionais dos escalões de juvenis e juniores, sendo de destacar o recorde nacional absoluto do arranque alcançado por Antônio Leal (com 85 kg) que bateu também o recorde nacional juvenil do arremesso (categoria de 56 kg) com a marca de 102,5 kg. José Ildefonso, outro juvenil da EICS, bateu os recordes do arremesso (70 kg) e do total (155 kg) da categoria de 52 kg.

Os quatro recordes de juniores foram conseguidos por Vitor Estrela (também da EICS) na categoria dos 67,5 kg, com as marcas de 125 kg no arremesso e 217,5 no total; por Antônio Duarte (do Luso do Barreiro) na categoria dos 56 kg, com 105 kg no arremesso e por Joaquim Costa (do Ginásio Clube Português) na categoria dos 75 kg, com 130,5 kg também no arremesso.

PORTUGAL

ANDEBOL

Para participar num torneio de andebol de sete com equipas dos Açores, partiu para aquele arquipélago a representação do Clube Atlético Campo de Ourique.

A equipa lisboeta, que se desloca, a convite da Associação dos Desportos de Angra do Heroísmo, participará num torneio organizado por aquela Associação, em que também intervêm a selecção da Ilha Terceira, o Sport Clube Angrense, o Sport Clube Lusitânia e uma selecção de antigos praticantes.

Fazem parte da comitiva os seguintes elementos: João Francisco (director), Eduardo Saraiva (treinador) e os jogadores Luís Pais, Pedro Gomes, Alfredo, Fonseca, Ferreira, Tó Pereira, Serra, Lomba, Tomás, Virgílio, Massa, Carvalho, Pestana, Pedro e Rui.

BASQUETEBOL

Na noite de 30 do corrente, os clubes filiados na Associação de Basquetebol de Lisboa vão eleger os novos corpos gerentes daquele organismo.

BRIDGE

Disputou-se, no Centro de Bridge de Lisboa, a final do campeonato de Portugal por equipas «open» da modalidade. Ficou campeã uma equipa composta por José Grácio Ribeiro, Álvaro Andrade e Silva, Alfredo Carcavelos e Diogo Barbosa. Em 2.º lugar, classificou-se uma equipa constituída por Luís Galvão, Vasco Lourenço, Celso Ferreira e Domingos Palma.

GINÁSTICA

Amanhã, pelas 21 horas, no pavilhão da Ajuda, exibe-se a classe feminina de ginástica/«jazz», do Ginásio Clube Português, integrada no sarau comemorativo do aniversário do Sport Algés e Dafundo.

A medalha olímpica «Nobre Guedes» foi atribuída, pelo Comité Olímpico, à ginasta Maria Avelina Alvarez, do Lisboa Ginásio.

HÓQUEI PATINADO

A equipa do Sporting campeã de Portugal, recentemente vencedora da «Taça dos Clúbes Campeões Europeus», de hóquei em patins, defronta o Barcelona, no pavilhão de Alvalade em Lisboa, na noite de sábado. Este encontro, de carácter particular, foi aceite pelo Sporting respondendo ao repto lançado pelo Barcelona, por considerar que tem a melhor equipa actual de hóquei em patins espanhola.

VOLEIBOL

Congresso extraordinário da Federação de Volebol, nos dias 2 e 3 de Julho, em Coimbra, com um vasto esquema de assuntos para debate. Na eventualidade serão entregues aos nlubes os prémios, subsídios e bolas referentes à temporada da modalidade.

Polícia atinge a tiro espectador de futebol

PORTO, 28 — No final do jogo de futebol entre as equipas do Vitória de Guimarães e do Braga, anteontem realizado, houve grande burburinho com agressões à equipa de arbitragem. Fora do campo a exaltação também foi grande. Pedras e garrafas andaram pelo ar em várias direcções.

Isso deu lugar a que fossem feitos vários disparos de pistola pelos piquetes da PSP presentes no local. Uma das balas atingiu o operário Antônio Pereira, de 38 anos, do lugar da Ponte do Campo (Guimarães) que ontem foi internado no hospital de S. João nesta cidade, com o maxilar inferior fracturado.

José Carvalho e Tavares da Silva: depois de Copenhaga, o trabalho continua com vista a Varsóvia

Atletismo português em hora europeia

A equipa de altetismo do Sporting, campeã nacional da época de 1976, parte na 6.ª feira para Londres, onde, nos próximos dias 2 e 3, no Estádio de Wolverhampton, disputa a 3.ª «Taça dos Campeões Europeus». Está em dúvida a integração na equipa dos atletas olímpicos Carlos Lopes e Aniceto Simões, devido a lesões.

A equipa do Sporting e constituída pelos seguintes elementos: José Fidalgo, director e chefe da embaixada, Ernesto Garcia, «capitão» da secção, Vale Figueira, massagista e Jorge Proença, técnico. Atletas: José Carvalho, Joaquim Carvalho, Antônio Fernandes, Acácio Santos, João Raposo, João Catarré, Carlos Cabral, João Campos, Fernando Mamede, Américo Barros, Bernardo Manuel, Alberto Silva, Rafael Marques, Raposo Borges, Manuel Miguel, Luís Azevedo, Carlos Caravina, Péricles Pinto, Adriano Rodrigues, Vítor Mendes, João Ganso, José Pedroso, Silvério Manso, Diogo Lavajo, João Alves, Antônio Neves Fernandes, António Alves da Silva, Jorge Branco e António Borges. Seguem, também, os técnicos Mário Moniz Pereira e Rui Oliveira, além da atleta Adília Silvério.

A equipa portuguesa de atletismo que venceu a eliminatória masculina da «Taça da Europa», disputada em Copenhaga, ficou apurada para as meias-finais que se realizarão em Varsóvia, nos dias 16 e 17 de Julho. Portugal competirá com a Bulgária, República Federal da Alemanha, Noruega, Roménia, Espanha e Suécia.

Por sua vez a equipa feminina portuguesa, que se situou em 2.º lugar na respectiva eliminatória (também em Copenhaga) logo após a Noruega, disputará as meias-finais da «Taça da Europa» juntamente com as representações da Finlândia, França, Itália, Roménia, Suiça, União Soviética e Jugoslávia. As provas terão lugar em Bucareste, igualmente nos dias 16 e 17 do próximo mês.

FUTEBOL

Meias-finais da "Taça FPF"

As meias-finais da «Taça Federação» para clubes da 1.ª divisão, realizam-se hoje, à tarde. Em Lisboa, no estádio da Tapadinha, defrontam-se o Atlético e o Estoril e, em Braga, no «Estádio 1.º de Maio», o Sporting de Braga e F. C. do Porto.

A final da «Taça» terá lugar na cidade de Coimbra (Estádio Municipal), na noite do próximo dia 30.

A propósito dos encontros de hoje, recorda-se que os campos estão neutralizados, pelo que os associados dos clubes que (teoricamente) jogam em casa terão de munir-se de bilhete para ingresso.

ÁRBITROS

Avoluma-se o descontentamento dos árbitros, em relação ao comportamento da actual gerência federativa para com os homens do apito. Ontem, em reunião com o director-geral dos Desportos, uma delegação arbitral renovou o propósito de repelir qualquer ideia de integração na FPF, ao mesmo tempo que ficou definido que, até terça-feira próxima, a Federação terá de remeter aos juízes de campo em último documento dos seus desejos para análise.

Entretanto (segundo nos disse esta manhã o árbitro «internacional» Adelino Antunes) os federativos mantém-se alheados do envio, à FIFA como à UEFA, dos nomes dos árbitros designados para jogos internacionais. «Consideramos isso uma traição à classe» — declarou (veemente) Adelino Antunes.

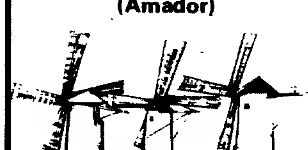
JUVENIS

As turmas de juvenis do Benfica e do Sporting confrontam-se amanhã, pelas 19 horas, na Tapadinha, para se encontrar o «onze» oponente do FC Porto na final da Taça Nacional de Juvenis.

PORTALEGRE

Benje, o veterano guarda-redes do Leixões, vai transferir-se para o Estrela de Portalegre.

TEATRO NA SOC
GUILHERME COSSOUL
Av. D. Carlos I — Lisboa
Grupo de Teatro de Campolide (Amador)



Espectáculos nos dias 28, 29, 30 Junho e 1 e 2 de Julho para todos especialmente aos sócios do Grupo T. Campolide e da Soc. Guilherme Cossoul

d.quixote libertado
anatóli lunatcharsky

TEATRO ABC
Tel 366745
Domingos Feriados Matinées 16 horas
2.ª-feira não há
Sérgio Azevedo Apresenta
Hoje, 20.30 e 22.45 horas
O Sucesso do Ano!
O Espectáculo do Ano!
A Revista do Ano!
(A única em cena)
EM ÁGUAS DE BACALHAU

IVONE SILVA em FIFI da Televisão
IVONE SILVA
NICOLAU BREYNER
OCTÁVIO DE MATOS
VERA MÓNICA
SIMONE DE OLIVEIRA
VICTOR MENDES
ABC DANCER'S
A ÚNICA REVISTA EM CENA A PROVAR UM GRANDE ÊXITO

TEATRO ABERTO
telefone: 77 09 69
P. de ESPANHA Metro: PALHAVÃ
grupo 4 apresenta

a peça de PIERRE HALET musicada por PEDRO OSÓRIO
as duas viagens de JOB CARDOSO
encenação de RUI MENDES
Últimas Semanas
Todas as noites às 21.30 e Sábado e Domingo também às 16 horas
(Preços Reduzidos)
ÚLTIMAS SEMANAS
Subsídio da S.E.C.

VIAGENS AOS PAÍSES SOCIALISTAS
Polónia 7 a 14 e 14 a 21 Julho
RDA 28 de Agosto a 4 de Setembro
Checoslováquia 22 a 29 de Julho 7 a 14 de Setembro
Roménia 18 a 25 de Setembro
Programa, informações e inscrições na
MUNDIRAMA
PASSAPORTES

UMA SITUAÇÃO QUE SE ARRASTA
Técnicos paramédicos sem estatuto profissional

PORTO, 28 — «A situação de esquecimento e de injustiça» dos técnicos paramédicos levou as direcções dos sindicatos do Norte/Centro e da função pública do Sul a promoverem, ontem, uma conferência de Imprensa, durante a qual foi denunciado o facto daquela classe nunca ter obtido estatuto próprio, nem antes nem depois do 25 de Abril.

A reunião decorreu na USP tendo os dirigentes sindicais começado por manifestar-que «se é certo que os trabalhadores da saúde têm deveres à parte, não é menos certo que devem ter direitos também à parte». Conforme foi afirmado, a legislação vigente a que estão submetidos aqueles trabalhadores apoia-se em 14 portarias, dois despachos ministeriais e dois decretos-lei. Considerando que a «situação de esquecimento» não foi criada por este governo, mas sim mantida salientaram depois aqueles dirigentes o facto de haver uma agudização das condições económicas e da discriminação relativamente a outras classes socioprofissionais.

Depois do reconhecimento de que a classe é muito heterogénea e uma «particula» no âmbito da saúde, um dos trabalhadores frisou que «o governo pouca atenção nos tem dispensado, voltando-se mais para as grandes classes». E acrescentou: «esquece-se que o progresso só está efectivamente em marcha quando os grupos sócio-profissionais são julgados pelas funções que desempenham e não pelo seu volume».

Por fim, foi realçada a completa marginalização em que ainda se encontram os técnicos paramédicos.

Canal da Crítica

Continuação da pág 12

to do programa — e mesmo esse maltratado pela realização, excessivamente pudica, que já prejudicara, por iguais razões, a dança de Assis Pacheco-Maria do Carmo Ruella Ramos.

O pior que pode acontecer ao concurso da vaca, é embezerrar-se. Certamente a audiência poderá manter-se, por força da inércia, mas não seria bom, não seria útil, que tal acontecesse. Se alguns perigos a ameaçam, não lhe acrescentem outros. Não é vasto o campo de manobra da realização — mais um motivo para recorrer à imaginação, não é?

Emigrante mata amigo e fere irmã

VILA REAL, 28 — A GNR desta cidade ainda não localizou o autor de um crime de morte ocorrido ontem à tarde na freguesia de Mouços, deste concelho. O homicida, António Vieira Viamontes de 62 anos, tinha chegado recentemente de França. Rixas antigas estarão na origem do seu acto. Ontem, sem que nada o fizesse prever, o Viamontes dirigiu-se para um campo onde trabalhavam a sua irmã, Deolinda Vieira Viamontes, de 50 anos, Manuel Pereira de 47 anos e Manuel Escaleira, de 50, e disparou alguns tiros. Foi atingido mortalmente Manuel Escaleira e os outros estão internados no hospital desta cidade.

De salientar, que a vítima e o criminoso eram muito amigos, desconhecendo-se as causas que terão contribuído para o trágico e inesperado desfecho.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral pouco nublado o vento era moderado de Norte e havia neblina em alguns locais.

TEMPERATURAS EXTREMAS

ELVAS
Máxima 30,5°
PENHAS DA SAÚDE
Mínima 8°

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado aumentando de nebulosidade nas regiões do Norte; vento fraco ou moderado do quadrante Norte soprado em regime de nortada durante a tarde no litoral oeste a Sul do cabo Carvoeiro. Neblinas matinais.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	18°
P. DOURADAS	17°
COIMBRA	16°
PORTALEGRE	15°
LISBOA	20°
SAGRES	17°
FARO	21°
P. DELGADA	18°
FUNCHAL	20°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
0.05	3,7 m	5.58	1,2 m
12.38	3,9 m	18.28	1,1 m

Dia 29

Dia 30

2.05	4,0 m	7.43	0,9 m
14.28	4,3 m	20.13	0,8 m

— AMANHÃ —

NASCER ÁS 6.16
OCASO ÁS 21.06

DIA 1 DIA 8 DIA 16 DIA 23

cooperativa teatro popular

APRESENTA NA

ACADEMIA ALMADENSE

Tel. 2752127 — ALMADA

A COMPANHIA DE TEATRO
«OS BONECREIROS»
E A PEÇA
«O CONDE DE NOVION»
Hoje, às 21.30 — Espectáculo único

TESOUROS DA EUROPA E

NORTE DE ÁFRICA

Andaluzia
• Torremolinos • 4 dias . . . 4.400$00
Partidas a 9 e 30 de Julho, 6 e 20 de Agosto; 3 e 17 de Setembro.

Madrid
• Toledo • 4 dias . . . . 4.250$00
Partidas a 16 e 30 de Julho; 13 de Agosto; 3 e 24 de Setembro.

Rias
• Costa Verde • 5 dias . . 5.600$00
Partidas a 2 e 23 de Julho, 13 e 27 de Agosto, 10 e 24 de Setembro.

Tânger
• Gibraltar • 5 dias . . . 6.250$00
Partidas a 11 de Julho, 8 e 29 de Agosto; 14 de Setembro.

Além-Pirinéus • 9 dias . . 11.600$00
Partidas a 16 e 30 de Julho, 13, 20 e 27 de Agosto, 3, 10 e 17 de Setembro.

Marrocos
Imperial • 9 dias . . . . 11.200$00
Partidas a 2 e 30 de Julho, 20 de Agosto, 3 e 17 de Setembro.

Palma
de Mallorca • 9 dias . . . 8.500$00
Partidas a 23 de Julho; 6 e 20 de Agosto; 3 e 17 de Setembro.

Estas viagens incluem transporte em autopullman, hotéis de 1.ª com banho, refeições e visitas.

SE FIZER A SUA INSCRIÇÃO ATÉ 30 DIAS ANTES DA PARTIDA RECEBERÁ UMA OFERTA-MISTÉRIO DURANTE A SUA VIAGEM!

claras turismo
Departamento da Rodoviária Nacional, E. P.
Av. Fontes Pereira de Melo, 33
LISBOA 1 • (Metro Picoas)
Telefs. 56 00 15 / 56 34 51

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL
TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS

TEMPORADA DE BAILADO DE 1977

Últimos espectáculos no Teatro de S. Carlos do

BALLET STANISLAVSKY DE MOSCOVO

— 3.ª feira, 28 de Junho, às 18.30 horas:

O Bailado em 4 Actos
«O LAGO DOS CISNES»
Música de P. Tachaikovsky
Coreografia de V. Burmeister
Maestro-Director: Gyorgy Jemtchujin

— 4.ª feira, 29 de Junho, às 18.30 horas:

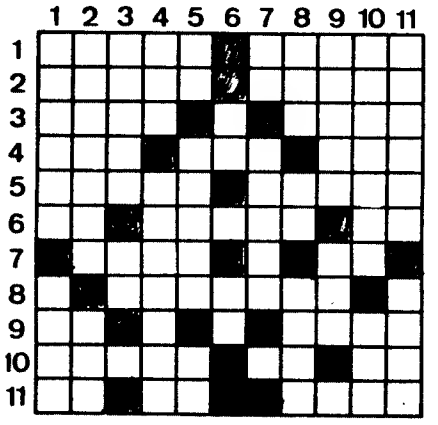
O Bailado em 3 Actos
«COPPELIA»
Música de L. Delibes
Coreografia de A. Tchitchinadze
Maestro-Director: Mikhail Jorovsky

ORQUESTRA DO TEATRO STANISLAVSKY

Caminhos de Ferro Portugueses

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 11775



HORIZONTAIS:

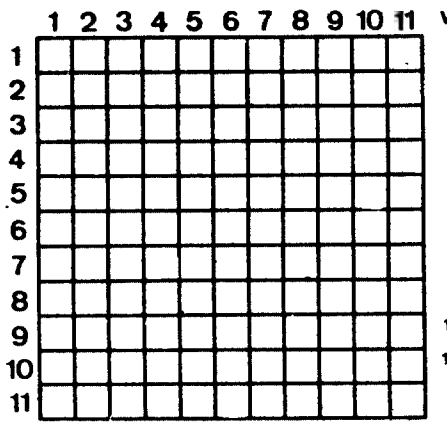
1 Pista. Apagas.
2 Prendeis. Lavrada.
3 Lusitano. Acaso.
4 Tens. Filtra. Ave pernalta.
5 Cidade do Japão. Surripiai (pop).
6 Aberviatura de Santíssimo Sacramento. Freguesia do concelho de Torres Novas. Reis.
8 Rédea.
9 Prefixo de privação. Cada uma das partes duras e calcificadas que forma o esqueleto dos animais.
10 Cobres. Plural Abeviatura que se usa em música.
11 Letra grega. Moderato. Tosta.

VERTICAIS:

1 Gritarias. Satanás.
2 Tratasse por tu. Recusa.
3 O mesmo que peneira. Batráquio.
4 Irmão do pai. Deslizavam.
5 Ósmio (s.q). Animação. Isolado.
6 Porco. Pertences
7 Vareja. Abana.
8 Arara. Autores. Cabeça (pop).
9 Executam Saudáveis.
10 Efeminara. Solitários.
11 Curais. Coisa encharcada em água.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7836



HORIZONTAIS:

1 Gasto exagerado.
2 Estavas. Sarracenos.
3 Vossa Alteza. Em partes iguais. Mancha.
4 Nome de mulher. Nome que se dá ao comboio expresso de Paris.
5 Carumas.
6 Estime. Vais pelo ar com grande velocidade.
7 Doença que dificulta a respiração. Tombarem.
8 Aqui. Tostada.
9 Suspiro. Fluído aeriforme. Artigo definido.
10 Paramentos alfaias do culto
11 Esbelta. Isolados.

VERTICAIS:

1 Ruína.
2 Freguesia do concelho da Covilhã. Fora para fora.
3 Fútil. Gostam muito de. Níquel (s.q).
4 Sufixo que designa abundância. Sentir desgosto.
5 Oueime. Patrão.
6 Prefixo de negação Unas por casamento.
7 Investigavas. Em a.
8 Voz do gato. Primeira das três palavras que formam o nome de uma freguesia do concelho de Anadia.
9 Mandara. Artigo definido.
10 O sono das crianças. Fino e macio como a seda.
11 Guarnecera de asas. Conjunção.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11774

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Acamparemos.	1 Acamam. FALA
2 Cara. tirava	2 Cara. Aparam
3 Aral Amaram	3 Aral Sare.
4 MAL Arc.	4 Mal As. Omar.
5 Aia. Ola.	5 Piar.
6 Massacrou.	6 Ata. Ac. Lara.
7 Pá. Ou. Cs.	7 Rima. Roeram
8 Faro Levar.	8 Erar. OUVE.
9 Aram Are. Im	9 Marcou. Sr.
10 La. Atra Sam	10 Ova. Cria.
11 Amar Amor.	11 Sambais. MMM

PROVÉRBIO: MAL FALA MAL OUVE.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7835

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Poé. Pás. Mar.	1 Parto Papar
2 Ás. Cl. Os. Rã	2 Os. Rim Raça.
3 Casavas.	3 Colava At
4 Troca. Amame.	4 Caçara. Aba
5 Oila! Bias.	5 Pisa. Espiar.
6 Maré Pose.	6 Ser.
7 Vasseus.	7 Sova. Perene.
8 Ara. Per Ele.	8 Sambou. Se.
9 Pã. Aires. Ac.	9 Saísse. SP
10 Acaba. Nesta.	10 Ar. Mãe. Lata.
11 Ratar. Par	11 Rapes. Pecar.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO 6 — **Até às 22 horas**

ANDRADE — Rua do Alecrim, 125. Tels. 3223228-323443
ASCENSO — Praça Norte, 11-A (B.º Encarnação) Tels 311216
BENFILUZ — Estr. de Benfica, 444-A. Tel 782606
CARRONDO — Rua Padre Sena de Freitas, 10-A Tel 842518.
CONCEIÇÃO — C.ª D. Gastão, 30-32 Tel 381279
DOURO — Alam. Linhas Torres, 93-A/B Tel 791131
EDUARDO A. CÉSAR — R. Trinas, 102 Tel 662631
ESTEFÂNIA — R. Pascoal de Melo, 90 Tel. 44438.
FRAZÃO — R. Portas de St.º Antão, 70 Tel 328180
GOMES SUCR. — Rua Junqueira, 326. Tel 638193
INFANTE SANTO — Rua do Olival, 290 Tel 661003.
MARLUZ — Calç. da Picheleira, 140-B/C. Tels. 720703-728395
NOVA — Rua Campolide, 397-C. Tel 687475
NUNES — Rua Ângela Pinto, 32. Tel. 549756.
OLIVAIS (dos) — R. Alves Gouveial 19. Tel. 311237.
PINHEIRO — Rua Campo Ourique, 131-133. Tel. 686640.
RIO DE JANEIRO — Av. Rio de Janeiro, 4-C Tel 721409
RONIL — Rua Rodrigo de Fonseca, 153. Tel. 683438.
SÁ DA BANDEIRA — Rua Marquês Sá da Bandeira, 36-42 Tel. 54672.
SALUTAR — R. Conde de Redondo, 9-B Tel. 533411
SANTA MARIA — Av. 5 de Outubro, 283-A. Tel 763016
SANTO ANTÓNIO — Rua Leite Vasconcelos, 72-C. Tel 862333
S. BARTOLOMEU — V.ª Paulo Jorge, 1. Tel. 790969
UNIÃO — R. Saraiva de Carvalho, 145-F. tel 663643.
S. MAMEDE — Rua Escola Politecnica, 82-B Tel. 66028
VERA CRUZ — P. Afrânio Peixoto, 2-B Tel 724941
ZIL — Av. Igreja, 9-D/F Tel 891780

Permanente

DOURO — Alameda Linhas de Torres, 93-A-B. Tel 791131
GOMES, SUCR. — Rua Junqueira, 326. Tel. 638193.
MARLUZ — C.ª da Picheleira, 140-B.-C. Telefs. 720703-728395
CARRONDO — Rua Padre Sena de Freitas, 10-A. Tel. 842518.
OLIVAIS (dos) — R. Alves Gouveia, 19. Tel. 311237.
SALUTAR — R. Conde de Redondo, 9-B Tel 533411.
S. BARTOLOMEU — V.ª Paulo Jorge, 1. Tel. 790969.
RIO DE JANEIRO — Av. Rio de Janeiro, 4-C. Tel 721409.
ZIL — Av. Igreja, 9 D/E Tel 891780

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miramar R. Ernesto Silva, 81 (Telef 2112048)
ALCABIDECHE
Carvalho Até às 21 horas
PORTO SALVO
Ferreira Bastos Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central Até às 24 e das 0 às 9 horas
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira Av. Saboia, 29-B. (Telef. 260085) Até às 21 horas
PAÇO DE ARCOS
Godinho da Silva Av. Patrão Lopes, 4 (Telef. 2432039) Até às 24 e das 0 às 9 horas
OEIRAS
Central R. Conde Ferreira, 29 (Telef 2430058) Até às 22 horas
NOVA OEIRAS
Leal Até às 21 horas
PAREDE
Brandão Av. da República, 77-C (telef. 2471054). Até às 24 e das 0 às 9 horas
PAREDE
Junqueiro-Mendes Até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira (Telefs. 262313-267314) Até às 22 horas
CASCAIS
Cascais Conde de Monte Real-B.º Caixas (Telef. 282407) Até às 21 horas; **Misericórdia** R. Regimento 19, 41 (Telef. 280141). Até às 24 e das 0 às 9 horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA
S. Jorge R. Pedro del Negro, 5-Reboleira (Telef. 938703) Permanente; **Carmele** R. Elias Garcia, lote 28 (Telef. 933303) Até às 22 horas; **Helénica** R. Elias Garcia, 2 (Telef. 933613). Até às 22 horas
DAMAIA
D. João V Av. Gurgel do Amaral, 2-A (Telef. 970461)
MERCÊS
Claro Russo
QUELUZ
Zeller Av. da República, 83 (Telef. 950045)
CACÉM
Araújo e Sá, E.de Paço de Arcos, lote 1-B (telef. 2940781)
MEM MARTINS
Miranda Garcia Est. de Mem Martins, 173-B (Telef. 2914103)
RIO DE MOURO
Riomouro Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (Telef. 2960194)
SINTRA
Misericórdia Vila (Telef. 2930391)
COLARES
Abreja (Telef 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro L. António dos Santos Jorge, 15 (Telef. 234100)
ALHOS VEDROS
Gusmão R. Cândido dos Reis, 30 (Telef. 204020)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima Est. Nacional, 244-A (Telef 2040141)
BARREIRO
Santa Marta R. Dr. Manuel Pacheco Nobre, 44-B (Telef 2072141)
ALMADA
Nuno Álvares Av. D. Nuno Álvares Pereira, 39 (Telef 2750504)
COVA DA PIEDADE
Atlântico R. Padre Manuel Bernardes, 1 (Telef. 2764466)
MOITA
União Moitense Av. Dr. Teófilo Braga (Telef. 239025)
MONTIJO
Diogo R. Almirante Reis, 50 (Telef. 2310032)
SESIMBRA
Leão Av. da Liberdade, 13 (Telef. 2233471)
SETÚBAL
Nova R. General Gomes Freire, 125 (Telef. 22052). Permanente; **Rosado Pinto** P. do Bocage, 98 (Telef. 22484). Até às 22 horas
SEIXAL
Soromenho R. Paiva Coelho, 38 (Telef. 2218560)
COSTA DA CAPARICA
Higiénica Av. da República, 23 (Telef. 2400020)

PORTO

(De dia e toda a noite)

TERREIRO Rua da Reboleira, 21 Tel 23576; **PINHEIRO MANSO** Rua São João de Brito, 35 Tel 60692; **SANTA TERESA** Praça Guilherme G. Fernandes, 100 Telef. 315713; **NOVA AVENIDA** Av. Fernão Magalhães, 692 Tel 52250

(De dia e só até às 22 horas)

GONDARÉM Rua de Gondarém, 360 Foz; **CORREIA DE ARAÚJO** Rua de Santa Catarina, 259 Tel 25644; **SILVA PEREIRA** Rua de Costa Cabral, 293 Tel. 480761; **ALVES** Praça Exército Libertador, 62 Tel. 60002; **BARROS** Rua do Loureiro, 104 Tel 315075; **BOA HORA** Rua da Boa Hora, 80 Tel 28783; **CAMEIRA** Rua do Heroísmo, 90 Tel 52583.

COIMBRA

(das 9 horas às 9 do dia seguinte)

VILAÇA Rua Ferreira Borges, 132 Tel 22043.

cinemas

ALVALADE

T 897480 — Estreia às 21.30

Não acons. a menores 13 anos

O CABO DOS TRABALHOS

um filme de Peter Sykes c/ Wilpid Brambell, Harry H Colbert, Diana Dors

APOLO 70

Tel. 763319 — 14.15, 17.45 e 21.15

Não acons. men. 13 anos

BARRY LYNDON
18.ª semana

Um filme de Stanley Kubrick
As 0.30h **Grupo D. m/18 anos**

NEGÓCIO EM TRES CONTINENTES

AVIS

Tel. 47163 — 15, 18.15 e 21.30

Não acons. a menores de 13 anos
Mentir. Pecar. Amar. Viver.
SOFRIMENTO DE AMOR
o filme começa a projectar-se logo após o início da sessão

BERNA

Tel. 776098 14.00, 16.30, 19.00, 21.30

Dustin Hoffman, Laurence Olivier, Roy Scheider

O HOMEM DA MARATONA
6.ª semana
um filme de John Schlesinger

Não acons. a men. de 18 anos

CALEIDOSCÓPIO

Tel. 795093 — 14.00, 16.30, 19, 21.30

Dustin Hoffman, Laurence Olivier, Roy Scheider

O HOMEM DA MARATONA
6.ª Semana
um filme de John Schlesinger

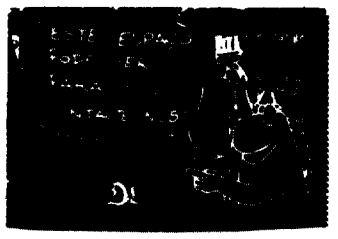
Não acons. a men. de 18 anos

CASTIL

Tel. 530194 — 15, 17, 19 e 21.30

Int. e men. 18 anos

AS TARADAS
um filme de Michel Lemoine
c/ Janine Reynaud, Claudia Coste



CONDES

Tel. 322523 — 14, 16.30, 19, e 21.30

Não acons. a men. 13 anos

POR FAVOR NÃO ME MORDA O PESCOÇO

Quem disse que os vampiros não são motivo de riso... amarelo?

EDEN

Tel. 320768 — 14, 16.30, 19 e 21.30

Int. a men. de 18 anos

Tamara Dobson/ Stella Stevens Norman Fell
CLEOPATRA JONES E O CASINO DE OURO
um filme de Chuck Bail

ESTÚDIO

Tel. 535134 — 14.30, 16.45, 19.00, 21.30

Não acons. a men. 18 anos
SANGUE DE CONDOR
Amanhã:
SENTIMENTO

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 — 15, 17, 19, 21.30

Interdito a menores de 18 anos

INFIDELIDADES

IMPÉRIO

Tel. 555134/5 — 15.15, 18.30, 21.30

Int. a men. 18 anos
XIV CICLO CINEMATOGRÁFICO DA CASA DA IMPRENSA
DE 16 A 30 DE JUNHO
MESTRES DO CINEMA CONTEMPORÂNEO
O INIMIGO PRINCIPAL
de Jorge Sangines
SENTIMENTO
de Luchino Visconti

LONDRES

Tel. 801313 — 14.15, 16.30, 19 e 21.15

Para todos

A ÚLTIMA LOUCURA DE MEL BROOKS

c/ Liza Minneli

A melhor comédia dos últimos 50 anos

MUNDIAL

Tel. 538743 — 15.30, 18.30, 21.30

Int. a men. 18 anos

LODO NA CIDADE

c/ Jim Mitchum, Karen Lamm

D. JOÃO V — DAMAIA

Tel. 971794 — Às 21 15h

Não acons. m 13 anos

BREVE PAIXÃO

c/ Natalie Wood, Robert Wagner

NIMAS

Tel. 574362 — Estreia às 21.30

SEMENTES DE VIOLÊNCIA

c/ Glen Ford, Anne Francis, Vic Morrow

Não acons. men. 13 anos

ODEON

Tel. 326283 — 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. a men. 18 anos

TEMPO DE MASSACRE

Colorido

PATHÉ

Tel. 821933 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

O PRÍNCIPE LIBERTINO

Real. Eric Lipmann
Neste filme cont. cenas event chocantes

POLITEAMA

Tel. 326305 — 14.15, 16.30, 19 e 21.30

Não acons. a menores de 18 anos
«DEUS NO CÉU... ARIZONA NA TERRA»
c/ Peter Lee Lawrence e Maria Pia Conte

RESTELO

Tel. 610375 — Às 21.15

Não acons. a men. 13 anos

O ULTIMO AMANHECER

ROMA

Tel. 887778 — 15.30, 18.30 e 21.30

Não acons. a menores de 18 anos
HOTEL INTERNACIONAL
Com Elizabeth Taylor e Richard Burton 2.ª Semana

ROXY

Tel. 48560 — 14.15, 17.45 e 21.30

Da Índia uma bela história de amor e aventura!

PASSADO INESQUECÍVEL

Um filme de Nasir Hosain

14.ª Semana

Não acons. men. 13 anos

S. JORGE

Tel. 579294 — 15.15, 18.15, 21.15

Peter Sellers é o Inspector Closeau
A PANTERA VOLTA A ATACAR
Não acons. a men. de 13 anos
4.ª semana

TIVOLI

Tel. 570595 — 15.15, 18.30 e 21.30

Não acons. a men. de 18 anos

NUNCA É TARDE PARA AMAR

Colorido
um filme de Faryl Duke

2.ª Semana

UNIVERSAL

Tel. 774402 — 15, 19 e 23h

(Grupo D/18 anos)

O SOLDADO AZUL

As 17
BUTCH CASSIDY. O KID

hoje excepcionalmente não há a sessão das 21 h

A BARRACA
R. Alexandre Herculano, 70
BARRACA CONTA TIRADENTES
M/13 anos
Todos os dias às 21.15
Folga: à 2.ª-feira
Matinées, sáb. 16 h; dom. 18 h

diversões de hoje

LISBOA/Teatros

BARRACA
R. Alexandre Herculano, 70 (13 anos)
«Barraca Conta Tiradentes»

ABC
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Em Águas de Bacalhau»

TEATRO ABERTO
21.30 (13 anos)
«As Duas Viagens de Job Cardoso»

VARIEDADES
21.45 (13 anos)
«Isto é que me Dói»

TEATRO DE CAMPOLIDE
Soc. Guilherme Cossul
21.45 (13 anos)
«D. Quixote Libertado»

TRINDADE
Grupo de Campolide
21.30 (13 anos)
«1383»

LISBOA/Cinemas

CAPITÓLIO
21.00 (18 anos)
«O Mais Quente Espectáculo do Mundo»

MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Aqui quem Manda sou Eu»

PROMOTORA
21.15 (14 anos)
«Justiça de Cahill»

CINEARTE
21.15 (13 anos)
«Cavalgada Fantástica»

RESTELO
21.30 (13 anos)
«O Ultimo Amanhecer»

VOX
21.15 (13 anos)
«A Pantera volta a Atacar»

SATÉLITE
21.15 (18 anos)
«Os Dias Impuros de um Marinheiro»

OLÍMPIA
Sessões contínuas (18 anos)
«Loucuras Porno»

EUROPA
21.15 (13 anos)
«O Rebelde do Kansas»

CALEIDOSCÓPIO
21.15 (18 anos)
«O Homem da Maratona»

CINEBOLSO
21.15 (18 anos)
«A Sombra de Bruce Lee»

CINE AUDITÓRIO
21.15 (14 anos)
«Elas são mais Perigosas»

PARIS
21.15 (13 anos)
«Mili»

LUMIAR
21.30 (18 anos)
«O Maneta de Ferro»

JARDIM
21.15 (18 anos
«Rivais Temerários»

S. LUIS
21.30 (13 anos)
«Uma História de Lisboa»

LINHA DE CASCAIS

Oxford
21.15 (13 anos)
«Viva Rama - Viva Krisha»

CASCAIS
S. José
21.15 (13 anos)
«As duas Faces do Medo»

ALGÉS
Stadium
21.15 (18 anos)
«Inquérito a um Cidadão Acima de Qualquer Suspeita»

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (18 anos)
«Paulo o Ouente»

OEIRAS
Oeiras-Cine
21.15 (13 anos)
«E Agora Chamam-lhe, Magnífico»

ESTORIL
Casino
17.00, 21.15 (13 anos)
«África Expresso»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cinestúdio
21.30 (18 anos)
«A Médica da Inspecção Militar»

AMADORA
Lido
21.15 (18 anos)
«O Homem da Maratona»

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (18 anos)
«Relações Escaldantes»

SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (18 anos)
«A Mundana Feliz»

OUTRA BANDA

ALMADA
Academia
21.15 (13 anos)
«Paulo o Frio»

PORTO/Teatros

ANTÓNIO PEDRO
21.30 (13 anos)
«Schmurz»

PORTO/Cinemas

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«Laços Escaldantes»

COLISEU
21.15 (13 anos)
«Zameer»

AGUIA DE OURO
21.15 (18 anos)
«Punho Violento»

ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«Lição de Amor»

TRINDADE
21.15 (13 anos)
«Escândalo na TV»

S. JOÃO
21.00 (13 anos)
«Doze Indomáveis Patifes»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«É Preciso Eliminar a Testemunha»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«Barry Lyondon»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Os Prazeres Discretos da Alta Roda»

JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«O Perfume da Senhora de Negro»

RIVOLI
21.15 (18 anos)
«Patton»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Amor Violento»

BATALHA
21.15 (13 anos)
«O Corsário Negro»

ESTÚDIO 400
21.30 (18 anos)
«O Tigre do Karate»

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«As Novas Aventuras de Trader Horn»

COIMBRA

S. TEOTÓNIO
21.15 (14 anos)
«O Grande Mestre do Crime»

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«A Professora de Ciências Naturais»

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Vanessa»

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«Os Demónios de Alcácer Kibir»

rádio

1.º Programa

16.00: Noticiário — «Musivária»; **17.00**: «Música portuguesa»; **18.00**: Separador; **18.10**: «Hoje respondemos por música» por António Vitorino de Almeida música variada; **19.00**: «Poemas e poetas» - música variada; **20.00**: «Jornal da Noite»; **20.30**: Melodias; **21.00**: 20.º episódio do folhetim «Os Mistérios do Castelo de Udolfo», de Ann Radcliffe, numa adaptação de Ema Paul; **21.18**: «Contraponto»; **24.00**: «Último jornal»; **00.00**: «Último jornal»; **00.30**: Vozes na noite; **01.00**: «Música na noite»

2.º Programa

16.20: Musica de Piano: cinco sonatinas, de Muzio Clementi, por Maria Varro; **16.45**: Música sinfónica: Sinfonia n.º 0, em ré menor, de Bruckner; **17.30**: Obras de Barroco Italiano e Francês: Concerto n.º 4, em lá maior, Op. 9, de Albinoni. Concerto Real n.º 3 de François Couperin; **18.00**: Música de Jean-Jacques. Rousseau: «O Mágico da Aldeia»; **19.00**: Música portuguesa: **20.00**: Música de Mozart: Sonata em dó maior, K. 545. Quinteto em sol menor, K. 516, pelo «Quarteto Amadeus»; **20.50**: Uma obra de Berlioz: «Romeu e Julieta», Op. 17 (sinfonia dramática); **22.25**: Um solo de guitarra: «Variações sobre um tema da ópera «A Flauta Mágica», de Mozart; **22.30**: «O Gosto pela Música» pelo dr. João de Freitas Branco; **23.00**: Intercâmbio musical: Festival de Berlim de 1976 — gravações cedidas pela Sender Freies Berlin. Concerto preenchido com obras de Hans Werner Henze; **01.00**: Fecho

3.º Programa - Nacional e Regional (290m)

16.00: «Variante» (continuação); **16.10**: Casos ao acaso, por Orlando Dias Agudo (repetição); **16.20**: Discorrendo, por Mário Martins; **17.10**: Prevenção e saúde, pelo dr. Sousa Pereira (repetição); **18.00**: Emissão regional (Emissor de Porto Alto) «Contacto»; **18.20**: Títulos de 1.ª página; **18.30**: Actualidade; **18.45**: Fórmula 1; **19.05**: Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa; **20.15**: Antologia; **20.30**: Pesquisa; **21.00**: A música e as vozes; **21.30**: «Quando o telefone toca»; **23.03**: «Nocturno»; **23.06**: Novas de alegria; **24.00**: «Nocturno» (continuação); **00.15**: «Dia a dia com o passado»; **02.00**: Fecho

3.º Programa - Local (187,5m)

16.00: «Variante»; **18.00**: «Compasso»; **18.15**: Sal e pimenta (repetição); **18.45**: Oiça o que não leu; **19.45**: As palavras e a música; **20.10**: Ontem, hoje e amanhã; **20.40**: Serviço de agenda; **21.00**: Fecho

4.º Programa-Emissão Total em Estereofonia

16.00: «Gong» - Realização de João David Nunes; **19.00**: «Em Órbita»; **20.00**: «Forum» - Realização de Jorge Lopes; **00.00**: «Prisma» - Realização de Fernando Ouinas; **02.00**: Fecho

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

HOJE NO CONSELHO DE SEGURANÇA

Queixa de Moçambique contra Rodésia

A queixa de Moçambique sobre a agressão da vizinha Rodésia é apresentada hoje ao Conselho de Segurança das Nações Unidas pelo seu ministro para o Desenvolvimento e Planeamento Económico, Marcelino dos Santos.

O debate sobre esta queixa está previsto para as 10 e 30 da manhã (15 e 30 em Lisboa) com uma declaração lida por Marcelino dos Santos, o número dois do Governo moçambicano.

Marcelino dos Santos

O grupo africano reuniu-se ontem à porta fechada, a fim de dar os últimos retoques num projecto de resolução que condena fortemente a Rodésia e que reconhece a exigência de indemnização por parte de Moçambique. O embaixador Radha Krishna Ramphul deverá apresentar a resolução ainda hoje.

Devido a frequentes violações do seu território, Moçambique pediu há dez dias ao Conselho de Segurança que fizesse algo para acabar com elas. O Conselho esperou na semana passada a chegada de delegações de alto nível de Moçambique e de outros Estados africanos da chamada «linha da frente».

Outros oradores na sessão debate serão o ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, Paulo Jorge, e um representante do Senegal, presidente do Grupo Africano na ONU.

Espera-se que o debate venha a durar pelo menos três dias, encontrando-se já inscritos, para uso da palavra, os ministros dos Negócios Estrangeiros da «linha da frente», Benjamim Mkapa, da Tanzânia, e Siteke Mwale, da Zâmbia.

PARA CONTACTOS MINISTERIAIS

Ministros do Golfo Árabe esperados em Portugal

Ministros dos países do Golfo Árabe estarão brevemente em Portugal, em visita qualificada como particular.

No entanto, e segundo conseguimos saber, os ministros, que vêm acompanhados de uma delegação de homens de negócios ligados aos petróleos, terão contactos a nível ministerial, para discutir assuntos relacionados com as relações comerciais entre os dois países.

Entretanto ontem, à saída do Palácio de Belém, o Primeiro-Ministro afirmou que «as relações de Portugal com os países árabes não foram afectadas, como se julga», devido à elevação, ao nível de embaixada, das relações entre Portugal e Israel.

Depois de criticar os partidos que se opuseram àquela medida do Governo, Mário Soares referiu que a maior parte dos países europeus tem relações muito estreitas com o mundo árabe e também com Israel.

«Não há nenhuma razão para que nós fôssemos uma excepção», concluiu Mário Soares.

Recorde-se que, decorrente daquela medida, o Iémen cortou relações com Portugal, enquanto que a Líbia retirou o encarregado de Negócios que tinha em Lisboa, descendo a sua representação de embaixada para consulado.

CIVILIZAÇÕES MILENÁRIAS

ATENAS

Uma semana inesquecível na GRÉCIA a preço sensacional!

Partidas durante todo o ano

Peça-nos já o seu programa:

Europeia
• a experiência ao serviço do turismo •
Av. da Liberdade 233 | Telef. 53612111

Um homem sozinho recebe ilegalmente 10 mil contos do IARN

Encontra-se detido pela Polícia Judiciária um comerciante de Olival de Basto, cuja identidade não foi revelada, que recebeu ilegalmente do IARN cerca de dez mil contos.

Entretanto, mais cinco indivíduos foram presos pela PJ, sob a acusação de terem extorquido ao referido comerciante diversas quantias num total aproximado de mil contos. No conhecimento da fraude do outro, estes últimos não hesitaram em fazer chantagem e terão agora de responder por isso.

Avião apreendido em Barbados fez escala em Lisboa

● Autoridades desconhecem assunto

Apenas com a tripulação e um passageiro de 15 anos, foi apreendido em Barbados um avião que transportava armas, compradas a países membros da NATO. Antes de chegar a Bridgetown, capital dos Barbados, o avião efectuou escalas em Londres, Lisboa, Canárias e Buenos Aires. Segundo fontes britânicas, as armas eram destinadas a um movimento semimilitar organizado pela Guatemala, na sua tentativa de anexar o território de Belize, colónia inglesa na América Central que em breve ascenderá à independência. Por seu lado, o exército da Guatemala diz que as armas ligeiras e munições de calibre 55.6 foram compradas «legalmente» a países da NATO devido às restrições impostas pelos Estados Unidos, em virtude da violação dos Direitos do Homem naquele país. Classificando a detenção do avião como «abuso e ilegalidade», o vice-ministro da Defesa da Guatemala afirmou que já estão em curso diligências para recuperar o armamento.

Por outro lado, um comunicado oficial distribuído em Barbados, no domingo, afirmava que a Guatemala dizia ter tropas preparadas para invadir Belize, se a Grã-Bretanha decidir conceder unilateralmente a independência a este território. Entretanto, durante a assembleia da Organização dos Estados Americanos — OEA, recentemente realizada em Granada apenas cinco países latino-americanos divulgaram comunicados de apoio à independência do Belize, ao contrário do que se verifica com as ilhas Malvinas e Gilbraltar, que contam com o apoio unânime dos países latino-americanos, nas Nações Unidas. Cuba e Panamá estão entre os que alinham na posição pró-indidependência, do Belize, contra as pretensões anexionistas da Guatemala.

Contudo, a propriedade do carregamento de armas e munições apreendido em Barbados, ainda não foi reconhecida pelo presidente guatemalteco. O major Rolando Archila, da Secretaria de Relações Públicas da Presidência, afirmou que a notícia é «ilógica e contraditória, pois se os Estados Unidos não nos vendem armas, muito menos o faria a Grã-Bretanha». Outras fontes admitem a possibilidade de as armas fazerem parte de um tráfico de material militar destinado ao «Exército Secreto Anticomunista», que recentemente iniciou as suas «actividades» contra todos os que professam ideias de esquerda na Guatemala.

Pelo seu lado, o Exército e o Ministério dos Negócios Estrangeiros dizem que «estão a tratar do caso».

Ao fim da manhã, respondendo à ANOP, um informador do Estado-Maior-General das Forças Armadas disse desconhecer o caso, acrescentando que «nem o EME vendeu armas nem a Guarda Fiscal teve conhecimento do assunto. Pelo menos, legalmente, as armas não saíram de Lisboa».

Rede nacional de frio discutida em Encontro

Iniciou-se ontem de manhã, no Laboratório de Engenharia Civil, o I Encontro Nacional do Frio cuja função consiste em apresentar o trabalho já efectuado e a desenvolver pelo Instituto Nacional do Frio (INF) e à recolha de sugestões a aproveitar para a actuação daquele organismo.

O ministro do Comércio e Turismo, Mota Pinto, presidindo à sessão de abertura, apontou as atribuições e competências do INF a considerou ser «indispensável a existência e utilização de uma extensa malha de instalações frigoríficas, ao serviço da produção, da distribuição e do consumo», bem como de «circuitos comerciais adequados» ou seja, «ao serviço da economia nacional».

Entretanto, e segundo referiu o director do INF, Oliveira Miguel, encontra-se já concluído o esboço do plano de desenvolvimento da Rede Nacional de Frio a levar a efeito no Continente e nas Ilhas até 1980, cujo investimento se calcula inicialmente superior a cinco milhões de contos e poderá atingir cerca de 10 milhões da contos.

Primeira encefalografia foi feita há 50 anos

Há cinquenta anos, o cientista português Egas Moniz, realizou a primeira arteriografia dos vasos cerebrais, também conhecida por encefalografia ou angiografia cerebral. Esta descoberta deu ao prof. Egas Moniz a tribuição do Prémio Nobel da Medicina, único até hoje conseguido por um português.

Egas Moniz foi ainda o iniciador da leucotomia que consiste no desligamento das células da região pré-frontal dos núcleos medianos do tálamo. Para comemorar a efeméride, a Sociedade Portuguesa de Radiologia e Medicina Nuclear organizou nos dias 3 e 4, na Fundação Gulbenkian, um simpósio internacional de Angiografia com a presença de alguns dos mais célebres cientistas mundiais do ramo radiológico.

Egas Moniz nasceu em Avanca, em 1874, e faleceu em Lisboa, em 1955.

Exonerada secretária da Presidência da República de Angola

Foi exonerada do cargo de secretária da presidência da República angolana para as Relações Exteriores a portuguesa Maria da Luz Gomes da Costa Veloso, segundo um despacho oficial citado pela agência ANGOP.

A agência recorda que «logo após a intentona reaccionária de 27 de Maio, entre os portugueses detidos, figurava uma secretária da presidência da República». Não precisa, no entanto, o futuro da portuguesa, nem se ela se encontra ainda detida.

Incêndio na Rua Eça de Queiroz

Ao fim da manhã, deflagrou um incêndio no terceiro andar de um dos prédios da rua Eça de Queiróz, esquina com a Avenida Duque de Loulé, em Lisboa.

As chamas destruiram os haveres das 26 moças que habitam o lar. Segundo declarações prestadas por uma delas, «a senhoria fora várias vezes avisada de que havia uma fuga de gás na casa de banho não tendo atribuído importância ao facto».

Até agora, há apenas um bombeiro ferido por corte com vidros desconhecendo-se se existe alguém no interior do edifício. As chamas estão a ser atacadas por três bombas e duas escadas «Magiruz» do batalhão de Sapadores Bombeiros.

Conselho da Revolução

O Conselho da Revolução reúne-se amanhã, a partir das 15 e 30, em Belém. Na agenda, a habitual «análise da situação política e militar»

Mensagem de Medeiros no aniversário da RPM

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira enviou ao seu colega da República Popular de Moçambique uma mensagem de saudação, por motivo da passagem do 2.º aniversário da independência daquela antiga colónia portuguesa.

Ei-la, na íntegra: «Ao comemorar-se o segundo aniversário da independência da República Popular de Moçambique é-me especialmente grato enviar a Vossa Excelência as mais cordiais saudações e formular votos para um estreitamento cada vez maior laços fraternos que devem unir os nossos dois países».

Entretanto o indigitado embaixador de Portugal no Maputo, António Vaz Pereira, foi ontem à tarde recebido pelo general Ramalho Eanes, a quem apresentou cumprimentos de despedida. Vaz Pereira partirá dentro de dias para a capital moçambicana.

Nota

APENAS UM «REQUIEM»

Um convite duma anónima «comissão promotora» para uma missa marcada para o «próximo dia 27 — dia de luto em Portugal — na igreja dos Congregados, (Porto) pelas 19 horas», foi enviado há dias pelo correio, ao que parece, a grande número de pessoas incluindo os órgãos de comunicação social. Só que «estrategicamente» não mencionaram o mês. Tudo indicava, porém, que o «próximo dia 27» fosse ontem. Tal não sucedeu. Às 19 horas, várias pessoas assistiam a uma missa que não era de «luto em Portugal». No entanto, dentro e fora do templo notava-se o movimento de indivíduos conhecidos do tempo do fascismo: bufos, pides, ex-legionários, advogados com passado nas «fileiras» fascistas, etc. que trocavam entre si sorrisos convencionais. Às pessoas que iam chegando munidas do «convite» era-lhes dito que a missa era só no dia 27 de Julho. Efectivamente o porteiro da igreja também nos confirmou isso, dizendo-nos que estava marcada uma missa pelos retornados para aquele dia. Ora aquela data, considerada por muitos retornados como de «fúnebre», assinala o discurso de Spínola em 74 a anunciar a independência das ex-colónias portuguesas. Quanto à imprecisão da data do «convite» tudo indica que os promotores desta «jornada de luta» quisessem primeiro verificar o impacto que a mesma poderá vir a ter. Por aquilo que viram ontem, podem ficar certos de que a missa do próximo dia 27 deverá ser apenas um «requiem» pelo fascismo.

ESTRANHA DEMOCRACIA

Vindo de Hamburgo, afirmou o ministro do Trabalho Maldonado Gonelha, a propósito das manifestações da Inter: «Tenho a impressão de que, neste momento, as manifestações são fundamentalmente prejudiciais, não à política do Governo, mas às organizações que as promovem, pois o Governo tem saído sempre reforçado destes confrontos.»

Isto diz um ministro de um Governo que a todo o instante se reclama de democrático.

O GUARDA RICARDO

A criatura do «cartunista» Sam libertou-se. Pelo menos, mudou de residência, do «Jornal-Velho» para o novo «Diário de Notícias». Que a mudança lhe seja benéfica, na medida do possível...

O «Jornal Velho» perdeu este sorriso diário. Ficou mais velho, se possível...

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM MAIO: 46 450

(Hoje 24 páginas)

EXCLUSIVO

SUPLEMENTO
Síntese
da vida
internacional

Le Monde
Prensa Latina
Interpress
Novosti

N.º 21/77

Terça-feira, 28 de Junho de 1977

U.R.S.S.: O projecto da nova Constituição

Venezuela: Tensões sociais favorecem oposição

Estados Unidos: Direitos humanos recusados aos índios

Multinacional do sexo: O declínio do império Play-Boy

Suíça: Assassínios e crise na banca

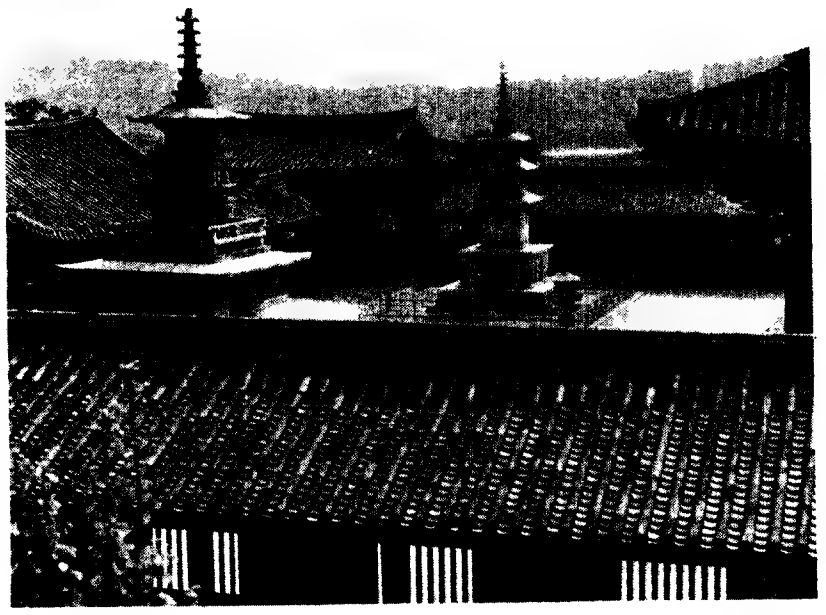
A QUESTÃO COREANA VISTA DO JAPÃO

Takeo Fukuda, o primeiro-ministro japonês que deu o primeiro «não» do seu país aos EUA, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Súbita reviravolta na demorada submissão nipónica aos ditames de Washington? Nada disso. Trata-se apenas de Tóquio ser ainda «mais papista que o papa». (Foto AFP).

■ **Wilfred Burchett**

ESPECIAL «D.L.»

Pela primeira vez um governo japonês disse «não» aos EUA. Oficialmente, foi um «Não» tímido, mas nos bastidores (especialmente junto dos «lobbies» do Congresso dos EUA) foi um «não» categórico. Esta negativa foi a resposta dada às vagas propostas do presidente dos EUA no sentido de retirar as tropas norte-americanas (excepto a Força Aérea) da Coreia do Sul, dentro de quatro a cinco anos. Desde a Segunda Guerra Mundial que os governos japoneses têm dito «sim» às propostas mais belicistas de Washington, tendo inclusivamente fornecido bases para a participação norte-americana nas guerras da Coreia e do Vietname. A tudo quanto iria aumentar as tensões na zona, os governos japoneses disseram «sim». À primeira proposta capaz de reduzir um tanto a tensão na península coreana, a resposta japonesa foi negativa.



Numa visita de duas semanas ao Japão (durante a qual me avistei com numerosos professores universistários, dirigentes budistas, directores de jornais e outros intelectuais, cujas profissões os põem em contacto com a opinião pública) vi que havia uma profunda inquietação perante a recusa governamental à retirada americana e perante as implicações dessa recusa. Há um sentimento generalizado de que o governo Fukuda caminha contra a corrente da história, alinhando pela ditadura de Seul, e sendo arrastado para a repetição do desastre americano no Vietname do Sul.

O carácter totalmente repressivo do regime de Park Chung Hee é provavelmente mais conhecido no Japão que em qualquer outro país fora da Coreia do Sul. A sua brutal surpressão de tudo quanto diz respeito à democracia e aos direitos humanos tem sido amplamente relatada pela Imprensa japonesa — especialmente depois do escândalo de Agosto de 1973, quando o dirigente oposicionista Kim Dae Jung foi raptado dum hotel de Tóquio por agentes de Park. Também é claramente sabido que o regime se aguenta pela presença de duas divisões de forças terrestres dos EUA. A opinião pública japonesa é compreensivelmente sensível ao facto de 600 mísseis nucleares (número oficialmente admitido pelos EUA) estarem estacionados na Coreia do Sul a poucas centenas de quilómetros das principais cidades japonesas. E se o governo japonês protesta de cada vez que a China faz um ensaio nuclear (a milhares de quilómetros de distância no remoto Sinquião), então levanta-se a questão óbvia de saber por que é que o governo se mostra tão passivo ante o estacionamento de armas nucleares tão perto das suas fronteiras e encoraja mesmo a Administração Carter a mantê-las ali.

A questão está em que os monopólios japoneses investiram fortemente na continuidade do regime de Park Chung Hee e estão obcecados pelo espectro do seu colapso, se os americanos começarem a retirar. Ao fim e ao cabo, os americanos investiram muitos biliões de dólares em instalações industriais no Vietname do Sul, de 1968 em diante, baseados nas suas expectativas de

2

A NOVA POLÍTICA AMERICANA EM ÁFRICA

■ **Henri Pierre**

LE MONDE

WASHINGTON — A nomeação de Richard Moose como secretário adjunto para a África, em substituição de Schaufele, anuncia a nova remodelação do Bureau dos Negócios Estrangeiros do Departamento de Estado. Dois dos três assistentes de Schaufele devem ser aubsituídos num futuro próximo, e trata-se de criar um quarto lugar de assistente especialmente encarregado dos problemas económicos africanos.

Embora do lado oficial se diga tratar-se de uma mutação normal, conforme com o princípio de rotação dos altos funcionários do departamento de Estado, o caso tem, no contexto da nova diplomacia americana, um significado muito claro. Está bem de ver que a saída de Schaufele estava prevista há já vários meses. Embora tenha iniciado a viragem da política americana, passando da solidariedade com a África «branca», ao apoio à «regra da maioria» — o que favorece a ascensão de Governos africanos ao poder —, Schaufele, que fora nomeado por Kissinger, era naturalmente «suspeito» aos olhos da jovem equipa dos conselheiros presidenciais, desejosos de ir mais longe no apoio aos movimentos de africanização.

Por outro lado, o Bureau Africano do Departamento de Estado, corrigira por várias vezes e até desmentira certas declarações **explosivas do embaixador Young, representante permanente dos Estados Unidos nas Nações Unidas, tanto sobre a presença militar cubana na África, como sobre a «ilegalidade» do Governo de Pretória. Mas, apoiado pelo presidente Carter e pelo vice-presidente Mondale, Young aceitava facilmente as críticas do Departamento de Estado, até por saber que estava iminente uma remodelação. Se não a provocou, acelerou, sem dúvida, a partida de Schaufele, que, provavelmente irá ser embaixador em Atenas.**

Walter Mondale

A nomeação de Moose, que abandona um cargo mais elevado na hierarquia (era secretário de Estado adjunto, encarregado da administração), reforça os elementos activistas que presidem à elaboração da política africana. Moose trabalhará com David Aaron, segundo conselheiro presidencial e encarregado dos assuntos de segurança nacional, e Anthony Lake, director do Bureau de Planificação do Departamento de Estado. Lake, autor de um livro em que criticava a política de Kissinger na África, exerce nos bastidores uma influência importante na formulação da política africana e trabalha activamente na concertação dos pontos de vista americanos e britânicos acerca do problema rodesiano.

Andrew Young

Os elos existentes entre Moose e os elementos democratas liberais do Congresso, facilitaram decerto a sua nomeação. Moose serviu em África, como jovem diplomata, antes de ser colocado no Conselho Nacional de Segurança, e, fez, desde 1969, parte do «staff» do senador Fulbright, então presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros do Senado. Em 1975 esteve em África ao lado do senador Clarck, presidente da Sub-Comissão sobre a África e adversário declarado da política de Kissinger. Ambos se opuseram com êxito à diplomacia de Kissinger, que defendia as facções angolanas apoiadas pela CIA. A presença de Moose ao lado de Aaron e de Lake orienta definitivamente a política africana de Washington no sentido de uma firmeza muito maior para com os dirigentes da África «branca», e de uma cooperação com os líderes africanos.

Claro que a remodelação deverá pôr fim às lutas de influência no interior da administração, sem por isso garantir que o Governo americano se exprima de futuro como uma só voz sobre os problemas africanos. Em certos aspectos a Casa Branca tem mesmo vantagens em usar de linguagens diferentes segundo os auditórios, e em repartir as tarefas. ●

O CHILE DE HOJE /5

OS ESCÂNDALOS DOS "CROCODILOS"

Os «crocodilos» são um conjunto de empresários que se organizaram como grupo depois do golpe militar e que penetrando em certos centros do poder económico, em especial no Banco de osorno e La Unión, conseguiram em pouco tempo, formar um pequeno império económico, controlando empresas do mais variado tipo. Em Outubro de 1975 compraram o referido Banco, que tem mais de mil empregados, pagando 10 por cento á vista e o resto em cotas trimestrais por dois anos, reajustáveis e com um juro de 8 por cento. Passaram assim a controlar 60 por cento das acções, apesar das normas de licitação efectuadas pela CORFO (o banco fora nacionalizado na época de Salvador Allende).

Utilizando o aval do Banco e através do subterfúgio ilégal das «cartas-garantias, os «crocodilos» obtiveram empréstimos no estrangeiro que lhes permitiram por sua vez licitar uma série de empresas, que até ao momento estavam em poder da CORFO, e pô-las em funcionamento. Pagavam apenas 10 por cento à vista, sendo o resto a prazo, pensando que os rendimentos obtidos dariam para tal. Mas encontraram-se em breve, com um império paralisado e em crise. Alimentaram-no com créditos. Mas chegou um momento em que não poderam continuar a enfrentar a crise e o negócio terminou tragicamente.

O Banco Central interveio no Banco Osorno e na União, fornecendo-lhes o seu apoio financeiro para cobrir o seu passivo, já que o governo temia que, caso se produzisse a falência do Osorno e da União, se desencadeasse uma reacção em cadeia capaz de desarticular o processo económico. As empresas de «os crocodilos» terão de voltar para as mãos da CORFO, que decidirá acerca do seu futuro. A dívida global do clã está avaliada em 40 milhões de dólares.

A paragem dos pagamentos do Banco Osorno e da União afectou a Associação de Aforro e Empréstimos Ahorromet que havia concedido um crédito à «empresa financeira informal» dos «crocodilos» «Sociedade de Investimentos Décima Região Lda.», graças a um aval do mencionado instituto bancário.

A SEGUIR:
Outras falências

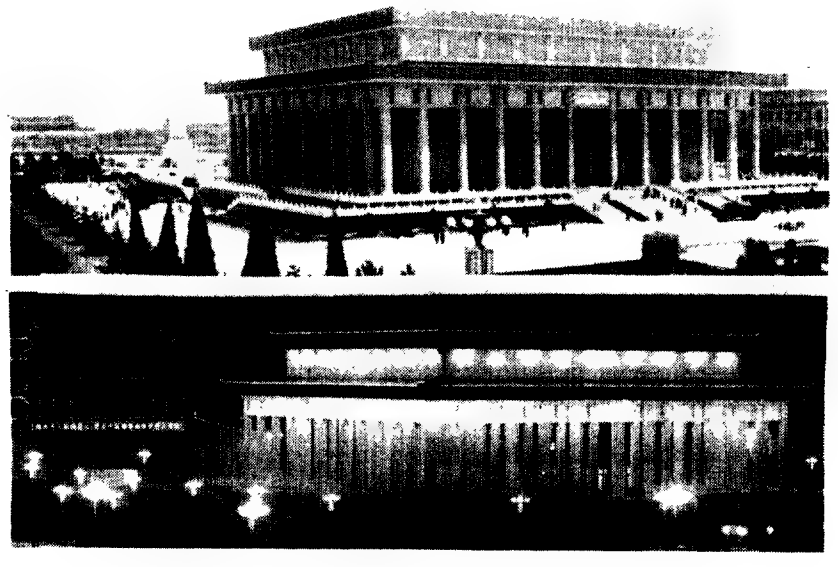
PEQUIM ESTÁ INTERESSADA EM MANTER A SITUAÇÃO DE MACAU E HONG-KONG

Com o derrube do regime fascista, o império colonial português desmoronou-se, e, depois de uma encarniçada luta de libertação, os povos da Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique conquistaram a sua independência.

Apesar disso, o estatuto de Macau mantém-se inalterado e os dirigentes de Pequim, que tanto propagandearam contra o colonialismo e pela independência dos povos da Ásia, África e América Latina, nada fizeram para reincorporar o território de Macau no Estado chinês.

Macau, localizado na costa Sul da China, tem 16 quilómetros quadrados de superfície, e encontra-se na posse de Portugal desde 1557. A princípio, tratou-se dum entreposto comercial, mas depois os portugueses recusaram-se a pagar o arrendamento, apoderando-se de Macau para «uso perpétuo» e fazendo com que a China renunciasse completamente à sua soberania sobre a área. Num protocolo sobre as relações entre os dois países, datado de 1887, a China ratificou o reconhecimento de que o porto era uma possessão portuguesa aceitando «a ocupação e administração de Macau e territórios anexos por parte de Portugal, à semelhança de outras possessões portuguesas».

Em 1960 a XV Assembleia Geral da ONU incluiu Macau na lista das regiões colonizadas. O governo chinês nada fez contra o estatuto colonial de Macau. No Atlas das Províncias da China, publicado em 1965, estava citada «Aomen» (Macau) como pertencente a Portugal e por ele dirigida. Logo que Pequim ingressou na ONU, os dirigentes maoístas desencadearam uma intensa actividade para que dos documentos



Estas fotos da AFP mostram o mausoleu do presidente Mao Tse Tung, de dia e à noite. É um edifício quadrado, com 105 metros de lado e 34 de altura, situado na praça Tien An Men, em Pequim.

das Nações Unidas fossem riscadas as «formulações erradas», na categoria das quais Pequim punha a qualificação de colónias para Macau e Hong Kong. O representante permanente da República Popular da China junto da ONU fez em Março de 1972 a entrega de um documento referente a essa questão colocando-se contra a inclusão de Macau e Hong-Kong na lista das regiões coloniais, pois elas estavam abrangidas na declaração sobre a garantia da independência dos povos e países oprimidos.

Mas porque é que Pequim não deseja exercer controlo sobre Macau? Porque não mostrou qualquer interesse em conversações com Portugal sobre tal questão? Há três razões fundamentais para isso; 1 — Macau, um centro de contrabando, com os seus tradicionais casinos e jogos de nível internacional, proporciona anualmente milhões de dólares a Pequim; 2 — Um controlo chinês sobre Macau significaria o escoamento de capitais de Hong Kong, cujos bancos, firmas comerciais e sociedades são uma fonte de divisas para a China (40 por cento das divisas estrangeiras que entram nos cofres de Pequim); 3 — Finalmente, as autoridades de Pequim estão convencidas de que a supressão do estatuto colonial de Macau e Hong Kong poderá afectar os interesses dos monopólios imperialistas, prejudicando o que foi proclamado pelo X Congresso do PC chinês, ou seja a política de compromissos com os Estados imperialistas.

Deste modo, os dirigentes chineses chegaram a esta situação paradoxal: serem eles os primeiros interessados em manter uma situação colonial num território que a eles próprios pertence. **(Panorama DDR).** ●

A COREIA E O JAPÃO

1)

manterem a ditadura de Saigão mesmo depois da retirada das suas tropas. Alguns japoneses mais realistas não esqueceram esta lição. O certo é que alguns deles também se aperceberam de que reunificação do Vietname proporcionou aos industriais japoneses um mercado estável e em expansão para todos os que se disponham a aceitar os lucros normais do comércio baseado nas vantagens mútuas. As vantagens a curto prazo de investir na Coreia do Sul são os lucros típicos baseados na exploração da mão-de-obra barata. São também a exportação das indústrias petroquímicas e outras demasiado poluentes para serem aceites no Japão. Mas será que uma Coreia independente e reunificada vai tolerar relações económicas de tipo neocolonialista? A resposta é obviamente «não».

Deste modo, há uma poderosa parte da classe dirigente japonesa claramente interessada na não reunificação da Coreia, na frustração dos direitos do povo coreano à autodeterminação. Outra parte da classe dirigente está cada vez mais impressionada com os benefícios das relações económicas normais entre o Japão e os seus vizinhos. O Japão vende quatro milhões de toneladas de aço à China em troca de petróleo e carvão. Um Vietname em paz e reunificado representa algo de muito mais atractivo que duas metades dum Vietname não unido. Dentro de poucos anos, representa arroz, borracha, petróleo, café e soja e um importante mercado para equipamento industrial, fertilizantes e tecnologia que o Japão pode fornecer. Dentro de 50 anos, o Vietname representará um mercado de 100 milhões de pessoas.

Uma Coreia unida será ainda mais atractiva como parceiro comercial, dada a vasta gama dos seus recursos naturais (especialmente no campo dos metais não ferrosos) e a sua população actual de 50 milhões.

A derrota americana no Vietname, as conclusões dela retiradas, pelo menos, por alguns dos oreintadores políticos norte-americanos é a de que a ocupação indefinida da Coreia não é do interesse dos EUA. Este facto levou os japoneses a fazerem lagumas sérias reflexões. Se as tropas norte-americanas foram retiradas e se o regime começar a entrar em colapso — que irá fazer o Japão? Enviar tropas suas? Nada agradaria mais à extrema-direita. Mas todos sabem que a esmagadora maioria do povo nipónico se oporia a tal e que o Japão ficaria mais isolado que nunca na Ásia e no mundo exterior em geral.

Um aspecto da questão emergiu claramente no princípio de Maio à volta da ratificação do tratado nipo-sul-coreano sobre exploração conjunta da plataforma continental entre a Coreia do Sul e o Japão. O tratado foi assinado em 1974, mas as objecções levantadas pela República Popular da China e pela República Popular Democrática da Coreia foram retomadas pelos partidos da oposição da Dieta japonesa. A oposição alegou que o governo não devia entrar em compromissos com um regime detestado pela maioria da população japonesa. Foi só graças a algumas habilidades parlamentares muito astuciosas que o partido governamental conseguiu ver o tratado ratificado três anos depois de assinado. Um sinal dos tempos. Outro tem sido — o da polarização da opinião

Park Chung Hee, presidente da Coreia do Sul

pública sobre a questão coreana.

A criação de comités de solidariedade com a Chongruyn (a activa associação de residentes coreanos no Japão) foi a resposta dos progressistas japoneses às propostas belicistas da extrema-direita de irem substituir os EUA no apoio militar ao regime de Park Cung Hee. Todos esses comités desenvolveram uma longa campanha para solicitarem a retirada das tropas americanas e a reunificação pacífica da Coreia.

O problema coreano que subitamente foi projectado na ribalta do debate político no Japão suscitou uma questão muito mais lata (ao menos entre os intelectuais): qual o papel do Japão nos assuntos internacionais? Será o Japão parte da comunidade asiática ou estará ainda a tentar que o aceitem no Clube das Grandes Potências? Há uma crescente sensação de que se cometeu um erro terrível, quando se mediu a posição japonesa na comunidade internacional pelo padrão do PNB. Os intelectuais mais conscientes com quem falei entendiam que, se o Japão assumisse uma atitude correcta na questão da reunificação da Coreia, podia forjar uma personalidade asiática e desempenhar ao menos um papel positivo nos assuntos regionais e mundiais. Apercebi-me de que esses intelectuais são muito sensíveis ao facto de o Japão ser considerado desde a Segunda Guerra como um satélite dos EUA e de o Clube das Grandes Potências (todas de raça branca) olhar ainda os japoneses com o menosprezo que os brancos reservam àqueles cuja cor é diferente da sua. ●

VENEZUELA

TENSÕES SOCIAIS FAVORECEM OPOSIÇÃO

■ **Daniel Vargas**

INTERPRESS

CARACAS — A campanha eleitoral venezuelana, que estava prevista para o próximo mês de Julho, poderá ser influenciada por factores de tensão social.

Diversos sectores laborais têm manifestado apreensão pela relação dos seus salários com o custo de vida. Nesse sentido, manifestaram-se principalmente os trabalhadores dos hospitais e centros de assistência, assim como núcleos docentes. Diversos observadores estão de acordo em que estes prenúncios correspondem ao avanço de um sentimento que poderia eventualmente generalizar-se a todo o sector laboral.

Desde Maio de 1974 até agora, o custo de vida em Caracas elevou-se, segundo dados do Banco Central da Venezuela, em cerca de 28,8 por cento. No mesmo período, os salários mantiveram-se congelados, pelo que, de acordo com os mesmos índices, o poder de compra dos salários desceu em 22,4 por cento durante o último triénio.

A esse quadro, acrescentam-se as manobras de especuladores que retêm alguns artigos essenciais para elevar artificialmente os preços. O resultado é que em algumas zonas de densa população popular começaram a escassear produtos como o leite e o café, ambos de consumo massivo.

Torna-se claro para todos os observadores que esta situação será aproveitada pelos candidatos nas suas campanhas eleitorais. A oposição está a reunir uma bateria de argumentos para justificar uma mudança de Governo. Num país de doze milhões e quatrocentos mil habitantes, 50 por cento dos rendimentos totais distribuem-se por 30 por cento da população. Por seu lado, a Direcção-Geral de Estatísticas e Censos informa que 79,5 por cento da população activa (três milhões de habitantes) recebe rendimentos inferiores a 350 dólares, uma quantia que, para o nível de vida venezuelano, é bastante reduzida.

Por tratar-se, segundo reconhecem os mesmos críticos, de um processo estrutural, as suas falências não são património exclusivo do actual Governo da Acção Democrática, mas por certo os opositores tratarão de aproveitar o panorama para os seus objectivos eleitorais.

Resta ver, além disso, qual será a acção que o partido do Governo desenvolverá a fim de manter a sua continuidade num país que recebeu, na sua qualidade de exportador de petróleo, cerca de 35 mil milhões de dólares nos últimos três anos. ●

DIREITOS HUMANOS RECUSADOS AOS ÍNDIOS

■ **Yolanda Gomez**

PRENSA LATINA

Recentes relatórios de entidades norte-americanas confirmam que os índios (nome com que os europeus baptizaram os indígenas americanos) carecem dos mais elementares direitos nos EUA. O Comité dos Amigos da Legislação Nacional, organização que luta pela melhoria de existência da comunidade índia nos EUA, divulgou há pouco tempo os resultados de uma sondagem sobre as condições de vida dessas populações. Entre outras coisas, o inquérito revelou que 54 por cento das 10 mil casas de habitação investigadas carecia de água canalizada e 65 por cento de instalações sanitárias.

Nalgumas zonas do Estado do Arizona os índios são obrigados a percorrer cerca de 400 quilómetros para conseguirem assistência médica. A mortalidade infantil ultrapassa em 20 por cento a média nacional e a gripe e a pneumonia provocam 1,5 vezes mais mortes que entre os restantes cidadãos.

Uma comissão do Congresso, encarregada de rever as relações entre o Governo e a população autóctone, reconheceu que a história dos EUA demonstra os intuitos oficiais de exterminar a população índia.

O documento, divulgado na capital dos EUA, admitiu que esse extermínio premeditado «é o maior crime que até hoje se cometeu contra a minoria mais discriminada» e convida o Governo a devolver à população índia as terras cuja propriedade lhe é reconhecida por diversos documentos devidamente assinados pelas entidades federais.

Recorda também que em 1790 o então secretário de Estado Thomas Jefferson, afirmou que as populações índias tinham direitos de «excepção». Os tratados firmados pela Administração Federal seriam devolvidos aos seus proprietários originais. Contudo, as autoridades federais e as autoridades estaduais nunca permitiram que os índios recuperassem as terras abandonadas pelo Governo. Outra organização, o Conselho Nacional das Igrejas, denunciou há algumas semanas a repressão contra o movimento índio norte-americano e recordou os processos contra os seus dirigentes, entre outros, os que impendem sobre Richard Mohawk e Paul Skyhorse.

Ambos encabeçaram em 1974 a organização do Movimento Índio Norte-Americano na Califórnia e, pouco depois, foram presos sob a acusação de terem matado um motorista de táxi. Outras entidades do país exigiram recentemente que cesse a perseguição contra o dirigente índio Dennis Banks, que se encontra na Califórnia e corre o perigo de ser extraditado para a Dakota do Sul sob acusações relacionadas com a ocupação em 1973 da povoação de Wounded Knee. O Movimento Índio realizou a acção de Wounded Knee para chamar a atenção internacional sobre a situação dessa minoria étnica. A organização faz saber que participará na conferência da ONU que vai efectuar-se em Setembro próximo em Genebra para tratar da discriminação contra os índios. ●

O DECLÍNIO DO IMPÉRIO PLAY-BOY

NOVA IORQUE — A «Playboy Enterprises inc.», única multinacional do sexo, está no declínio. O seu fundador Hugh Hefner, durante muito tempo comparado a Randolf Hearst e apelidado «Citizen Hefner», acaba de receber, numa revista económica, o nome de «coelho velho» (alusão às «bunnies», vestidas de coelho, que fizeram a fortuna dos Playboy Clubs).

Fiel à figura que criou, Hugh Hefner continua a viver como um recluso num palácio de potentado oriental, em Beverly Hills, cercado de belas mulheres e de artistas de cinema. Hefner dirige pessoalmente o seu império comercial, tal como Howard Hughes, mas a sua actividade limita-se cada vez mais, dizem os seus colaboradores à escolha das fotografias que são publicadas no **Playboy**.

As acções do P.E.I., que valiam 23,50 dólares cada uma, quando em 1971 Hefner se lançou na hotelaria, no disco, na produção cinematográfica e no jogo, só valem hoje 2,50 dólares. Em 1973 os lucros eram de 20 milhões de dólares; em 1975 não ultrapassavam os 2 milhões. Em 1976 subiram a 5 milhões, unicamente graças às quatro salas de jogo que a «Playboy Enterprises inc.» possui em Londres, e onde os árabes ricos deixam vagas de petrodólares. A tiragem da **Playboy** desceu 20 por cento (ainda se situa em 5,5 milhões!) e os lucros do conjunto das revistas «sexy» do grupo caíram de 23 milhões, em 1973, para 4 milhões em 1976. Os hotés de Miami e da Jamaica fecharam as suas portas; os que Hefner possui em Nova Jersey e no Wisconsin estão à venda.

O rápido declínio de um «império» financeiro baseado na comercialização de uma certa ideia do sexo, resulta principalmente da rápida evolução dos costumes nos Estados Unidos. Quando Hefner recheou o **Playboy** de fotos sugestivas e vestiu as suas empregadas dos Playboy Clubs de modo a permitir que os clientes lhes vissem parte dos seios, a América ainda era a cidadela do puritanismo. Aquilo que há dez anos parecia audacioso é hoje aborrecido. As publicações e os filmes pornográficos torceram o pescoço ao pudor exagerado, e as revistas «in» como **Hustler** e **Penthouse**, muito mais explícitas que a **Playboy**, roubaram-lhe uma parte importante dos seus leitores.

Para evitar a catástrofe, Hefner joga hoje o seu império. Está a construír em Atlantic City (onde o jogo foi legalizado) um hotel com casino e que lhe vai custar 50 milhões de dólares. Este queria transformar rapidamente os doze Playboy Clubs em salas de jogo, mas esses estabelecimentos são frequentados por homens de negócios americanos e as receitas podem ser pouco compensadoras.

Ora o fisco exige a Hefner 21 milhões de dólares de impostos atrasados, e um escândalo de droga ocorrido na sua roda, estragou-lhe um pouco o brilho. ●

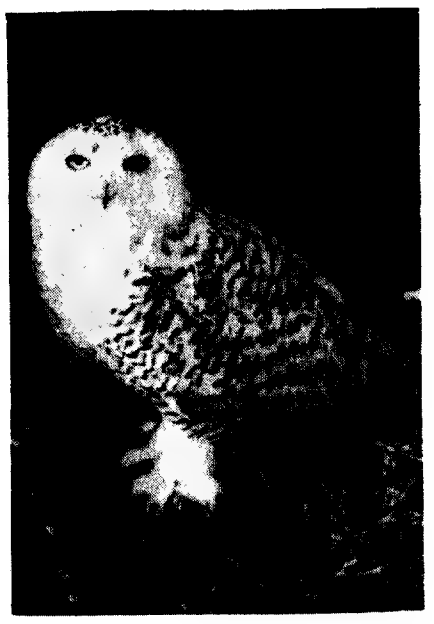
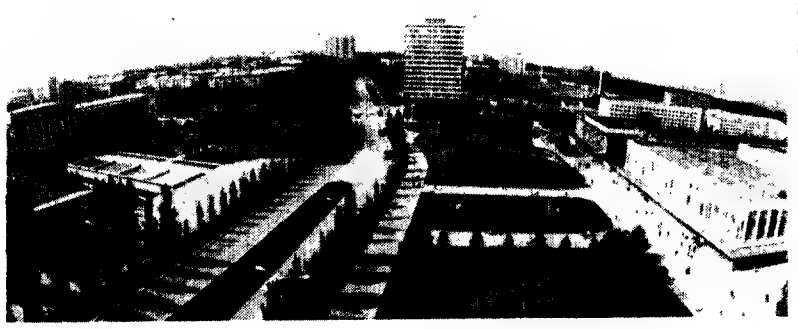


FOTO EXCLUSIVO

Esta foto é um documento praticamente inédito. O animal nela representado é o mocho das neves, que os olhos humanos raramente têm oportunidade de captar, pois o bicharoco desloca-se apenas de noite. Um cientista que trabalha para o Jardim Zoológico de San Diego, na Califórnia (EUA) conseguiu esta foto única. (Foto Keystone)

A foto mostra-nos um mini-estúdio de TV concebido pela técnica da RFA. O mini-estúdio pode ser ligado a uma simples tomada e encontra-se instalado em duas furgonetas, que abrigam duas aparelhagens completas para a captação e transmissão de imagens, dispositivos electrónicos de montagem, duas câmaras a cores e holofotes. Dois operadores de câmara, um engenheiro de som e um técnico de imagem bastam para gravar ou transmitir directamente programas de qualquer duração. Este estúdio pertence à segunda cadeia da TV da RFA, com séde em Mogúncia. (Foto «Impressões da RFA»).

●



«Paisagem monótona, terras negras, nem uma única árvore, nem um arbusto, nem sombra de erva» — era esta a descrição que o escritor russo Vikenti Veressayev dava nos fins do século passado da bacia hulhífera de Donetsk. Abafados pelo calor e pelo pó de carvão, os mineiros viviam então uma existência miserável nos acampamentos de barracas. Agora a cidade está coberta de árvores e verdura: em todas as ruas cresce vegetação. O antigo acampamento de mineiros transformou-se numa das mais belas cidades da URSS: Donetz, importante centro industrial da Ucrânia. Segundo estimativas dos cientistas, a verdura reduz de 4 a 5 vezes os ruídos na cidade. Num dia de calor, a temperatura da cidade é inferior em 4 a 0 graus à da estepe circundante. Os lagos e os jactos de água aumentam em 6 por cento a humidade do ar. (Foto «Novosti»).

●

Este aparelho (X114) alcança uma velocidade de cruzeiro da ordem dos 150 quilómetros e tem estado a ser submetido a ensaios. Está em construção pela VFW-Fokker por encomenda do Ministério da Defesa da RFA. (Foto Keystone).

U.R.S.S.

O PROJECTO DA NOVA

QUATRO LEIS FUNDAMENTAIS EM SESSENTA ANOS

■ Bernard Féron

LE MONDE

A Constituição, cujo projecto acaba de ser publicado em Moscovo e que deve começar a ser aplicada no próximo Outono, por altura do sexagésimo aniversário da revolução, é a quarta desde a fundação do Estado Soviético.

A primeira Lei fundamental fora adoptada a 10 de Julho de 1918 por ocasião do quinto congresso pan russo dos Sovietes.

Essa Lei organizava a «República dos Sovietes dos deputados operários, camponeses e soldados» e vincava o facto de **«todo o poder local e central residir nos sovietes»**. Este texto caracterizava-se pelo seu estilo militante. De resto, o primeiro capítulo intitulado «Declaração dos direitos das massas laboriosas e exploradas»; dava o tom. Os redactores pareciam ser mais propagandistas do que juristas. Logo de início (artigo 3) anunciavam que o objectivo fundamental era **«suprimir toda a exploração do homem pelo homem, abolir para todo o sempre a divisão da sociedade em classes, suprimir sem piedade todos os exploradores, realizar a organização socialista da sociedade, assim como chegar ao triunfo do socialismo em todos os países»**.

Um pouco mais adiante (artigo 4) os redactores voltam à carga. Eles exprimem a sua **«firme vontade de libertar a Humanidade do jogo do capitalismo financeiro e do imperialismo»**. O artigo 5 acrescenta que é preciso **«denunciar da maneira mais completa a política bárbara da civilização capitalista»**.

Essa primeira Constituição, feita, lê-se no texto, **«para um período transitório»** deve estabelecer **«sob a forma de um governo forte, a ditadura dos trabalhadores das cidades e dos campos, dos camponeses pobres»**, e **«realizar a completa supressão da burguesia»**

PARA UMA «REPÚBLICA SOCIALISTA MUNDIAL»

A primeira fase transitória durou quatro anos e foi marcada pela guerra civil. Ao lado da Rússia, foram instaladas na Ucrânia, na Bielorússia, no Azerbaidjão, na Arménia e na Geórgia, repúblicas soviéticas. A 30 de Dezembro de 1922, foi decidido federar essas entidades numa União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O **«tratado de formação da URSS»** é apresentado como uma lei orgânica que, a 31 de Janeiro de 1924, se torna a segunda Constituição do Estado Soviético. Esse Estado é apresentado como **«uma livre federação de povos iguais em direitos»** e aberto **«a todas as Repúblicas soviéticas já existentes e às que poderão nascer no futuro»**.

Diz-se no texto que a segunda Constituição marca **«a digna conclusão das bases existentes desde 1917, da coexistência pacífica e da cooperação dos povos»**. Mas trata-se da cooperação dos povos que já vivem num regime socialista ou a caminho do socialismo. Importa criar **«uma frente única em face do cerco capitalista»** e **«preparar a união dos trabalhadores de todos os países numa República Socialista Mundial»**.

A terceira Constituição, dita Constituição stalinista, tinha uma tonalidade muito diferente. O seu redactor principal foi Boukharine, que já estava afastado da cena — enquanto não era passado pelas armas — quando o texto, em 5 de Dezembro de 1936, foi adoptado. As duas primeiras leis fundamentais traduzem um programa revolucionário. A Constituição de 1936 descreve um regime que já colocara os alicerces do socialismo e que aspirava menos a lançar a sua luz sobre a Terra do que a consolidá-lo num só país. O messianismo do início parecia em vias de se extinguir.

Um exemplo entre outros mostra a evolução do estilo. O artigo 18 da Constituição de 1918 **«proclama a obrigação de todos os cidadãos trabalharem em função do princípio: quem não trabalha não come»**.

O mesmo dever é mencionado, embora de maneira menos abrupta, no artigo 130 do texto de 1936: **«Todos os cidadãos da URSS devem observar a disciplina do trabalho, cumprir com honestidade o seu dever social de respeitar as regras de vida em sociedade socialista»**.

É certo que um pouco mais adiante (artigo 131) são considerados inimigos do povo, **«os que atentam contra a propriedade social socialista»**.

Embora o seu tom seja um pouco mais policiado, a terceira Constituição continua a não ser, quanto ao seu fundo, mais moderada do que as duas primeiras. Por vezes encontra-se-lhe mesmo um certo endurecimento. Assim, em 1918 era concedida a todos os cidadãos **«a liberdade de propaganda religiosa e anti-religiosa»** (art. 15). O texto de 1936 reconhece (art. 124) **«a liberdade de praticar os cultos religiosos e a liberdade de fazer propaganda anti-religiosa»**. A propaganda religiosa, oficialmente reconhecida na origem do regime, tornara-se pois um delito.

Desde o início dos anos 60, a Constituição que ainda está em vigor, era considerada ultrapassada porque a realização do socialismo estava terminada e a sociedade soviética se encaminhava para a derradeira fase da evolução anunciada por Marx: o comunismo. A quarta lei fundamental propõe-se enunciar os princípios e as regras que decorreram durante esse período. Foram necessários aos dirigentes uns quinze anos para consignar essas disposições no texto que é agora submetido à «discussão» do povo e que vai ser aprovado pelo Soviete Supremo. ●

DISPOSIÇÕES PRINCIPAIS

A nova Constituição está dividida em nove partes. Reproduzimos o essencial, comparando algumas novas formulações com o texto de 1936.

CAPÍTULO PRIMEIRO — O SISTEMA POLÍTICO

ARTIGO PRIMEIRO — A União das Repúblicas Socialistas é o Estado socialista de todo o povo, que exprime a vontade e os interesses da classe operária, do campesinato e da intelligentsia de todas as nações e etnias do país.

O texto de 1936 dizia:

Artigo Primeiro — A União das Repúblicas Soviéticas Socialistas é um Estado socialista dos operários e dos camponeses.

ARTIGO SEGUNDO — Na URSS todo o poder pertence ao povo. O povo exerce o poder de Estado por intermédio dos soviets, dos deputados do povo, que constituem a Assembleia Política da URSS. Todos os outros órgãos do Estado estão submetidos ao controlo dos soviets e são responsáveis perante eles.

ARTIGO TERCEIRO — A organização e a actividade do Estado soviético são regidas pelo princípio do centralismo democrático: todos os órgãos do poder do Estado, da base à cúpula são eleitos e devem dar conta da sua actividade perante o povo. As decisões dos órgãos superiores são obrigatórias para os órgãos inferiores. O centralismo democrático alia a direcção única à iniciativa e à actividade criadora locais, à responsabilidade de cada órgão do Estado e de cada funcionário para a tarefa que lhes é atribuída.

O texto de 1936 dizia:

Artigo Segundo — A base política da URSS é constituída pelos soviets de deputados dos trabalhadores, que aumentaram e se fortaleceram em consequência do fim do poder dos grandes proprietários agrícolas e dos capitalistas, e graças à conquista da ditadura do proletariado.

Artigo Terceiro — Todo o poder pertence, na URSS, aos trabalhadores da cidade e do campo, na pessoa dos soviets de deputados dos trabalhadores.

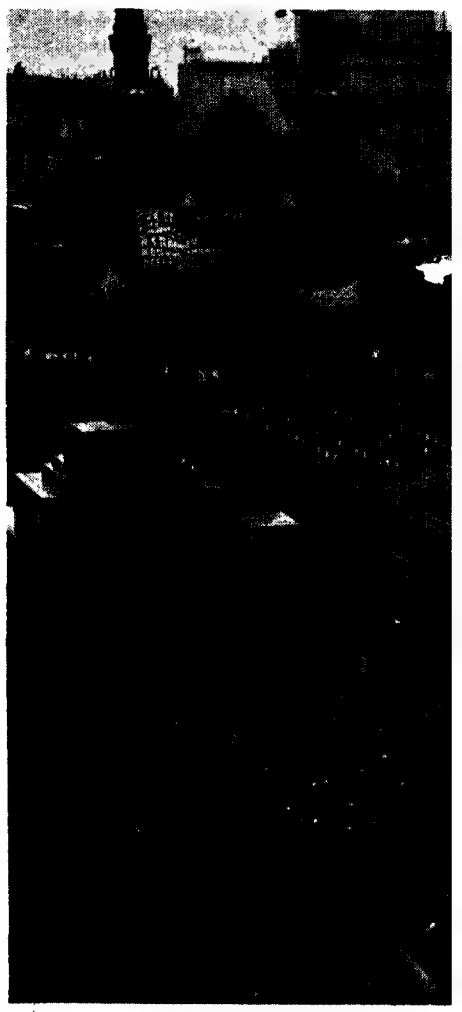
ARTIGO QUINTO — Os problemas mais importantes da vida do Estado são submetidos tanto à discussão pública como ao sufrágio popular (referendo).

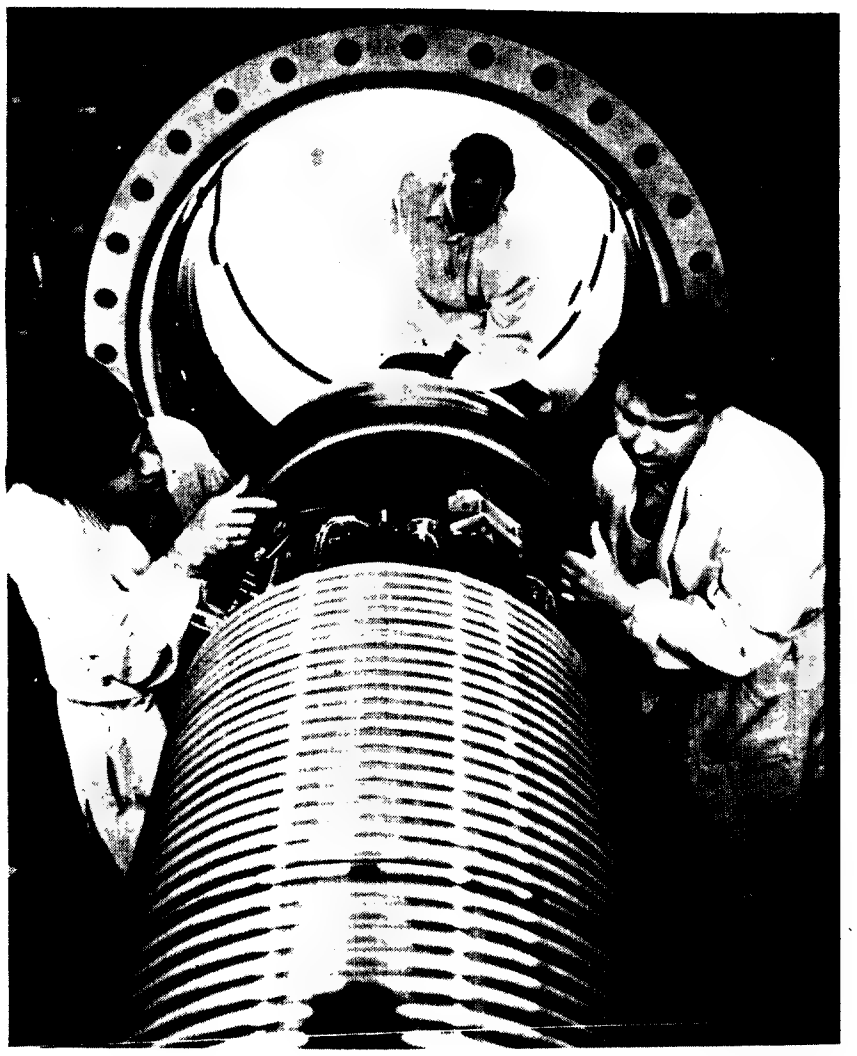
ARTIGO SEXTO — O Partido Comunista da União Soviética é a força que dirige e orienta a sociedade soviética; é o elemento central do seu sistema político e de todas as organizações de Estado e sociais. O Partido Comunista da União Soviética existe para o povo e está ao serviço do povo. Inspirando-se na doutrina marxista-leninista, o Partido Comunista define a perspectiva geral do desenvolvimento da sociedade, as orientações da política interna e estrangeira da URSS, e dirige a grande obra criadora do povo soviético. O partido confere um carácter planificado e cientificamente fundamentado à luta do povo soviético para a vitória do comunismo.

O texto de 1936 dizia:

Artigo Terceiro — De acordo com os interesses dos trabalhadores e a fim de desenvolver a iniciativa das massas populares em matéria de organização, assim como a sua actividade política, é assegurado aos cidadãos da URSS o direito de se associarem em organizações sindicais: sindicatos profissionais, uniões cooperativas, organizações da juventude, organizações de trabalhadores, tanto sociedades culturais, técnicas e científicas, enquanto que os cidadãos mais activos e mais conscientes da classe operária e das outras camadas de trabalhadores se unem no Partido Comunista da URSS, que é a vanguarda dos trabalhadores na sua luta pelo fortalecimento e pelo desenvolvimento do regime socialista, que representa o centro dirigente de todas as organizações de trabalhadores, tanto sociais como do Estado.

ARTIGO OITAVO — A orientação fundamental do desenvolvimento do sistema político da sociedade soviética é o contínuo aprofundamento da democracia socialista: uma participação sempre mais ampla dos trabalhadores na gestão dos negócios da sociedade e do Estado, o aperfeiçoamento do aparelho do Estado, uma crescente actividade das organizações sociais, o reforço dos controlos populares, o fortalecimento da base jurídica da vida do Estado e da sociedade, o alargamento da publicidade dada aos debates e às decisões, a sistemática tomada em consideração da opinião pública.





No Instituto de Física Nuclear pertencente à secção siberiana da Academia de Ciências da URSS: preparando o injector protónico

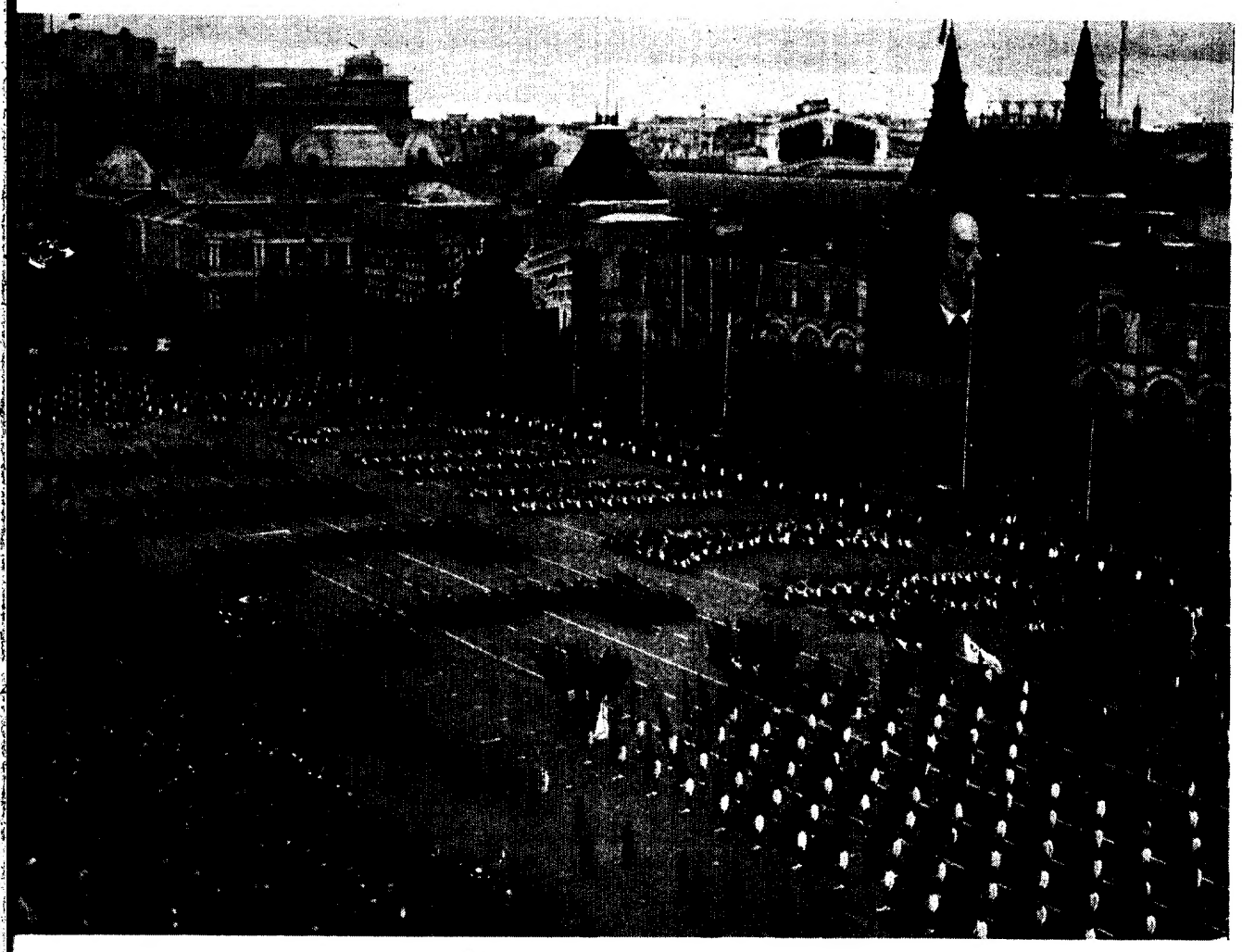
CAPÍTULO SEGUNDO — O SISTEMA ECONÓMICO

ARTIGO NONO — O sistema económico da URSS baseia-se na propriedade socialista dos meios de produção. A propriedade socialista compreende dois pontos: a propriedade de Estado (de todo o povo), a propriedade dos kolkhozes e das outras organizações cooperativas (propriedades kolkhozianas e cooperativas), a propriedade dos sindicatos e das outras organizações sociais. O Estado protege a propriedade socialista e cria as condições para o seu desenvolvimento. Ninguém tem o direito de usar a propriedade socialista para fins pessoais.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO — Diz, entre outras coisas «que o Estado contribui para desenvolver a propriedade kolkhoziana e cooperativa e para a aproximar da propriedade de Estado».

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO — Diz respeito aos quinhões de terra dados pelo Estado e pelos kolkhozes, para

CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA



aí organizar «culturas auxiliares ou construír casas individuais».

Este artigo vinca o facto de «os bens pertencentes ao próprio ou dos quais os cidadãos desfrutam, não podem ser utilizados para deles extraír lucros, que não provenham do trabalho ou prejudiquem a sociedade».

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO — Reafirma o princípio de: «Cada um segundo as suas capacidades, a cada um conforme o seu trabalho», que figurava na Constituição de 1936.

A nova formulação diz que «o Estado, ao aliar estimulantes materiais e morais contribui para fazer do trabalho a primeira necessidade vital de cada soviético».

ARTIGO DÉCIMO QUINTO — (...) A gestão da economia baseia-se nos planos de Estado do desenvolvimento económico, social e cultural, em função dos princípios industriais e territoriais, combinando a direcção centralizada com a autonomia e a iniciativa económica das empresas, agrupamentos e outras organizações.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO — A lei autoriza o trabalho individual nos pequenos ofícios artesanais, a agricultura, os serviços, tal como noutros tipos de actividades unicamente baseadas no trabalho individual dos cidadãos e dos membros das suas famílias.

CAPÍTULO TERCEIRO — O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A CULTURA

Este capítulo insiste no papel do Estado soviético no reforço «da homogeneidade social da sociedade, no fim das disparidades existentes entre a cidade e o campo, entre o trabalho [illegible]lectual e o trabalho manual». Afirma que um dos objectivos do Estado soviético é «aumentar as possibilidades reais que permitem aos cidadãos desenvolverem-se e manifestar a sua imaginação criadora, as suas capacidades e os seus dons, e desenvolver harmoniosamente a sua personalidade». Entre os objectivos do Estado menciona «uma política seguida de elevação do nível dos salários e dos ganhos reais dos trabalhadores, de acordo com o crescimento da produtividade do trabalho».

Afirma que «o sistema único de ensino está ao serviço da educação comunista, do desenvolvimento físico e intelectual da juventude, da sua preparação para uma actividade profissional e social». Acrescenta que «o Estado, em conformidade com as necessidades da sociedade, assegura o desenvolvimento planificado da ciência e a formação dos quadros científicos e organiza a aplicação dos resultados da investigação científica».

CAPÍTULO QUARTO — POLÍTICA EXTERNA

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO — (...) A política externa da URSS tem por objectivo assegurar condições internacionais favoráveis para a edificação do comunismo na URSS, reforçar as posições do socialismo mundial, apoiar os povos que lutam pela sua independência nacional e pelo progresso social dos seus países, conjurar as guerras de agressão e pôr em prática, com sequência nas ideias, o princípio da coexistência pacífica entre Estados de regimes sociais diferentes. Na URSS toda a propaganda a favor da guerra é interdita pela lei.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO — As relações da URSS com os outros Estados baseiam-se no respeito pelos princípios da recusa mútua ao recurso à força ou à ameaça, pela igualdade soberana, pela inviolabilidade das fronteira, pela integridade territorial dos Estados, pela solução pacífica dos litígios, pela não-ingerência nos assuntos internos, pelo respeito pelos Direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, pela igualdade dos direitos dos povos e pelo seu direito de disporem de si próprios, pela cooperação entre Estados, pelo cumprimento consciencioso dos compromissos que resultam dos princípios e normas reconhecidos, pelo direito internacional e pelos tratados internacionais concluídos pela URSS.

ARTIGO TRIGÉSIMO — A URSS (...) desenvolve e reforça a amizade, a cooperação e a entreajuda amiga com os países socialistas na base do internacionalismo socialista. Ela participa activamente na integração económica e na divisão internacional socialista do trabalho.

CAPÍTULO QUINTO — DEFESA DA PÁTRIA SOCIALISTA

Este capítulo, que compreende dois artigos (31 e 32) afirma entre outras coisas que o serviço militar é obrigatório e que o seu objectivo é «defender as conquistas sociais, o trabalho pacífico do povo soviético, a soberania e a integridade territorial do Estado». As Forças Armadas que «devem estar sempre prontas para o combate de modo a ripostar prontamente a qualquer agressor», serão equipadas pelo Estado «com todo o material necessário» às suas tarefas.

CAPÍTULO SEXTO — CIDADANIA SOVIÉTICA

Este capítulo (do Artigo 33 ao Artigo 38) afirma que «a cidadania soviética é única em toda a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas» e que «todos os cidadãos de uma República federada são cidadãos da URSS». Prevê igualmente a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, «independentemente da sua origem, da sua situação social e material, da sua nacionalidade ou raça, do seu sexo, do seu nível de instrução, da sua língua, da sua atitude perante a religião, das suas ocupações, do seu domicílio, etc».

Este capítulo também prevê que «a URSS dará direito de asilo aos estrangeiros perseguidos por terem defendido os interesses dos trabalhadores pela causa da paz, por terem participado no movimento revolucionário e de libertação nacional e por terem tido uma actividade social, política, científica, etc». Os cidadãos estrangeiros e apátridas que se encontram no território da URSS beneficiam dos direitos e das liberdades previstos pela lei, e devem respeitar a Constituição e observar as leis soviéticas.

CAPÍTULO SÉTIMO — OS DIREITOS FUNDAMENTAIS, AS LIBERDADES E AS OBRIGAÇÕES DOS CIDADÃOS SOVIÉTICOS

Depois de ter determinado que o «exercício dos direitos e das liberdades pelos cidadãos, não pode prejudicar os interesses da sociedade e do Estado, nem os direitos dos outros cidadãos», este capítulo menciona os direitos de que gozam os cidadãos soviéticos: direito ao trabalho (em especial direito a escolher a profissão), direito ao repouso, direito à protecção à saúde, direito á pensão por velhice, às indemnizações por doença, assim como às indemnizações por perda completa ou parcial da capacidade de trabalho, direito a alojamento, direito à instrução, direito à cultura, direito a participar na gestão dos negócios do Estado e das organizações sociais, direito à liberdade de criação científica, técnica e artística, liberdade de expressão, de Imprensa, de reunião, de desfile, de manifestação de rua (na condição de isso estar de acordo com os interesses dos trabalhadores e a fim de consolidar o regime socialista), direito de agrupamento em organização social, liberdade de consciência (isto é, direito de professar qualquer religião, de celebrar cultos religiosos, de não ter religião nenhuma, de fazer propaganda a favor do ateismo: a Igreja é separada do Estado e a escola da Igreja).

Neste capítulo diz-se (Artigo 49) que «todos os cidadãos têm o direito de fazer sugestões aos organismos do Estado e às organizações sociais, no que diz respeito à melhoria das suas actividades, criticando as suas insuficiências (...) São proibidas perseguições ou demandas por motivos de crítica».

Este capítulo prevê finalmente que ninguém pode ser preso sem decisão do Tribunal ou do procurador, que o domicílio é inviolável, que a correspondência, as conversas telefónicas e as comunicações telegráficas são secretas.

Este capítulo da Constituição traça em seguida a lista dos deveres dos cidadãos. Entre eles contam-se: «Respeito pela Constituição, pelas leis soviéticas, pelas regras da vida em sociedade socialista (...) trabalho no domínio de actividades socialmente úteis escolhidas e respeito pela disciplina do trabalho, luta contra o roubo e a delapidação dos bens do Estado e das colectividades, contribuição para o reforço do poder e do prestígio do Estado, defesa da pátria socialista (a traição à pátria é o crime mais grave contra o povo), intransigência para com acções anti-sociais (todos os cidadãos devem dar o seu concurso possível na manutenção da ordem pública), educação dos filhos para fazer deles membros dignos da sociedade socialista, contribuição para o desenvolvimento da amizade e da cooperação com os povos dos outros países».

CAPÍTULO OITAVO — URSS: ESTADO FEDERATIVO

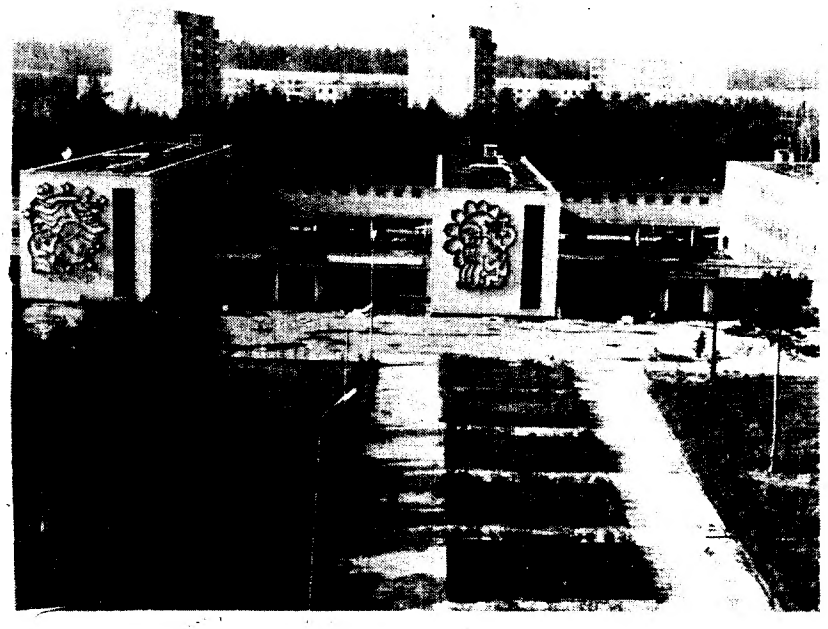
Este capítulo afirma que a URSS «é um Estado multinacional federativo unido, constituído devido à livre autodeterminação das nações e da união livremente consentida das Repúblicas Socialistas Soviéticas iguais em direitos. A URSS simboliza a unidade do povo sovético como Estado, e une todas as nações e etnias a fim de edificar em comum o comunismo» (Artigo 69).

As quinze Repúblicas federadas, são mantidas, assim como o seu direito à secessão (Artigo 71).

No Artigo 72 faz-se a lista das competências da URSS.

Os Capítulos 9, 10 e 11 são consagrados às Repúblicas federadas, às Repúblicas autónomas; às regiões e distritos autónomos.

Edifício de uma das secções do Instituto Central de Educação Física, em Moscovo, laureado com a «Ordem de Lenine»



Uma escola em Novopolotz, na Biclorrússia

A NOVA CONSTITUIÇÃO SOVIÉTICA

5

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO — OS SOVIETES DOS DEPUTADOS DO POVO

ARTIGO OCTAGÉSIMO OITAVO — Os soviets dos deputados do povo — Soviet Supremo da URSS, soviet supremo das repúblicas federadas, soviet supremo das repúblicas autônomas, soviet supremo dos deputados do povo dos territórios e das regiões, soviet supremo dos deputados do povo das regiões autônomas e dos distritos autônomos, soviet das cidades, dos distritos, das circunscrições urbanas, soviet das localidades e das vilas e aldeias — constituem um sistema único de organismo do poder de Estado.

ARTIGO OCTAGÉSIMO NONO — A duração dos poderes do Soviet Supremo da URSS, dos soviets supremos das repúblicas federadas e dos soviets supremos das repúblicas autônomas, é de cinco anos. A duração dos poderes dos soviets dos deputados do povo, dos territórios e das regiões, dos soviets dos deputados do povo das regiões autônomas, dos distritos autónomos, das cidades, das regiões, das circunscrições urbanas, das localidades e das vilas e aldeias, é de dois anos e meio (...)

ARTIGO NONAGÉSIMO PRIMEIRO — Os soviets dos deputados do povo constituem organismos de controlo popular que combinam o controlo do Estado e o controlo exercido pelos trabalhadores nas empresas, nos kolkozes, nas administrações e nas organizações. Os organismos de controlo popular cuidam da execução das tarefas e dos planos do Estado, contra as manifestações de bairrismo, os hábitos burocráticos, as negligências, os gastos desnecessários e as lentidões administrativas. Eles contribuem para um melhor funcionamento do aparelho de Estado.

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO — O SISTEMA ELEITORAL

A única inovação figura no Artigo 95, que fixa nos 18 anos (anteriormente 23), o direito de elegibilidade para o Soviete Supremo.

O Artigo 99 reserva o direito de apresentar candidatos a deputados às organizações do Partido Comunista, dos sindicatos, dos komsomols, etc.

O Capítulo 14 é consagrado ao deputado do povo.

CAPÍTULO DÉCIMO QUINTO — O SOVIET SUPREMO DA URSS

ARTIGO CENTÉSIMO SEXTO — O Soviete Supremo da URSS é o órgão superior do poder do Estado, da URSS. O Soviet Supremo está habilitado a resolver todos os problemas que, nos termos da presente Constituição são da competência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

ARTIGO CENTÉSIMO SÉTIMO — O Soviet Supremo da URSS é composto de duas câmaras: o soviet da União e o soviet das nacionalidades. São iguais em direito.

ARTIGO CENTÉSIMO OITAVO — O soviet da União e o soviet das nacionalidades têm um número igual de deputados. O soviet da União é eleito por circunscrição eleitoral. Para o soviet das nacionalidades são eleitos trinta e dois deputados por República federada, onze por República autônoma, cinco por região autônoma e um por distrito autônomo.

ARTIGO CENTÉSIMO DÉCIMO SÉTIMO — O Soviet Supremo da URSS elege em sessão comum das câmaras o presidente do Soviet Supremo da URSS, órgão permanente do Soviet Supremo que lhe dá contas de toa a sua actividade.

ARTIGO CENTÉSIMO DÉCIMO OITAVO — O Presidium dos Soviet Supremo da URSS é eleito entre os deputados e é composto pelo presidente do Presidium do Soviet Supremo, pelo primeiro vice-presidente, por quinze vice-presidentes (um por República federada), pelo secretário do Presidium e por vinte e um membros do Presidium.

Os Capítulos 16, 17, 18 e 19 são consagrados ao Conselho de Ministros, aos órgãos superiores do poder de Estado e da administração da República federada, aos órgãos superiores do poder de Estado e de administração da República autónoma, aos órgãos locais do poder de Estado e de administração.

CAPÍTULO VIGÉSIMO — TRIBUNAIS E ARBITRAGEM

ARTIGO CENTÉSIMO SEXAGÉSIMO SEGUNDO — O ajuste dos diferendos económicos que possam surgir entre as organizações, administrações e empresas é efectuado pelos órgãos de arbitragem do Estado. As modalidades de organização e funcionamento desses órgãos são definidos pela lei. A direcção e o controlo das actividades de todos os órgãos de arbitragem são realizados com a arbitragem do Estado da URSS. O árbitro principal da arbitragem de Estado da URSS é nomeado por 6 anos pelo Soviet Supremo da URSS.

CAPÍTULO VIGÉSIMO PRIMEIRO — O TRIBUNAL

ARTIGO CENTÉSIMO DÉCIMO SEXTO — A duração do mandato do procurador geral da URSS e de todos os procuradores seus subordinados é de cinco anos (anteriormente era de 7 anos). ●

ETIÓPIA

ABASTECIMENTO DAS CIDADES COMPROMETIDO

■ **Jean-Claude Ponronti**

LE MONDE

ADDIS-ABEBA — 1977 começou na Etiópia de um modo mediocremente auspicioso. Parece excluída a hipótese de novas fomes, mesmo localizadas, mas as colheitas, medíocres, tornam incerto o abastecimento das cidades, principalmente o da capital. A última má colheita foi a de 1973. Prevê-se que as de 1977 sejam inferiores em 10 a 20 por cento às de 1976.

No alto Begemder setentrional, centro tradicional do abastecimento de uma Eritreia dilacerada **e deserdada, os combates e a** insegurança levaram os camponeses a fazer tarde as sementeiras. Eles recorreram, portanto, a **variedades, de cereais de ciclo** curto, o que cansará uma sensível baixa da produção.

No Rift — Valley meridional, que abastece a população de Addis-Abeba, os camponeses começaram a reduzir as superfícies consagradas aos cereais, a fim de cultivar feijão ou pimentos destinados à comercialização. A **desorganização dos circuitos de distribuição obrigara-os, o ano passado, a vender as suas colheitas por metade dos preços fixados pelo Governo. O** abastecimento de grãos a Addis-Abeba vai sofrer com isso.

As colheitas do Wollo-Tigre, no nordeste do país, dependerão das chuvas. Se elas faltarem será preciso importar várias dezenas **de milhares de toneladas de grãos** para alimentar a população de **uma região que ainda não se recompôs totalmente da grande seca** de há quatro anos.

No deserto do Ogaden, a espectativa é idêntica. Uma parte do gado foi clandestinamente dirigido para Hargheisa (Somália) e para o norte do Kenya, onde a carne é mais bem paga. A chuva é este ano muito necessária para evitar uma catástrofe. Pelo contrário, na região de Kambata (província de Sidamo), a situação alimentar é mais precária. Nesse **enclave superpovoado e de difícil** acesso (as estradas só estão transitáveis três meses por ano), uma epidemia destruiu muitos pomares.

Em Addis-Abeba, consumiram-se em 1976 mais vinte mil toneladas de farinha que dois anos antes. O crescimento demográfico e o número de refugiados não explicam tudo. No espaço de um ano o preço do «tef» duplicou e o Governo vê-se obrigado a impor misturas de farinha, a fim de preservar os «stocks».

As associações de camponeses e as administrações locais querem precaver-se contra o perigo — a responsabilidade — de uma nova fome. **O medo do Wollo...»**, explica um perito estrangeiro referindo-se à grande fome que há quatro anos provocou **dezenas de milhares de mortos nessa** província.

A produção das grandes herdades nacionalizadas baixou. Na metade meridional do país, as reformas de 1975 favoreceram a emergência de poderes locais. Os antigos rendeiros puderam consumir a totalidade das suas colheitas, em vez de entregar parte delas aos seus senhores. Mas nem sempre tiveram a prudência de guardar as sementes e de encomendar os adubos necessários, que antes lhes eram distribuídos pelos proprietários.

As previsões de importações de cereais para 1977 elevam-se a 100 000 toneladas. O Estado já organizou reservas de 60 000 toneladas, em parte fictícias, visto que o cálculo conta com promessas de dádivas estrangeiras.

O abastecimento de Addis-Abeba torna-se cada vez mais delicado. **Os camiões dos vendedo**res por grosso do **mercato** (grande mercado da capital) já não descem ao Rift-Valley. Grande número desses vendedores, yemenitas e indianos, fugiram à revolução. O Governo tenta, desde Novembro passado, substituí-los, regulamentando as tarifas e os trajectos dos transportadores.

Desde o encerramento (por motivos de segurança) da estrada que liga Asmara ao porto de Massawa, na Eritreia, que o comércio externo se faz entre os portos de Assab e de Djibuti. Mas a estrada que une Assab a Addis-Abeba (através de zonas dominadas pelos nómadas Afars) é cada vez menos segura. Em seis **meses, o número de camiões de** carga que a percorrem, sob protecção militar, desceu para metade. Os camionistas exigem agora protecção até Auache, o que significa quatro quintos do trajecto.

O problema energético parece igualmente grave. Metade do petróleo importado é comprado ao Irão e, o resto aos productores árabes. Mas a crescente tensão entre a Etiópia e o mundo árabe ameaça essas importações. Por outro lado, o petróleo representa **25 por cento do total das divisas** gastas pelo Estado. Há quatro anos que o total era de 10 por cento. A pequena refinaria de Assab, construída pelos soviéticos, é insuficiente. De resto já foi prejudicada por um atentado.

As finanças do Estado também não são brilhantes. Os impostos **não entram, as despezas aumen**tam 10 por cento e o impasse orçamental previsto para 1976-1977 eleva-se a 350 milhões de dólares etíopes (aproximadamente 700 milhões de dólares).

As receitas das exportações de café, a um preço excelente graças à subida que ele teve em todo o mundo, são em grande parte absorvidas pela compra de armamento. Mantida durante dois anos a 18 por cento, a inflação **aumentou consideravelmente** durante o primeiro semestre de 1976 (28 por cento em seis meses). ●

SUÍÇA

ASSASSÍNIOS E CRISE NA BANCA

■ **Ester Andrade**

INTERPRESS

MAIO — A notícia de que o recente sucídio de um banqueiro suíço seria na verdade um assassínio, abalou profundamente a capital da segurança bancária do Mundo, ainda não refeita do escândalo do «Crédit Suisse», um dos três maiores bancos da Suíça. A suspeita, tornada pública recentemente pelo autorizado diário «Tribune de Geneve», ameaça clarificar as negociatas do capital francês desviado para a Suíça.

Na primeira semana de Maio, faliu o pequeno Banco Leclerc. O seu presidente e sócio principal, Robert Leclerc, estava resguardado desde há meses numa clínica, atacado por um «esgotamento nervoso».

A 8 de Maio, o sócio Bertrand, de 43 anos e pai de três filhos, disparou um tiro contra si próprio em Sion, em sua casa, situada no seu cais exclusivo de Mont Blanc, em frente ao lago Lehman. Dois anos depois um segundo sócio do banco, Charles Bouchard, de 69 anos, apareceu a flutuar no lago de Genebra. Tinha estacionado o seu automóvel numa pequena ponte a dez quilómetros da cidade e, ao escalar um muro, teria caida à água quando os relógios batiam as badaladas da meia-noite. Por esses dias, o Banco Nacional Suíço (o Banco Central) decretava oficialmente o encerramento do Banco Leclerc. O desastre financeiro era de mais de vinte milhões de dólares, embora se fale numa soma quatro vezes maior.

Nos meios bancários sussurra-se entre dentes as informações do «Tribune de Geneve». «O assunto cheira mal, com o mau cheiro que vem de França», dizem. E chegam à rua as versões de que o sócio Bouchard não se teria suicidado. Alguém o teria atirado ao rio depois de lhe subtrair importante documentação.

O Banco Leclerc mandou construir um complexo turístico com capitais fugidos de França e com a esperança de atrair uma grande clientela italiana. Um negócio chorudo. Mas, ao contrário do que se esperava, a clientela não veio e os capitais a que há que pagar juros dormem um sonho dourado numa paisagem maravilhosa, mas pouco frutífera economicamente. Eis o que teria provocado o colapso financeiro do Leclerc.

No entanto, o presidente do Banco do mesmo nome tinha boas relações em França, embora também pouco afortunadas. A mais importante liga-o ao príncipe Jean de Broglie, assassinado nas vésperas do Natal do ano passado, em Paris. O príncipe presidia a uma sociedade luxemburguesa de que Robert Leclerc era director.

O Luxemburgo, tal como o Principado de Liechtenstein, funciona como centro financeiro complementar da Suíça, o que significa que por ali passam os capitais que fogem da França e da Itália. Depois do escândalo do Crédit Suisse, ocorrido há algumas semanas, os italianos que julgavam pôr a bom recato na Suíça os seus capitais viram-se defraudados. O problema, agora, é para os franceses.

Antes de cada eleição francesa são transferidas para a Suíça somas enormes. A possibilidade que se avizinha de um triunfo da aliança de esquerda de Miterrand animou o ritmo de transferência de capitais franceses para a Suíça nestes últimos meses. Os boatos que agora circulam em Genebra e Zurique sugerem que tanto Leclerc como o príncipe de Broglie movimentavam os capitais de gente muito importante em França. ●

FIGURA EM DESTAQUE

MENAHEN BEGUIN

Menahen Begin jamais dissimulou a sua convicção de que «Eretz Israel» — a pátria do povo de Israel — se estende desde o Mediterrâneo até à Jordânia. «A palavra Palestina nada mais é do que a tradução estrangeira da pátria histórica do povo judeu em terras de Israel», disse ele em Abril de 1971, logo depois de uma passagem por Paris.

Consequente com ele mesmo, permaneceu sempre em oposição à restituição da Cisjordânia ao reino hachemita e esteve entre os primeiros a preconizar a criação «irreversível» de numerosas colónias judaicas na margem oeste do rio Jordão. Além disso, nunca aceitou a resolução do Conselho de Segurança de 22 de Novembro de 1967, opondo-se à palavra «retirada», utilizada em todas as evocações de uma estabilização política no Médio Oriente.

A 1 de Junho de 1967, na sequência da Guerra dos Seis Dias, Begin terminou uma longa «travessia do deserto», entrando para o governo de coligação presidido por Eskhol. Aí não ficou mais de três anos, deixando-o ruidosamente em 1970 logo que, na sucessão de Esreol, Golda Meir subscreveu o plano de Rogers que previa uma solução negociada para a crise israelo-árabe. «Aceitando as propostas de paz americanas», disse ele então, «o governo igualmente aceitou a resolução do Conselho de Segurança de 22 de Novembro de 1967, o que significa ter aceite uma nova repartição da pátria».

Bem dotado orador, tribuno com laivos líricos, ele colocou o povo israelita em guarda contra os perigos de um «novo Munique no Médio Oriente» e deplorou que «os amigos de Israel empurram o país a capitular diante dos seus inimigos».

Nascido a 16 de Agosto de 1913, em Brest-Litovsk, Menahen Begin adere, desde muito cedo ao movimento de juventude dos sionistas-reformistas BETAR. Militante entusiasta. chefiou o movimento após o final da Segunda Guerra Mundial. Nesta época, era discípulo incondicional de Jaborinsky, chefe da ala revisionista deste movimento, famoso pelo seu sionismo extremista. Depois dos estudos de Direito, na Universidade de Varsóvia, Begin foi preso diversas vezes pelas autoridades da Polónia por causa das suas actividades antibritânicas.

A Segunda Guerra Mundial surpreendeu-o em Vilna, capital da Lituânia. Preso pelas autoridades soviéticas, foi mandado para a Sibéria. Libertado em 1941 foi autorizado a inscrever-se nos quadros do Exército dirigidos pelo general polaco Anders e foi sob as ordens dos ingleses que desembarcou, em 1942, na Palestina.

Alguns meses mais tarde, virou-se contra os britânicos para expulsá-los da Palestina. Funda, em 1943, o movimento terrorista Irgoun Zvai Leoumi (Organização do Exército Nacional), que recusa toda a colaboração com as autoridades no poder. Em 1944, «declara guerra à Grã-Bretanha» e a partir desta época a organização dirigida por Begin destaca-se por uma luta implacável contra as autoridades inglesas, contra os grupos armados árabes e, ao mesmo tempo, contra o Haganah — exército clandestino judeu, que se opunha aos métodos terroristas do Irtgoun.

Os relatos de Begin, com a cabeça a prémio, são afixados então em todos os postos militares e comissariados de Polícia da Palestina. Ele, entretanto, consegue escapar a todas as buscas e organiza uma série de golpes de mão espectaculares, dos quais o mais célebre foi a dinamitagem do quartel-general britânico, instalado no hotel Rei David, em Jerusalém. A 9 de Abril de 1948, os membros do grupo Irgoun massacraram os habitantes da vila árabe de Deir-Yassine, a algumas semanas da proclamação do Estado de Israel, provocando uma viva repulsa através do mundo. «Horrorizado» por este acto, David Ben Gurion decidiu «tomar medidas» contra o Irgoun e as relações entre ele e Begin deterioraram-se rapidamente.

O fundador do Estado de Israel parte para a prova de força logo depois do «affaire» do Altalena — um barco carregado de armas encomendadas pelo Irgoun que havia chegado às águas israelitas durante a guerra de independência. A ONU havia prescrito um embargo sobre o envio de armas durante as negociações, para tentar restabelecer a paz entre árabes e judeus e Ben Gurion ordenou que esta prescrição fosse acatada. Diante da recusa de Begin em aceitar o embargo, Ben Gurion mandou abrir fogo contra o navio, que afundou com a sua carga a poucas centenas de metros da praia de Telavive. Depois disso, os dois homens tornaram-se irreconciliáveis inimigos.

Depois da fundação do Estado de Israel, Menahen Begin dissolveu o Irgoun e criou um movimento político de direita, o Herout, que com excepção de um breve período, entre 1967 e 1970, permaneceu constantemente na oposição.

Apesar das suas posições francamente «anexionistas», Begin influiu sobre a política de diversos governos trabalhistas que se foram sucedendo à frente do Estado, tornando mais difíceis as tímidas negociações destes em busca de uma solução negociada para o Médio Oriente. ●

OS SINDICATOS DA R.F.A. E O "APARTHEID"

Perante a atitude estranha de certas forças portuguesas que se reclamam da classe operária face ao «Apartheid», vale a pena referir as posições recentemente assumidas pelos sindicalistas da República Federal Alemã.

O vice-presidente do DGB (Confederação dos Sindicatos Alemães), Gerd Muhr, apelou para uma intensa luta contra a política de «Apartheid» na África do Sul. Na Segunda Conferência Internacional dos Sindicatos contra o «Apartheid», que teve lugar no passado fim-de-semana em Genebra, afirmou que o contributo mais eficaz dos sindicatos contra a política de separação de raças consiste em acelerar o processo da organização e consolidação dos sindicatos negros. A evolução pacífica nesta terra dependeria essencialmente de se atingir tão depressa quanto possível tanto a igualdade jurídica como a equiparação de direitos entre as diversas raças.

Neste contexto, o senhor Muhr fez referências às variadas actividades da Confederação dos Sindicatos Alemães (DGB) que pretendem essencialmente atingir uma informação orientada e de amplos efeitos da opinião pública sobre o sistema do «Apartheid». Para além disso, a Confederação dos Sindicatos Alemães conseguiu em negociações com o Governo Federal que o embargo de armas contra a pressão de determinados círculos interessados se mantivesse integralmente no futuro. Ao mesmo tempo aumentou consideravelmente o auxílio económico dos países africanos vizinhos. Uma vez que não é juridicamente possível proibir investimentos estrangeiros na África do Sul, a Confederação dos Sindicatos Alemães aproveitaria todas as oportunidades para exercer influência sobre as representações dos trabalhadores nos órgãos directivos das sedes alemãs no que diz respeito a decisões e procedimento das filiais na África do Sul. A Confederação dos Sindicatos Alemães (DGB) solicitou simultaneamente às fracções parlamentares que nomeassem uma comissão parlamentar para inspeccionar o papel que desempenham as firmas alemãs na África do Sul. ●

SEMANA INTERNACIONAL

O 49.º MEMBRO DA OUA

A Organização de Unidade Africana, reunida em Libreville numa sessão ministerial, que tenta dirimir conflitos ameaçadores para a unidade no seio dos Estados membros, admitiu no dia 27 o seu 49.º parceiro: o Djibuti. Derradeira colónia directa francesa no continente africano, o antigo território dos Afars e Issas (uns escassos 23 mil quilómetros quadrados de terreno paupérrimo e 200 mil habitantes) enceta o seu caminho independente, ameaçado de vários lados. Primeiro, com a presença militar francesa, que se mantém sob promessa de rápida retirada. Depois, sob a ameaça de sucção na órbita reaccionária da Arábia Saudita. A situação geográfica do território (porta aberta para o golfo de Aden, mar Vermelho e oceano Índico), torna-o objecto de cobiça para os interesses estratégicos que se digladiam naquela zona do Mundo. Sessenta e cinco por cento do tráfico de mercadorias para a Etiópia passa pelo caminho-de-ferro de Djibuti: isto basta para ver como o pequeno território poderá servir de base de manobra contra a Etiópia. Por outro lado, a estratégia saudita, egípcia e sudanesa (isto é, norte-americana) de se apossar do mar Vermelho dá uma ideia das dificuldades que o presidente Hassan Guled irá enfrentar, se estiver decidido a obter para a sua terra mais do que uma simples independência formal.

DIPLOMACIA ESPANHOLA

Informações não confirmadas oficialmente em Madrid e veiculadas pela revista norte-americana «Newsweek» indicam que o novo Governo de Adolfo Suárez se mostra muito pouco apressado, ou mesmo declaradamente relutante, em fazer parte plena da família «euroatlântica» que tanto poder de atracção exerce sobre o outro Governo Soares da Península. Em matéria de Mercado Comum Europeu (CEE), Suárez terá vivos receios de que as indústrias espanholas não resistam à concorrência dos «nove» parceiros; em matéria de NATO, o primeiro-ministro prefere manter-se fora dos conflitos Oeste-Leste, contentando-se com a ligação especial que mantém com Washington. Por outro lado, em entrevista concedida a «L'Express», de Paris, Suárez declarou que não reconheceria Israel, não por uma questão de princípios, mas para não quebrar as relações privilegiadas que o seu país tem com o mundo árabe. Enquanto isto, a coligação de Suárez transforma-se em partido depois de sanadas as divergências internas, que chegaram a pôr sérias dificuldades à constituição do novo Governo de Madrid. A polémica entre Moscovo e a chamada linha «eurocomunista» do secretário-geral do PCE alastrou-se naturalmente a outras fronteiras. Os dirigentes do PCE manifestaram o seu apoio á posição de Carrillo, defendido também em Itália e na Jugoslávia.

FOME E DESEMPREGO

Em Manila, o ditador das Filipinas, presidente Marcos, foi anfitrião de uma reuniãv do Conselho Mundial de Alimentação, o qual, na sequência das duas reuniões de Roma (em 75 e 76), congregou agora observadores de 40 Governos e 30 organizações internacionais. Um programa de vinte e dois pontos para combater a fome no Mundo foi o resultado da reunião, onde não se registaram progressos substanciais nas tentativas de cooperação entre os países capitalistas industrializados e os países pobres do Terceiro Mundo. As relações com estes países foram também objecto da reunião da OCDE, que se preocupou, acima de tudo, com os meios de solucionar o problema do desemprego em ligação com o do crescimento económico nos países membros, que, embora abarquem as grandes potências capitalistas, se defrontam com uma crise persistente.

BREJNEV EM PARIS

O desanuviamento e o desarmamento foram os temoas principais que se abordaram na «cimeira» franco-britânica, efectuada por ocasião da visita do chefe do Estado soviético, Brejnev, a Paris. Discursando no banquete oferecido no Palácio do Eliseu em sua honra, Brejnev chamou a atenção para os perigos que ameaçam a paz na Europa devido à intensificação da corrida aos armamentos. No comunicado final conjunto, ambos os dirigentes se mostraram empenhados em conseguir o desarmamento mundial.

A.N.

PELO MUNDO

INSÓLITO

Paul Getty, aquele multimilionário norte-americano que se tornou célebre no mundo por ter mandado construir na Califórnia um museu com o seu nome copiado do palácio de Adriano, em Herculanum, e também, mais recentemente, por ter recusado comprar a liberdade de um seu neto raptado, era, sabe-se agora, um homem muito supersticioso e crente na reincarnação.

Na sua obra «Getty, o gnomo majestoso», Robina Lund, amiga e conselheira jurídica do «homem mais rico do mundo», escreve que ele pensava ser a reincarnação do imperador Adriano. Nem mais nem menos.

●

Um locutor da rádio chilena bateu o recorde mundial de duração ininterrupta de conversa fiada, ao assegurar — sozinho — um tempo de emissão de 78 horas. Juan Carlos Gil, de «Rádio Mineria», estação da capital chilena, e também compositor de canções populares, não parecia nada afectado pela proeza. Antes deste recorde já havia o de um locutor colombiano, que se mantivera na conversa durante sessenta horas. Enfim, cada um realiza-se como pode. A falar para não dizer nada, por exemplo.

●

Foi pela primeira vez realizada em Roma uma intervenção cirúrgica de inserção de partículas radioactivas no corpo de um doente atingido de tumor canceroso.

Efectuada no Hospital de San Filippo Neri num homem de 60 anos sofrendo de cancro pulmonar, a operação retomava uma técnica elaborada e ensaiada com êxito nos Estados Unidos para os casos em que a cirurgia não podia operar um tumor sem risco de atingir um órgão vital, em especial na região dos pulmões, do pâncreas e da próstata.

Por meio de uma «pistola» de fabrico americano, os cirurgiões italianos inseriram no tumor peitoral minúsculos grãos de iodo 125 radioactivo, produzidos artificialmente. A quantidade de isótopos injectados foi calculada de maneira a que destruam em alguns meses a massa do tumor, para desaparecer após ter esgotado a sua energia radioactiva.

Enquanto durarem as radiações, o doente pode viver normalmente, pois só a zona do tumor se encontra afectada. No final da intervenção, que durou uma hora, um porta-voz da equipa cirúrgica declarou que «se abriram novas perspectivas no «tratamento integral» dos cancros do pulmão».

CUIDADO COM O ARROZ

O rigor do clima que se abateu sobre a província chinesa de Szechwan levou os camponeses a arranjar estas coberturas engenhosas para a defesa dos arrozais. Na foto, um grupo de camponeses examina o crescimento do arroz, depois de ter erguido, com as devidas cautelas, a cobertura protectora. (Foto Keystone).

CONFERÊNCIA ISLAMICA

Os ministros dos Negócios Estrangeiros de mais de 30 países islâmicos, que, durante uma semanha, estiveram este mês reunidos na capital líbia, adoptaram, após interessante debate, um certo número de importantes resoluções. Assim.

1) confirmaram o direito da Organização de Libertação da Palestina (OLP) a participar «separadamente e em pé de igualdade em todos os esforços de paz internacional»;

2) os debates puseram em relevo o «estatuto islâmico árabe e espiritual de Jerusalém»;

3) a conferência felicitou o acordo recentemente concluído entre os dirigentes das comunidades grega e turca de Chipre sobre uma república cipriota soberana e não alinhada;

4) renovou o seu apoio à luta eritreia e ao movimento de libertação muçulmana das Filipinas.

O simples facto de a conferência se ter realizado em Tripoli, a despeito dos obstáculos e da chantagem dos Estados muçulmanos ultraconservadores, e o tom geral dos debates devem pôr-se no activo das autoridades da Jamahirya (Líbia), que se transformaram agora no alvo principal e privilegiado da Arábia Saudita. Este último país espera transformar o privilégio dos Lugares Santos do Islão num fundamento de direcção espiritual, tanto mais abusivo quanto é certo que vem acompanhado dum papel particularmente agressivo de «gendarme» pró-americano e de prestamista de fundos para muitas causas más na Península, no mar Vermelho e no conjunto do mundo árabe. («Afrique-Asie»).

●

REGULADORES CEREBRAIS

De futuro, os doentes mentais usarão aparelhozinhos com eléctrodos ligados ao cérebro, que fornecem uma corrente de pouca intensidade à sua área psicossensitiva. O dr. Roberto Heath, presidente do departamento de psiquiatria e neurologia da escola de medecina de Tulane, em Nova Orleans, revelou, em conferência de Imprensa, os primeiros resultados, positivos, destes «reguladores cerebrais».

UMA VIDA DE PESADELO

Uma barreira impenetrável oculta ao mundo exterior o que se passa no Uganda. Durante largas horas na semana passada, pensou-se que o sanguinário chefe do Estado, Idi Amin, tinha sido vitimado por um atentado mortal.

Desconhecia-se o seu paradeiro e havia a certeza de que se registara tiroteio no qual estaria envolvido Idi Amin. Posteriormente, Kampala anunciou que o chefe de Estado havia pura e simplesmente recolhido a um idílico refúgio em gozo de lua-de-mel, com mais uma das suas numerosas esposas. Segundo o «Daily Nation», que se publica em Nairobi, houve efectivamente uma tentativa de golpe de Estado que visava como primeiro objectivo a morte de Idi Amin. Perto de mil homens, incluindo oficiais de alta patente, estariam envolvidos na conjura.

Para evitar que a Força Aérea entrasse em acção, Amin teve que mandar destruir no solo alguns caças Mig da aviação do Uganda — ainda, segundo o jornal queniano. Outras fontes afirmam que, depois do golpe frustrado, uma nova onda de massacres ocorre no Uganda. É difícil no entanto fazer uma ideia clara do que se passou. O que se sabe de ciência certa é que viver no Uganda é um autêntico pesadelo. (Foto AFP).

VENDA DE CRIANÇAS: UM "NEGÓCIO" FLORESCENTE PARA A COREIA DO SUL

O excedente de órfãos que a Correia do Sul tem, é ao que parece, compensado com a necessidade sentida pela Austrália em matéria de crianças a adoptar. De facto, o Governo de Nova Gales do Sul anunciou que tenciona comprar 100 bebés sul-coreanos por um total de 64 000 dólares (cerca de 2500 contos). Estas crianças, cujas idades oscilam entre os três meses e os dois anos, são uma ínfima parte dos 42 mil órfãos sul-coreanos que «estão à venda». Nos últimos 15 anos, os sul-coreanos já venderam 24 mil bebés ao estrangeiro, informa a IPS.

Os australianos vão pagar 640 dólares (cerca de 25 contos) por cada criança. Segundo os funcionários do Governo, esse dinheiro não vai para os parentes, mas servirá para compensar os custos legais coreanos e os exames médicos. O presidente da Sociedade Oriental para o Bem-Estar Infantil da Coreia do Sul, dr. Dim Duk Whang, que arranjou o «negócio», declarou que a sua organização não tem fins lucrativos e não ganhou nada com a venda.

A importação de crianças suscitou controvérsia entre o Governo australiano e os dirigentes eclesiásticos. Alguns destes aprovam a compra, e outros, como o porta-voz da Igreja Católica Romana, dizem que é um «projecto de muito mau gosto».

Os motivos que levam a Coreia do Sul a fazer esta venda não são muito claros. É verdade que Park Chung Hee se preocupa com a explosão demográfica, tal como se demonstra pelo facto de serem penalizadas as famílias com mais de três filhos e pelo incitamento feito aos pais de fracos recursos no sentido de se esterilizarem. Também é verdade que não é a primeira vez que a Coreia do Sul vende seres humanos. Vendeu os seus soldados aos EUA para combaterem no Vietnam, vende operários aos outros países como mão-de-obra barata e vende mulheres como prostitutas para os turistas japoneses.

Também recentemente foi denunciada a venda de fetos e órgãos humanos para os laboratórios militares dos EUA fazerem experiências ...

Para um país que muitos gabam como um «milagre económico» causa deveras estranheza que a «riqueza» sul-coreana não chegue para alimentar as crianças. Isto para não falar nos aspectos mais repulsivos de toda este «negócio».

●

O PRIMEIRO SANTO DOS EUA

O primeiro santo dos EUA foi canonizado no dia 19 deste mês em São Pedro pelo Papa Paulo VI. Trata-se de John Nepomucene, arcebispo de Filadélfia (1811 a 1880) que evangelizou os Síoux e fundou numerosas escolas e igrejas.

Dirigindo-se à multidão, Paulo VI sublinhou que os «EUA registam no livro das suas glórias, ao lado dos seus heróis, este novo campeão yue permite que Filadélfia acrescente à sua famosa declaração de independência a coroa da santidade».

Papa «dixit».

EXCLUSIVO
N.º 20/77